Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Kátia Cristina Fontes Praça

A intertextualidade e a interdiscursividade como estratégias argumentativas nas charges de Angeli e Glauco

Rio de Janeiro
2015

Kátia Cristina Fontes Praça

A intertextualidade e a interdiscursividade como estratégias argumentativas nas charges de Angeli e Glauco

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEH/B

P895 Praça, Kátia Cristina Fontes.
A intertextualidade e a interdiscursividade como estratégias argumentativas nas charges de Angeli e Glauco / Kátia Cristina Fontes Praça. – 2015.
124 f.

Orientador: André Crim Valente.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Caricaturas e desenhos humorísticos – Aspectos políticos – Brasil - Teses. 2. Intertextualidade – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Linguística – Teses. 5. Angeli, 1956- - Crítica e interpretação - Teses. 6. Glauco, 1957-2010 – Crítica e interpretação – Teses. I. Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:741.5

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Kátia Cristina Fontes Praça

A intertextualidade e a interdiscursividade como estratégias argumentativas nas charges de Angeli e Glauco

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 09 de março de 2015.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. André Crim Valente (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

_____

Profª. Dra. Denise Salim Santos

Instituto de Letras - UERJ

_____

Profª. Dra. Maria Lilia Simões de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial, meus pais, meu esposo e minha filha, por tudo que representam para mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque sem sua força e cuidado nada disso seria possível.

Ao Professor André Valente, meu orientador e exemplo profissional, por toda atenção concedida a mim para elaboração desta pesquisa, pela confiança e pelos ensinamentos enriquecedores para minha vida acadêmica.

À Professora Denise Salim, por ter contribuído de forma significativa na minha formação acadêmica, pela generosidade, pela amizade, pela orientação durante o processo de seleção para o Mestrado e pelos incentivos constantes.

Ao estimado Professor Waldemar Pedro Antônio, pelos ensinamentos inesquecíveis.

À Professora Maria Lilia, por aceitar fazer parte da Banca Examinadora desta dissertação.

A todos os professores do Instituto de Letras da UERJ, que foram essenciais para o meu amadurecimento como pesquisadora, em especial ao José Carlos de Azeredo, ao Helênio Fonseca de Oliveira, à Tânia Câmara e à Maria Teresa Gonçalves.

A todos os meus amigos, pelas palavras de encorajamento.

A meus pais, por tudo quanto fizeram (e ainda fazem) por mim e por vibrarem a cada nova conquista.

Ao meu esposo Reinaldo, por seu amor, pelos incentivos, por acreditar em mim, pela compreensão e pelo apoio incondicional em todos os momentos deste trabalho.

À minha filha Nicole, motivo de tudo isso, simplesmente por existir em minha vida.

A intertextualidade nunca é anódina. Seja qual for o seu suporte ideológico confesso, o uso intertextual dos discursos corresponde sempre a uma vocação crítica, lúdica e exploradora.

Laurent Jenny

RESUMO

PRAÇA, Kátia Cristina Fontes. *A intertextualidade e a interdiscursividade como estratégias argumentativas nas charges de Angeli e Glauco*. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Com base nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e Análise do Discurso, esta dissertação pretende demonstrar que a intertextualidade e a interdiscursividade são elementos linguístico-discursivos fundamentais que atuam no gênero charge na construção de seu sentido, funcionando como importantes recursos argumentativos. Para tanto, o estudo buscará recuperar o contexto de produção das charges analisadas, estabelecer a estreita relação entre o verbal e o não verbal para construção do sentido desse gênero e reconhecer o discurso irônico como uma forma produtiva pela qual a intertextualidade e a interdiscursividade se marcam no gênero em questão, evidenciando o papel argumentativo desses mecanismos dialógicos. O trabalho é desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e análise de 20 charges de Angeli e Glauco referentes ao primeiro mandato do governo Lula. O recorte temporal justifica-se por ter sido um período de efervescência política muito grande, favorecendo a produção de charges bastante expressivas.

Palavras-chave: Charge. Intertextualidade. Interdiscursividade. Argumentação. Governo Lula.

ABSTRACT

PRAÇA, Kátia Cristina Fontes. *Intertextuality and the interdiscursivity as argumentative strategies on political cartoons by Angeli and Glauco*. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Based on theoretical assumptions of Textual Linguistics and Discourse Analysis, this dissertation intends to demonstrate that intertextuality and interdiscursivity are fundamental linguistic-discursive elements operating in the political cartoon genre in the construction of meaning, functioning as important argumentative resources. Therefore, there is need to retrieve the context of production of the analyzed cartoons, establish the close relationship between the verbal and the nonverbal to build the meaning of this genre and recognize the ironic speech as a productive way the intertextuality and the interdiscursivity are marked in the genre studied, showing the argumentative role of these dialogic mechanisms. The study is developed through bibliographic search and analysis of 20 political cartoons by Angeli and Glauco related to the first term of the Lula government. The choice is justified because it was a very great political effervescense period, favoring the production of very expressive cartoons.

Keywords: Political cartoon. Intertextuality. Interdiscursivity. Argumentation. Lula government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Terminologias de Charaudeau e Marcuschi sendo confrontadas por Oliveira 18
Quadro 2- Distinção entre charge, cartum e caricatura 28
Figura 1- Charge de Honoré Daumier 20
Figura 2- Charge de Manuel de Araújo Porto Alegre 20
Figura 3- Charge de Angelo Agostini. Revista Ilustrada, 22 jan.1876. 22
Figura 4- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 08 dez. 2003. 25
Figura 5- Cartum de Bruno Drummond. O Globo, 31 out. 2010. 26
Figura 6- Caricatura de Amarildo em homenagem a Ziraldo. 27
Figura 7- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 14 ago. 2014. 30
Figura 8- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 27 jun. 2006. 33
Figura 9- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 18 set. 2005. 37
Figura 10- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 15 dez. 2005. 38
Figura 11- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 03 fev. 2003. 48
Figura 12- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 21 abr. 2004. 50
Figura 13- Texto jornalístico. Folha de São Paulo, 21 abr. 2004. 51
Figura 14- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 06 maio 2005. 52
Figura 15- Texto jornalístico. Folha de São Paulo, 05 maio 2005. 52
Figura 16- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 01 set. 2004. 53
Figura 17- Representação da pintura de Leonardo da Vinci, “A última ceia”. 54
Figura 18- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 16 maio 2004. 55
Figura 19- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 01 mar. 2006. 56
Figura 20- Texto jornalístico. Folha de São Paulo, 28 fev. 2006. 57
Figura 21- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 15 jul. 2005. 59
Figura 22- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 17 dez. 2006. 65
Figura 23- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 12 mar. 2003. 74
Figura 24- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 14 dez. 2003. 75
Figura 25- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 31 out. 2005. 76
Figura 26- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 16 abr. 2006. 76
Figura 27- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 14 maio 2004. 79

Figura 28- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 18 ago. 2004. 80
Figura 29- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 17 ago. 2004. 82
Figura 30- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 19 out. 2003. 83
Figura 31- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 14 nov. 2003. 84
Figura 32- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 27 fev. 2004. 86
Figura 33- Cartela de jogo do bicho 86
Figura 34- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 26 fev. 2004. 87
Figura 35- Fotografia da reunião ocorrida em Brasília. Folha de São Paulo, 26 fev. 2004. 87
Figura 36- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 04 mar. 2004. 88
Figura 37- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 16 out. 2005. 89
Figura 38- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 28 jul. 2005. 90
Figura 39- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 16 jan. 2006. 91
Figura 40- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 03 dez. 2003. 93
Figura 41- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 15 jan. 2004. 94
Figura 42- Charge de Angeli. Folha de São Paulo, 18 jan. 2004. 95
Figura 43- Charge de Glauco. Folha de São Paulo, 01 mar. 2005. 96

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	**GÊNERO CHARGE**	14
1.1	**Abordagem sobre gêneros**	14
1.2	**Breve histórico da charge**	19
1.3	**Distinção entre charge, cartum e caricatura**	25
1.4	**A charge – ampliando o olhar sobre o gênero**	28
1.4.1	O verbal e o não verbal	30
1.4.2	O humor	35
2	**TEXTO E DISCURSO**	39
3	**INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE**	44
3.1	**Intertextualidade**	44
3.1.1	Tipos e graus de intertextualidade	46
3.1.2	Intertextualidade como fator de coerência	55
3.2	**Interdiscursividade**	60
3.2.1	A polêmica como interincompreensão	62
4	**ARGUMENTAÇÃO**	67
4.1	**Origem da argumentação**	67
4.2	**Argumentação: modo de organização do texto e atividade estruturante da língua**	69
4.3	**Ironia argumentativa**	71
5	**ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERTEXTUAIS E INTERDISCURSIVAS COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NAS CHARGES DE ANGELI E GLAUCO**	73
5.1	**Programas do governo Lula**	74
5.2	**Lula e a mídia**	78
5.3	**Desenvolvimento do governo**	83
5.4	**Corrupção**	85
5.5	**Crise ideológica no PT**	92
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXOS- Recortes jornalísticos utilizados para análise do *corpus*	104

INTRODUÇÃO

Tendo como fonte de inspiração o noticiário, a charge jornalística constitui um gênero crítico e argumentativo, conjugando humor ácido e ironia para configuração de seus sentidos. Sua linguagem não se limita a descrever a realidade, mas a recriá-la de modo subversivo, utilizando, para isso, recursos intertextuais e interdiscursivos em grande parte da sua produção.

Interessada em compreender um pouco mais sobre o funcionamento da linguagem na charge jornalística, enveredei pelo estudo desse gênero ainda no curso de Especialização. O desejo de explorar as diversas possibilidades linguísticas, compreendendo o movimento intertextual presente na charge, levou-me a desenvolver um trabalho de conclusão de curso, cujos resultados ressaltaram a natureza intertextual desse gênero em seu processo de criação.

Neste momento, com esta pesquisa de Mestrado, busco compreender não só o fenômeno da intertextualidade, mas também o da interdiscursividade, debruçando-me mais uma vez sobre a charge a fim de ampliar suas possibilidades de análise. Entender esses mecanismos utilizados com propósito crítico e argumentativo foi o que motivou o desenvolvimento deste trabalho.

Assim sendo, este estudo pretende demonstrar que a intertextualidade e a interdiscursividade são elementos linguístico-discursivos fundamentais que atuam na charge na construção de seu sentido, funcionando como importantes recursos argumentativos. Para tanto, há necessidade de recuperar o contexto de produção das charges analisadas, estabelecer a estreita relação entre o verbal e o não verbal para construção do sentido desse gênero e reconhecer o discurso irônico como uma forma pela qual a intertextualidade e a interdiscursividade se marcam no gênero em estudo, evidenciando o papel argumentativo desses mecanismos dialógicos.

Como *corpus* de análise, elegemos as charges, produzidas por Arnaldo Angeli Filho e Glauco Villas Boas, que retratam os principais acontecimentos referentes ao primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde sua posse em 2003 até o segundo semestre de 2006.

O recorte temporal justifica-se por ter sido um marco na história política brasileira em que a esquerda, depois de longa espera, chegou ao poder numa eleição direta para presidente, trazendo expectativas para população e, ao mesmo tempo, um período de efervescência política muito grande, com escândalos de corrupção envolvendo o governo. Dessa forma,

encontramos nos trabalhos de Angeli e Glauco, que dividiram espaço no jornal *Folha de São Paulo*, charges significativas que retrataram esse período, cada um apresentando suas particularidades na materialização desses embates que permeavam a sociedade. Deve-se ressaltar que essas diferentes formas de olhar a realidade social também nos interessam, pois revelam múltiplas possibilidades de uso da língua.

No intuito de selecionar charges que contemplassem algumas temáticas que mobilizaram de modo significativo a opinião dos leitores durante o período supracitado, houve a necessidade de se verificar quase toda a publicação do jornal *Folha de São Paulo*, disponibilizada no acervo online, resultando num total de 629 charges referentes ao governo Lula, sendo 322 do chargista Angeli e 307 de Glauco. Todo esse material apresentou relações intertextuais e interdiscursivas, tornando difícil a tarefa de realizar a seleção para constituição do *corpus*. Como critério, no entanto, buscamos aquelas que apresentavam maior expressividade, distinguindo-se no emprego dos recursos em estudo. Dessa forma, passam a fazer parte do *corpus* de análise 20 charges, referentes às seguintes temáticas: programas de governo; Lula e a mídia; desenvolvimento do governo; corrupção; e crise ideológica no PT.

No que se refere aos aspectos metodológicos, realizamos um levantamento bibliográfico de autores que abordam questões relativas ao assunto em estudo, buscando na Linguística Textual e na Análise do Discurso bases teóricas para o desenvolvimento de uma pesquisa cujos dados serão analisados de modo qualitativo.

Como embasamento teórico para o tratamento da intertextualidade, fundamentamo-nos em Jenny (1979), Valente (2002), Koch, Bentes e Cavalcante (2007), Sant'Anna (2007) e Maia (2006). Para abordagem da interdiscursividade, privilegiamos Maingueneau (2008) e Fiorin (2011). Para o gênero charge, encontramos suporte em Teixeira (2001; 2005) e Romualdo (2000). Em relação à argumentação, recorremos a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Marques (2011), entre outros. Para ironia, temos como fonte teórica Brait (1996).

No primeiro capítulo deste trabalho, "Gênero charge", tecemos considerações sobre algumas questões relacionadas ao estudo do gênero, tendo como base Bakhtin e Marcuschi. Em seguida, fazemos um breve percurso histórico da charge jornalística e apresentamos suas principais características enquanto gênero textual, procurando diferenciá-la, ainda, da caricatura e do cartum. Destacamos também alguns estudos sobre humor e a estreita relação entre o verbal e o não verbal para construção do sentido desse gênero. Importante é ressaltar que optamos por caracterizar a charge no início desta pesquisa porque lançamos mão do *corpus* já na ilustração da teoria.

No segundo capítulo, “Texto e Discurso”, mobilizamos algumas reflexões sobre esses conceitos nas perspectivas teóricas da Linguística Textual e Análise do Discurso.

No terceiro capítulo, “Intertextualidade e Interdiscursividade”, ressaltamos os tipos e graus de intertextualidade, enfatizamos as relações entre textos como fator de coerência e trazemos algumas reflexões sobre o processo de interação dos discursos no espaço discursivo.

No quarto capítulo, “Argumentação”, apresentamos breves considerações sobre a origem da argumentação e ressaltamos o ato de argumentar em seu sentido amplo e estrito. Relacionamos também a intertextualidade e a interdiscursividade ao funcionamento do discurso irônico como recursos argumentativos.

No quinto capítulo, “Análise das relações intertextuais e interdiscursivas como estratégias argumentativas nas charges de Angeli e Glauco”, percorremos atentamente o *corpus* a fim de realizar uma descrição do processo de construção de sentido e identificar os mecanismos de intertextualidade e interdiscursividade utilizados como estratégias argumentativas.

Nas “Considerações finais”, retratamos o percurso feito neste trabalho, realizando uma breve reflexão sobre as relações intertextuais e interdiscursivas operadas no gênero em estudo.

Nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento dos estudos de formação, estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa, uma vez que se propõe a compreender a intertextualidade e a interdiscursividade como elementos linguístico-discursivos que auxiliam na estruturação do gênero charge jornalística.

No que se refere às normas ortográficas adotadas nesta dissertação, convém salientar que os textos citados anteriores ao Novo Acordo Ortográfico serão mantidos na íntegra.

1 GÊNERO CHARGE

Propomos com este capítulo refletir sobre as principais características da charge jornalística enquanto gênero textual, procurando diferenciá-la, ainda, da caricatura e do cartum, que, normalmente, se confundem por apresentarem como traço comum o humor. Para tanto, teceremos, inicialmente, considerações sobre as principais abordagens relativas aos gêneros e, posteriormente, faremos um breve percurso histórico do desenvolvimento da charge para compreendermos melhor sua linguagem nos dias atuais.

1.1 Abordagem sobre gêneros

Partindo da relação existente entre a utilização da linguagem e as esferas da atividade humana, Bakhtin elabora sua teoria sobre os gêneros. Apesar de desde a Antiguidade já se operar com essa noção ao se agruparem os textos literários que apresentavam propriedades comuns, é o pensador russo quem traz um novo olhar sobre o estudo dos gêneros, estendendo-os a todas as esferas de uso da língua, considerando-os como "tipos relativamente estáveis de enunciados" (BAKHTIN, 1997, p.279).

Para Bakhtin (1997), os gêneros nos são dados quase como nos é dada a língua materna, de modo que falamos por meio de vários deles sem nos darmos conta disso. Nesse sentido, o autor entende que os gêneros são enunciados que organizam nossos discursos, apresentando conteúdo temático, estilo e construção composicional. O autor ressalta, ainda, que "se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível" (BAKHTIN, 1997, p. 302).

O autor também destaca que a riqueza e a variedade de gêneros existentes são infinitas, já que as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis. Além disso, cada esfera dessa atividade abarca um repertório significativo de gêneros do discurso "que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa" (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Levando em conta a diversidade de gêneros existentes, que abrangem todas as formas de uso da língua em suas diferentes modalidades, Bakhtin (1997, p. 281) divide-os em duas

categorias: gêneros primários (simples) e gêneros secundários (complexos).

Os gêneros primários estão relacionados a uma situação de comunicação mais espontânea, ou seja, aos gêneros utilizados na vida cotidiana, como, por exemplo, as cartas, os bilhetes e as conversas do dia a dia.

Já os gêneros secundários pertencem a uma comunicação cultural mais elaborada, principalmente escrita. São, por exemplo, o editorial, o romance e os artigos científicos. Bakhtin chama atenção, ainda, para o fato de os gêneros secundários, em seu processo de configuração, absorverem e transmutarem os gêneros primários. Deve-se destacar que, após ser incorporado ao gênero secundário, o gênero primário perde "sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios" (BAKHTIN, 1997, p. 281). Para ilustrar, o autor cita a inclusão de uma carta (primário) no interior de um romance (secundário) e afirma que aquela, mesmo conservando sua forma e significado cotidiano, só participa da realidade existente através do romance, que é um fenômeno literário-artístico e não da vida cotidiana.

Em consonância com o estudo bakhtiniano, Marcuschi (2007) considera os gêneros[1] como fenômenos sociais, históricos e culturais que contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do cotidiano. O autor afirma, no entanto, que os gêneros não são instrumentos enrijecedores, sendo caracterizados por sua maleabilidade, plasticidade e dinamicidade, aspectos também já notados pelo pensador russo, em especial, quando ele evidencia o caráter "relativamente estável" dos gêneros.

Marcuschi (2007) também ressalta que o surgimento dos gêneros está relacionado às necessidades e atividades socioculturais, assim como às inovações tecnológicas. Em relação a esse último aspecto, o autor afirma que uma simples observação histórica já revela que a quantidade de gêneros existentes hoje é bem superior aos criados antes do advento da escrita.

> Numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII a. C., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. Numa terceira fase, a partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização iniciada no século XVlII, dar início a uma grande ampliação. Hoje, em plena fase da denominada cultura eletrônica, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV e, particularmente o

[1] Defendendo a tese de que toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero, Marcuschi (2008, p. 154) prefere o termo gênero textual. O autor afirma, no entanto, que essa expressão pode ser utilizada intercambiavelmente à terminologia adotada por Bakhtin, "gêneros do discurso", salvo quando se fizer necessária a identificação de algum fenômeno específico.

> computador pessoal e sua aplicação mais notável, a internet, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita (MARCUSCHI, 2007, p.19).

` Em relação a esses novos gêneros criados nos últimos séculos, Marcuschi (2007) afirma que eles não constituem formas absolutamente novas, uma vez que possuem uma "ancoragem" em outros gêneros existentes. É o que se pode perceber, por exemplo, com o blog, diário virtual de caráter público/participativo, que possui como antecessor o diário impresso. Esse fenômeno- como bem lembra o autor- já havia sido notado por Bakhtin, ao falar em transmutação dos gêneros e na incorporação de um gênero por outro gerando novos.

É importante ressaltar, ainda, a possibilidade que um gênero apresenta de assumir a função de outro, revelando seu aspecto maleável e dinâmico. É o que ocorre, por exemplo, no poema abaixo, em que o autor apropria-se da configuração de uma receita culinária para tornar mais expressivo seu fazer poético. Apesar de a receita não estar exercendo sua função, o reconhecimento desse gênero no interior do poema é de vital importância para construção do sentido do texto. Esse fenômeno, caracterizado por uma hibridização, é denominado por Marcuschi de intergenericidade, consistindo na subversão do cânone do gênero com vistas à produção de determinado efeito estilístico.

Receita de Herói
(Reinaldo Ferreira)

Tome-se um homem
Feito de nada, como nós
Em tamanho natural
Embeba-se-lhe a carne
Lentamente,
De uma certeza aguda, irracional
Intensa como ódio, ou como a fome

Depois, perto do fim
Agite-se um pendão
E toque-se um clarim.
Serve-se morto.

Fonte: GERALDI, 1997, p.185

Em relação ao fenômeno supracitado, Marcuschi (2007, p. 32) tece as seguintes considerações:

> É essa possibilidade de operação e maleabilidade que dá aos gêneros enorme capacidade de adaptação e ausência de rigidez e se acha perfeitamente de acordo com Miller (1984:151), que considera o gênero como "ação social", lembrando que uma definição retoricamente correta de gênero "não deve centrar-se na substância nem na forma do discurso, mas na ação em que ele aparece para realizar-se".

Como se pode notar, os gêneros não se definem por aspectos formais, de ordem estrutural ou linguística, mas por aspectos sociocomunicativos e funcionais. Marcuschi (2007, p.21) afirma, no entanto, que isso não quer dizer que a forma será desprezada. "Pois é evidente [...] que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente" (op.cit.). Para exemplificar, o autor (2008) ressalta que um mesmo texto escrito num papel e colocado sobre a mesa, configura um bilhete; se for remetido pelo correio em formulário próprio, pode ser um telegrama.

Marcuschi (2007, p. 22) chama atenção, ainda, para a diferença existente entre tipo textual e gênero textual. A tipologia textual, em número limitado, refere-se a sequências de natureza linguística presentes nos enunciados. Para o autor, os tipos textuais abrangem as seguintes categorias: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Já os gêneros textuais, em número praticamente ilimitado, referem-se a textos materializados encontrados no dia a dia e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo, função, estilo e composição.

Convém destacar que não há uma dicotomia entre gênero e tipo, já que eles coexistem, numa relação de complementaridade. De acordo com Marcuschi (2008, p.160), "todos os textos realizam um gênero e todos os gêneros realizam sequências tipológicas diversificadas. Por isso mesmo, os gêneros são em geral tipologicamente heterogêneos".

Marcuschi (2007) também apresenta a noção de domínio discursivo para designar "a esfera da atividade humana", como visto em Bakhtin, indicando, ainda, as instâncias discursivas. "Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso* etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero particular, mas dão origem a vários deles"(MARCUSCHI, 2007, p. 24).

Há, ainda, outras visões que abarcam os conceitos tipo textual e domínio discursivo apresentados por Marcuschi. É o que se verifica, por exemplo, na terminologia de Charaudeau (1992 apud OLIVEIRA, 2004). Para este teórico, os "tipos de textos" referem-se ao que Marcuschi denomina "domínios discursivos". E o que seria os "tipos de texto" de Marcuschi, Charaudeau os classifica como "modos de organização do discurso", abrangendo as seguintes categorias: narrativa, descritiva, argumentativa e enunciativa.

> A função do modo narrativo é narrar, isto é, relatar; a do descritivo é descrever; a do argumentativo, argumentar, ou seja, justificar uma tese visando persuadir o interlocutor de sua veracidade; e a do enunciativo, de natureza metadiscursivo, é "administrar" os outros três (CHARAUDEAU apud OLIVEIRA, 2004, p. 185).

Essas diferentes formas de classificar fenômenos intratextual e situacional que abrangem o estudo do gênero levaram Oliveira (2004) a confrontar essas terminologias. É o que se verifica no quadro abaixo:

Quadro 1- Terminologias de Charaudeau e Marcuschi sendo confrontadas por Oliveira

CHARAUDEAU (1992) adaptado por OLIVEIRA (2003)	MARCUSCHI (2002)	NOSSA PROPOSTA
Modos de organização do discurso: descritivo narrativo argumentativo enunciativo	Tipos de textos: descritivo narrativo argumentativo expositivo injuntivo	Modos de organização do texto: descritivo narrativo argumentativo expositivo enunciativo injuntivo
Tipos de texto: jornalístico literário publicitário (ETC.)	Domínios discursivos: jornalístico literário publicitário (ETC.)	Domínios discursivos: jornalístico literário publicitário (ETC.)
Gêneros textuais: (Cada tipo tem seus gêneros)	Gêneros textuais: (Cada domínio discursivo tem seus gêneros)	Gêneros textuais: (Cada domínio discursivo tem seus gêneros)

Fonte: OLIVEIRA, 2004, p.188.

Como é possível observar, Oliveira apresenta, na terceira coluna, sua proposta com a eliminação da expressão "tipos de textos", já que elas apresentam sentidos diferentes como vistos acima. Para entendermos melhor o movimento operado pelo autor, vejamos como ele reorganizou essas terminologias:

> Substituiríamos, portanto, o termo "tipos de texto" de Charaudeau por domínios discursivos (da terminologia de Marcuschi) e em lugar dos "tipos"de Marcuschi ficaríamos com os "modos"de Charaudeau, denominando-os "modos de organização do texto", já que se trata de uma classificação predominantemente intratextual. E acrescentaríamos aos quatro "modos" de Charaudeau o expositivo e o injuntivo, mantendo o enunciativo, que Marcuschi não menciona. Nosso contacto com *corpora* vários leva a crer que existem os modos expositivo e injuntivo (OLIVEIRA, 2004, p.188).

Oliveira propõe, assim, um quadro mais completo no que se refere aos modos de organização do texto, eliminando, ainda, possíveis conflitos terminológicos.

1.2 **Breve histórico da charge**

O termo charge, que significa carga, ataque, surgiu como uma versão francesa para caricatura, vocábulo utilizado pela primeira vez em 1646 para designar, segundo Romualdo (2000), uma série de desenhos satíricos de Agostinho Carraci. A arte de caricaturar, no entanto, tem data bem mais antiga, sendo encontrada em vasos e objetos pessoais na Grécia antiga, por exemplo, representando o próprio espírito burlesco daquela sociedade.

Lima (1963) afirma que, apesar de ser o grego Pauson (séc. V a.C) o primeiro caricaturista de que se tenha notícia, a caricatura surgiu entre os egípcios, que representavam por meio de figuras de animais personagens poderosos, como reis e imperadores. Ainda de acordo com o autor:

> A sátira viria, principalmente, da representação de personagens conspícuos ou temidos, sob formas de bichos de pequenas dimensões, sem os atributos hierárquicos, sem o caráter sagrado que lhes emprestava a simbologia egípcia de dogmas tão invariáveis, como revelam os hieróglifos (LIMA, 1963, p.40).

Apesar de ter suas raízes na Antiguidade, a charge como conhecemos hoje seria, segundo Nery (2001), herdeira do jornalismo ilustrado surgido na Inglaterra e na França dos séculos XVIII e XIX. Dentre os diversos chargistas da época, Lima (1963) afirma que Honoré Daumier foi sem dúvida o responsável pelo surto desse gênero nos tempos atuais. “Esse genial fundibulário do lápis, não somente elevou a arte da deformação intencional a um ponto jamais atingido, pela caracterização de estigmas morais, como deu à caricatura o verdadeiro caráter de arma de combate contra a prepotência e a tirania” (LIMA, 1963, p. 55), tendo como alvo de suas sátiras políticos e homens da lei.

O historiador de arte Giulio Carlo Argan (apud NERY, 2001) também ressalta a importância de Daumier. Para o historiador, ele teria sido

> [...] o primeiro a fundar a arte sobre um interesse político (vendo na política a forma moderna da moral), o primeiro a se valer de um meio de comunicação de massa, a imprensa, para com a arte influir sobre o comportamento social. A imprensa, para ele, não foi apenas a técnica com que produziu imagens; foi a técnica com que produziu imagens capazes de alcançar e influenciar seu público.

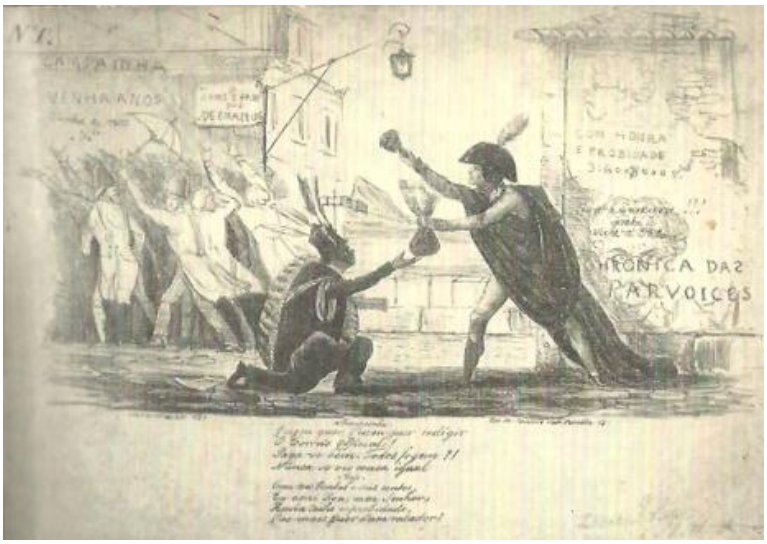
Nesse período em que a charge assume esse papel de crítica mordaz, de intervenção política, Lima ressalta (1963) que vários chargistas franceses precisam se refugiar na Holanda para fugir das perseguições do rei. Já Daumier, com seu traço ferino, fica seis meses detido por ter publicado no jornal *La Caricature* a charge “Gargantua”, em que mostrava o rei da França Luís Felipe engolindo sacos de dinheiro extorquidos do povo.

Figura 1- Charge de Honoré Daumier

Fonte: Disponível em: http://www.aleph. Honoré/daumier_gargantua.htm.

No Brasil, a primeira charge publicada, de acordo com Lima (1963), foi em 1837, por Manuel de Araújo Porto Alegre. Intitulado "A campainha e o cujo", o trabalho do escritor, poeta e professor da Academia de Belas-Artes satiriza, por meio de pranchas avulsas, o jornalista Justiano José da Rocha, que havia sido nomeado para dirigir o jornal "Correio Oficial". Na imagem, o jornalista aparece ajoelhado, numa postura servil, recebendo propina do governo, enquanto outros personagens fogem da oferta (LIMA, 1963, p.72-5)

Figura 2- Charge de Manuel de Araújo Porto Alegre



Fonte: LIMA, 1963, p. 73.

Em 1844, Porto Alegre lança a revista *A Lanterna Mágica*, satirizando, por meio de personagens fictícios, os problemas da cidade e seus habitantes. Segundo Teixeira (2001), essa revista é considerada precursora do humor político na imprensa brasileira, mas não contém a sátira com sujeitos reais.

A chegada ao Rio de Janeiro, em 1859, segundo Martins (2011), dos desenhistas e pintores Henrique Fleiuss, Carl Fleiuss e Carl Linde representou um marco significativo para o início da consolidação da charge, que passou, segundo Teixeira (2001), por um longo processo de amadurecimento de sua forma e conteúdo, até libertar-se, por exemplo, da reprodução fiel com que inicialmente costumava retratar os personagens e funcionar definitivamente como instrumento de intervenção política como a concebemos atualmente. Ainda de acordo com Martins (2011, p. 522), são esses imigrantes alemães que criam uma tipografia, em 1860, que Pedro II transforma em Imperial Instituto Artístico, impulsionando a atividade litográfica e dando origem a outra revista humorística: a *Semana Ilustrada*.

A *Semana Ilustrada* foi a primeira revista a ter regularidade de publicação e que atingiu grande longevidade, 1860-1876. Nela, Henrique Fleiuss criou os primeiros personagens fixos, como Dr. Semana e seu parceiro Moleque, com a função de satirizar o cotidiano político da cidade.

É interessante ressaltar que, apesar de Henrique Fleiuss surpreender com algumas de suas publicações ao abordar temas como a libertação dos escravos, num período, como destaca Teixeira (2001), em que a abolição como ideia não estava amadurecida no país, sua amizade com D. Pedro II custou-lhe caro, já que o alemão produzia charges favoráveis ao imperador, sendo, por isso, alvo de duras críticas de outros chargistas, dentre eles, Angelo Agostini, nas revistas *Alerquim* e *Vida Fluminense*.

Outro aspecto que merece relevo era o fato de as charges de Fleiuss se prolongarem por sucessivos quadros, emolduradas por longos textos, tornando-as, como ressalta Teixeira (2001, p. 15), precursoras das HQ, antes mesmo que os americanos as tivessem inventado em 1895, com o *Yellow Kid*, de Richard Outcault.

É, ainda, na Monarquia, com a criação da *Revista Ilustrada*, em 1876, que Angelo Agostini passa a conferir a charge uma vocação política permanente. Como ressalta Teixeira (2001, p.16),

> Agostini é o primeiro chargista a se alinhar com um projeto consistente de mudança estrutural da sociedade, dotando a charge de função crítica e conteúdo ideológico, tendo como objeto de crítica os impasses institucionais do regime, a precariedade da saúde pública e o abandono geral da cidade.

Ainda segundo o pesquisador (2001), as charges desse imigrante italiano confirmam que sua função não é apenas fazer rir, mas promover antes a reflexão. Agostini transformou a charge num texto quadrinizado, incorporando uma narrativa sequenciada no tempo e no espaço, acompanhada por longos textos verbais. Apesar de o trabalho de Fleiuss já ter apresentado características semelhantes, Agostini destaca-se pela criatividade com que

desenvolve e aprimora esse método, incorporando a fala dos personagens, mesmo sem o uso de balões, demonstrando total domínio para contar graficamente uma história.

Figura 3- Charge de Angelo Agostini

Fonte: Revista Ilustrada, 22 de jan. 1876. Ano I, n.4. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-illustrada/332747.

Teixeira (2001, p.18) também salienta que essa "quadrinização" da charge revela uma imaturidade em sua estrutura narrativa, correspondente a uma imaturidade da sociedade "em assimilar linguagens que não se expressassem através de textos, e a uma cultura pouco habituada com discursos articulados por imagens". O autor destaca, ainda, que o trabalho de Agostini, apesar de ter sido um dos grandes precursores da HQ, relaciona-se ao surgimento da charge no Brasil devido ao conteúdo essencialmente político de seu traço, que "antecipa essa vocação "moderna" da charge, tornando-a um instrumento efetivo de intervenção política e observação crítica do real" (TEIXEIRA, 2001, p. 19).

Vale dizer que é justamente por ter elegido a política como objeto para expressão de sua forma e conteúdo que a charge fixa suas raízes. Além disso, progressivamente, como veremos mais adiante, a charge vai abandonando essa grande quantidade de texto verbal, à medida que amadurece sua própria linguagem.

Se na Monarquia Fleiuss e Agostini promoveram, como ressalta Nery (2001), diversos debates com suas publicações, polarizando opiniões na sociedade, onde o primeiro defendia a Monarquia e o segundo não se eximia em criticá-la, propagando, inclusive, o ideal republicano, com o advento da República ocorre, segundo Lima (1963), um desinteresse da charge pela política nacional.

> Com a proclamação da República os vilões saem de cena. Começa o ciclo dos heróis e, para estes, a caricatura não é a expressão mais adequada. O marechal Deodoro da Fonseca por exemplo, se verá, nas páginas da Revista Ilustrada, glamourizado, rejuvenescido e cheio de vitalidade. Ora aparece separando a Igreja do Estado, ora ao lado de Benjamim Constant, a cortar as cabeças da hidra das intrigas. [...] Raras são as situações caricatas, raros os Deodoros de grande cabeça e corpo pequenino na forma típica da caricatura do tempo.[...] Mesmo a seqüência de acontecimentos que vai arranhando a imagem dos heróis não altera a atitude da revista. [...] As crises ministeriais motivadas pela distribuição de empregos a parentes e protegidos de uns em detrimento de outros e, finalmente, o empastelamento do jornal monarquista Tribuna pelos sobrinhos de Deodoro não motivam a retirada do apoio da Revista ao marechal e ao seu governo (LUSTOSA apud TEIXEIRA , 2001, p.27).

Se muitos estão satisfeitos com a implantação do novo sistema político, há, de acordo com Teixeira (2001, p.26), um grupo que deseja aprofundar as reformas na sociedade. Em virtude desse choque de interesses entre os que proclamaram a República, ocorre a ditadura sucessiva dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, levando as revistas ilustradas a saírem de cena devido ao caráter crítico com que alimentavam a sociedade, permanecendo apenas aquelas que eram monopolizadas pelos marechais. É a partir de 1894, com os governos civis de Prudente de Moraes e Campo Sales, que, segundo Teixeira (2001),

as revistas ilustradas voltam a circular, utilizando novamente a charge como forma de intervenção crítica na sociedade.

Em 1896, Julião Machado, chargista português, inaugura a publicação de charges em jornais com a coluna "caricaturas instantâneas", na Gazeta de Notícia. Desde então, esse gênero passa a ocupar esse lugar privilegiado para a crítica e o humor político.

Ainda durante a República Velha, a charge, acompanhando a festa que a *Belle Époque* promovia na sociedade, muda a forma de seu traço e o conteúdo de sua temática, esvaziando-se de sua postura crítica. "Ela, que até então raramente inventava personagens, passa a criar tipos fictícios tendo como finalidade a piada de salão, o humor passageiro e a graça ligeira" (TEIXEIRA, 2001, p. 35). Ocorre também uma mudança em sua estrutura narrativa, convergindo aquela pluralidade de quadros em um quadro único, tornando o texto verbal mais curto, sinalizando, assim, nesse período, segundo Teixeira (2001), o início de sua modernidade.

A introdução da fotografia nas revistas ilustradas, como afirma Teixeira (2001), também contribuiu nesse período para a mudança temática das charges, libertando-as de funcionar como registro do real, para navegar pela imaginação e pelo universo da ficção.

Teixeira também chama atenção para o chargista, caricaturista e ilustrador desse período, José Carlos de Brito e Cunha (J. Carlos). De acordo com o pesquisador, ele foi o primeiro a ignorar "os limites da anatomia humana, distorcendo, entortando, inventando curvas e quebrando formas ao sabor de sua pura imaginação criativa" (TEIXEIRA, 2001, p. 42). É por meio desse traço que o chargista cria seus personagens fictícios, como "sambistas tocadores de pandeiro", "mendigos narigudos com sacos nas costas", entre outros.

É na década de 30, no entanto, que a charge fecha seu ciclo de amadurecimento. Com a chegada ao Brasil do paraguaio Andrés Guevara, a charge volta a funcionar, definitivamente, como instrumento de intervenção política. De acordo com Lima (1963, p.159), ele foi o que talvez mais exerceu ferozmente no Brasil o direito "de ferir os adversários, no uso do lápis, não como bisturi, mas contundente e mutilante, muita vez, como uma espada, a ponto de ficarem algumas de suas composições entre os espécimes mais cruéis do gênero".

É o paraguaio também, como afirma Teixeira (2001), quem liberta a charge do texto verbal, passando a ter como texto seu próprio traço. Ainda de acordo com o pesquisador,

> o maior mérito de Guevara foi libertar a charge do estigma da semelhança a que ela esteve condenada nos dois períodos anteriores. Mergulhando nas múltiplas significações possíveis das ações, alianças e conflitos políticos, ele afia e especializa o traço da charge, demarcando definitivamente a fronteira entre ela e a caricatura. É Guevara quem aprofunda essa possibilidade de criar um personagem diferente do

> sujeito real para, com isso, realçar sua identidade recíproca. Semelhança e diferença, caricatura e charge. A semelhança mostra o visível, a diferença aprofunda o que não se vê. A semelhança aponta, a diferença significa (TEIXEIRA, 2001, p. 54).

1.3 **Distinção entre charge, cartum e caricatura**

Na seção anterior, vimos o processo que levou a charge no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, a alcançar sua forma sintética e seu conteúdo essencialmente crítico como a concebemos atualmente. Importa ressaltar, ainda, que a progressiva especialização da linguagem da charge no decorrer da história, como afirma Teixeira (2005, p.92), esvaziou a caricatura de sua função crítica. Se a charge nasceu como uma versão francesa para caricatura, atualmente esses termos são considerados distintos, motivo pelo qual se torna necessário tecer, ainda, considerações sobre esses gêneros. Convém estabelecer também os limites entre a charge e o cartum, que normalmente se confundem pelo teor crítico e humorístico que apresentam.

A charge é uma forma gráfica de humor que estrutura sua linguagem por meio da reflexão e da crítica de um fato político ou social da atualidade. Funcionando como instrumento de intervenção no real, como ressalta Teixeira (2005), a charge é vista como arma, compartilhando opiniões com seus leitores e não se eximindo de marcar posição quanto às injustiças e desigualdades sociais. A charge abaixo exemplifica essa postura crítica do chargista Angeli ao retratar o pronunciamento realizado pelo então presidente Lula em que reafirmava compromisso do governo com a geração de emprego.

Figura 4- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 08 dez. 2003.

O cartum, apesar de ter em comum com a charge a crítica e o humor, tem como temática, segundo Romualdo (2000, p. 20), o comportamento humano, suas fraquezas, seus hábitos e costumes. Ramos (2012) ressalta que não estar vinculado a um assunto do noticiário constitui a diferença principal entre a charge e o cartum. Já Valente (2001) põe em relevo os aspectos circunstancial e não circunstancial como elementos diferenciadores dos gêneros em questão.

O cartum abaixo, por exemplo, por apresentar uma crítica de costumes, tem seu sentido facilmente recuperado em qualquer época, tendo, portanto, um valor não circunstancial. Já a charge anterior, por focar um momento da realidade, apresenta um valor circunstancial, estando a compreensão de seu sentido atrelada à recuperação de seu contexto de produção.

Figura 5- Cartum de Bruno Drummond.

Fonte: O Globo, 31 out. 2010.

A caricatura pode ser definida como uma forma de representação gráfica que põe em relevo as características marcantes de um indivíduo. Diferentemente da charge e do cartum, a caricatura é um gênero, segundo Teixeira (2005), despolitizado, de observação do real e não de intervenção, já que não busca julgar e nem condenar, tendo como objetivo maior o humor. Assim sendo, o riso nesse gênero é "favorável" ao sujeito caricaturado. Além disso, o traço que distorce pode atuar como uma forma de homenagem. A caricatura a seguir exposta no XII Salão Internacional de Humor de Caratinga, em Minas Gerais, homenageia Ziraldo pelos seus 80 anos.

Figura 6- Caricatura de Amarildo em homenagem a Ziraldo.

Fonte: Disponível em: http://salaodehumordecaratinga.blogspot.com.br. Acesso em: 01 ago. 2014.

A caricatura também entra como elemento na composição da charge. Nesse caso, o traço que deforma passa a funcionar como arma, que, como ressalta Romualdo (2000), antes de nos fazer rir, nos faz pensar sobre o sujeito caricaturado.

Buscando, ainda, diferenciar os gêneros em estudo, cabe salientar que cada um deles articula, como afirma Teixeira (2005), mecanismos próprios de apropriação do real e do sujeito. Na charge, por exemplo, apesar de haver geralmente um sujeito real como referência, é por meio da criação de um personagem que o chargista revela a identidade daquele sobre o qual se debruça, já que esta não se dá por semelhança, mas por diferença, pondo em relevo aquilo que não está explícito numa situação real. Nesse caso, a agressividade da charge se revela no personagem, em nome e no lugar de um sujeito. No cartum, por se buscar uma identidade coletiva para problematizar as situações do cotidiano, o que se tem é a criação de personagem à margem de qualquer sujeito em específico, já que nesse gênero "o sujeito é imaginário e a realidade, fantasia" (TEIXEIRA, 2005, p. 23). A caricatura, por outro lado, permanece "presa nos limites da realidade, ancorada pelas dobras e bordas anatômicas do sujeito" (TEIXEIRA, 2005, p. 92), não havendo, assim, traço de alteridade, pois este gênero operaria com a repetição e reprodução do mesmo. A caricatura transformaria, portanto, o próprio sujeito real no mesmo sujeito fictício. O quadro, a seguir, elaborado por Teixeira (2005, p. 128), sintetiza esses mecanismos articulados em cada gênero:

Quadro 2- Distinção entre charge, cartum e caricatura

Charge	mundo real	→	mundo fictício
	sujeito	→	personagem
Cartum	mundo fictício	→	mundo fictício
	personagem	→	personagem
Caricatura	mundo real	→	mundo real
	sujeito	→	sujeito

1.4 **A charge - ampliando o olhar sobre o gênero**

A charge é um gênero que, após um longo processo de amadurecimento, ocupa um lugar de destaque nos jornais de grande circulação, transformando os fatos do cotidiano em objeto significativo de reflexão. Sobre o processo de criação desse gênero, o chargista Aroeira tece as seguintes considerações:

> Nosso processo começa sempre no contato com esses jornais ou com o telejornal. Uma das telas do meu escritório é uma televisão que fica ligada no Globo News permanentemente- o que é um inferno, mas é necessário. A nossa charge vem pronta: você abre a porta, pega os jornais e as charges estão lá: uma no JB, outra n'O Globo, outra n'O Dia, na capa ou em texto, basta a gente cavar um pouquinho, soprar a poeira, dar uma lapidada, pois a charge já está lá, no bruto mas está- é dessa maneira que começa (VALENTE, 2001, p. 152) .

Como se pode observar, é na realidade social que o chargista busca o *corpus* de sua charge. Sua temática refere-se a embates sociais e políticos que permeiam o cotidiano, focalizando, segundo Flôres (2002, p.11), universos de referência do leitor, "registrando perplexidades, [...],satirizando pontos de vista, desvelando motivações ocultas, introduzindo questionamentos. Por natureza é polêmica".

No que se refere à sua composição, a charge é, geralmente, constituída por apenas um quadro, apresentando a imagem ou relacionando a imagem à palavra, formando um todo significativo capaz de condensar determinados aspectos sociais ou políticos.

Ainda em relação à sua estrutura, convém destacar o modo de organização do texto. Na charge, o modo predominante é o argumentativo, no sentido de compartilhar um posicionamento crítico com o leitor. Há também o modo descritivo que, segundo Souza e Machado (2005, p. 63), pode ser entendido por meio do não verbal, já que todos os detalhes da imagem atuam sobremaneira na compreensão do sentido do texto, funcionando, inclusive, como o meio pelo qual o chargista busca envolver o leitor. Poderíamos depreender, ainda, o modo narrativo, já que a própria charge constitui uma narrativa, mesmo que recriada, dos fatos do cotidiano. Além disso, o discurso direto, de presença frequente nesse tipo de sequência, configura um bom exemplo de como o enunciador ganha voz para compartilhar seu posicionamento com o enunciatário. Como se pode verificar, o modo argumentativo, apesar de predominante, atua na charge em conjunto com o modo descritivo e narrativo, revelando a natureza heterogênea de composição desse gênero.

Já o estilo está relacionado ao modo como o chargista, ao voltar-se para os recursos linguístico-expressivos, seleciona e combina o verbal e o não verbal para obter a adesão do interlocutor. Desse modo, as escolhas lexicais, assim como a própria intertextualidade, objeto de estudo deste trabalho, funcionam como recursos bastante produtivos para atender ao propósito crítico e argumentativo do chargista.

Um aspecto interessante relacionado à charge refere-se à possibilidade de o conjunto de obra gráfica de um chargista funcionar, segundo Nery (2001), como um registro histórico e reflexivo de um determinado grupo social.

Flôres (2002, p. 10), ao ressaltar a importância da charge, afirma que seu valor decorre não só dessa possibilidade de funcionar

> como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação.

Nesse sentido, a charge pode ser considerada um objeto de estudo significativo, funcionando não só como forma de intervenção no real, mas também para moldar o imaginário coletivo.

Para finalizar, cumpre salientar que, apesar de ser um gênero entendido como crítico, polêmico, de traço agressivo, já que elege a política como objeto maior de intervenção, a

charge, de acordo com Oliveira (2001), constitui algumas vezes um espaço para homenagem. É o que ocorre quando ela compartilha sentimentos comuns com a sociedade, como situações de perda e luto, de exaltação e euforia. Nesses casos, segundo Teixeira (2005), a charge incorpora o bom senso, traduzindo o sentimento geral, consensual e coletivo. A charge a seguir ilustra a homenagem de Angeli ao ex-governador de Pernambuco e candidato à Presidência da República, Eduardo Campos (PSB), morto em acidente aéreo quando se deslocava para São Paulo para cumprir agenda de campanha.

Figura 7- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 14 ago. 2014.

1.4.1 O verbal e o não verbal

Como a charge articula, geralmente, o verbal e o não verbal para configuração de seus sentidos, recorreremos, nesta subseção, a alguns estudos sobre imagem a fim de compreendermos melhor suas propriedades no gênero em questão e, em seguida, apresentaremos algumas considerações sobre sua relação com o verbal.

Segundo Aumont (1993, p.78), "a produção de imagens jamais é gratuita, e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivos", como propagandas, finalidades religiosas, informativas, ideológicas, entre outros.

Ao tecer considerações sobre as funções que determinada imagem pode apresentar, Aumont (1993, p. 80) ressalta três modos principais de relação da imagem com o mundo: a) modo simbólico- imagens, por exemplo, com finalidade religiosa, vista como símbolo capaz

de “dar acesso à esfera do sagrado pela manifestação mais ou menos direta de uma presença divina”; b) modo epistêmico- imagem com a propriedade de trazer informações sobre o mundo, sendo variada essa natureza informativa dependendo do gênero em que se apresentar; c)modo estético- a imagem “é destinada a agradar seu espectador, a oferecer-lhe sensações específicas”.

Em relação à classificação apresentada por Aumont, percebemos que no gênero charge as funções predominantes são a epistêmica e a estética. A respeito delas, torna-se necessário, contudo, tecer algumas considerações.

A função epistêmica ou informativa pode ser caracterizada pelo fato de a imagem sintetizar notícias veiculadas pela mídia, apresentando, geralmente, grau considerável de informatividade, dependendo do espectador/ enunciatário, por meio das conexões que este seria capaz de estabelecer, principalmente, entre a charge e seu suporte (o jornal), para que os sentidos que a perpassam possam ser compreendidos.

Em relação à função estética, é necessário que se amplie a compreensão das sensações que a imagem pode oferecer ao seu espectador, uma vez que observamos que a imagem criada na charge transcenderia a finalidade apenas de agradar-lhe, conforme ressaltado por Aumont. Para ampliarmos tal entendimento, recorremos a Wollf (2005), que ressalta propriedades interessantes ao falar sobre o poder das imagens.

Segundo Wollf (2005, p. 19), as imagens seriam “capazes de suscitar aos poucos quase todas as emoções e paixões humanas, positivas e negativas, todas as emoções [...] que as coisas ou pessoas reais que elas representam poderiam suscitar: amor, ódio, desejo [...]”. Para ilustrar o modo como as imagens produzem uma série de efeitos consideráveis, Wollf ressalta:

> Podemos lutar por imagens, por sua conquista ou sua posse, podemos lutar contra imagens, cuspir no retrato de um inimigo assim como nele em pessoa, derrubar estátuas de um ditador morto como se fosse ele mesmo que estivesse ali para ser derrubado outra vez (WOLLF, 2005, p.19).

Pensando em charges políticas, poderíamos afirmar que a função estética da imagem recobriria não só aspectos positivos, “agradar a seu espectador”, como ressaltado por Aumont, levando-o, por exemplo, a dar boas risadas, mas também, e talvez fosse o maior poder da imagem no gênero em questão, aspectos negativos, ao incomodar, irritar, principalmente, aqueles que representam o sistema político nela caricaturado. Essa função negativa pode ser percebida, inclusive, na fala do próprio chargista Angeli, em entrevista concedida ao UOL

notícias: “[...] eu coloquei na minha cabeça que eu ia fazer charge que o caricaturado nunca queira ver [...] que aquilo incomode [...]” (ANGELI FILHO, 2014).

Se a imagem teria o poder de despertar sensações em seu observador, este teria como função importante colaborar para a construção do sentido daquela. Temos, assim, na obra de Aumont (1993), considerações importantes sobre o papel do espectador, com base em estudos de E.H. Gombrich.

Partindo de uma abordagem que considere o espectador como parceiro ativo da imagem, emocional e cognitivamente, Gombrich (apud AUMONT, 1993, p. 81) opõe duas formas principais de investimento psicológico na imagem: o reconhecimento e a rememoração.

O trabalho de reconhecimento, visto como um processo que emprega as propriedades do sistema visual, refere-se ao ato de reconhecer, apoiando-se na memória, buscando uma comparação constante, designada por constância perceptiva, entre aquilo que o espectador já viu e o que está vendo, acionando, segundo Aumont (1993, p. 83), não só as propriedades “elementares” do sistema visual, mas também a capacidade de codificação do observador a níveis bastante abstratos. Para ilustrar, o autor ressalta que temos condições de reconhecer e identificar os objetos, mesmo que apresentem eventuais distorções.

> O exemplo mais impressionante é o do rosto: se reconhecemos com facilidade o modelo de um retrato fotográfico [...] é graças à constância perceptiva; mas se reconhecemos também o modelo de uma caricatura, supõe-se que estamos fazendo intervir além disso outros critérios (ninguém se parece literalmente com sua caricatura). O caricaturista capta, ainda segundo Gombrich, invariantes do rosto, que não tínhamos necessariamente notado, mas que, a partir de então, poderão desempenhar o papel de índices de reconhecimento[...] (AUMONT, 1993, p. 82-83).

Já a rememoração, ligada ao processo de reconhecimento, teria como instrumento o esquema, que é definido, por Aumont (1993, p. 84), como “estrutura relativamente simples, memorizável como tal além de suas diversas atualizações”, apresentando, obrigatoriamente, aspecto cognitivo e didático. O autor ressalta, ainda, que o esquema não é absoluto, correspondendo sua forma a determinados usos aos quais estariam adaptados, podendo evoluir e às vezes chegando a desaparecer. Um exemplo dessa evolução, apresentado pelo autor, refere-se ao esquema iconográfico da auréola que, de início, figurada por um círculo ou até mesmo um quadrado, não apresentava nenhum efeito perspectivo, sendo aos poucos tratada como objeto real, passando a submeter-se às leis da perspectiva, recebendo, assim, a forma elíptica.

Vejamos como os índices de reconhecimento e rememoração operam na charge[2] a seguir:

Figura 8- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 27 jun. 2006.

Na charge de Angeli, é possível verificar o entrelaçamento de dois esquemas de rememoração atuantes na tradução irônica dos fatos do cotidiano. O primeiro remete a um contexto bíblico, que está no livro de êxodo 19:5-8, em que Moisés, a pedido de Deus, dirige-se ao povo para o alertar sobre a necessidade de obediência para herdar a "terra prometida". Esse esquema é acessível ao leitor por meio dos seguintes elementos: o cajado (símbolo do pastor), a túnica utilizada pelo personagem, o monte (em referência ao monte Sinai), o povo em posição inferior, o fundo da imagem remetendo ao deserto, além da posição do personagem, apontando com o dedo indicador o caminho a seguir. Já o segundo esquema está relacionado a um contexto político ativado, na charge, não só pelas invariantes do personagem caricaturado, representando a figura do então presidente do Brasil, mas também pelas cores verde e amarelo presentes na faixa (em referência à faixa presidencial) que envolve o personagem. A associação desses esquemas funciona também como índices de reconhecimento, permitindo ao leitor estabelecer, por meio da memória, uma relação do político com o religioso, de Lula com Moisés.

No intuito de ampliar a compreensão sobre o papel do espectador, Aumont (1993, p. 86) tendo, ainda, como base o trabalho de Gombrich, relaciona três aspectos importantes. O primeiro, a partir de uma perspectiva construtivista, é a de que não há olhar fortuito, ou seja,

[2] Uma análise linguístico-discursiva dessa charge será realizada no capítulo 5 deste trabalho, onde veremos, inclusive, seu contexto de produção.

“a primeira contribuição de Gombrich consistiu em lembrar que ver só pode se comparar o que esperamos à mensagem que o nosso aparelho visual recebe” (AUMONT, 1993, p. 86). O segundo refere-se à importância do saber prévio do espectador para compreensão da imagem, uma vez que uma imagem nunca poderia representar tudo. O terceiro refere-se à existência de esquemas perceptivos onde a capacidade de projeção do espectador se basearia. Nesse sentido, o papel do espectador seria

> extremamente ativo: construção visual do “reconhecimento”, emprego dos esquemas da “rememoração”, junção de um com a outra para a construção de uma visão coerente do conjunto da imagem. Compreende-se por que esse papel do espectador é tão central para toda a teoria de Gombrich: é ele quem *faz* a imagem (AUMONT,1993, p. 90).

Na charge jornalística, o papel do espectador/ enunciatário descrito por Gombrich não seria diferente. O chargista produz uma imagem extremamente rica de significados, exigindo um leitor com amplo conhecimento de mundo capaz não só de reconhecer os eventos políticos e sociais retratados nela, mas também de realizar os deslocamentos de sentido necessários para uma compreensão significativa do texto.

Após essa breve reflexão sobre a imagem, direcionaremos nosso olhar para o verbal, buscando ressaltar o modo como ele se manifesta no gênero em estudo. Como vimos, a imagem na charge exerce um papel não só informacional, mas também estético, tendo como objetivo principal despertar a atenção do leitor e levá-lo à reflexão sobre assuntos que estejam em foco na mídia. Essa imagem, no entanto, pode vir acompanhada por uma grande massa de texto, orientando a interpretação que se deve fazer dela, a fim de obter determinados efeitos de sentido.

Seguindo a mesma configuração das histórias em quadrinhos, o verbal na charge pode manifestar-se sob a forma de balões e legendas, representando tanto a fala do personagem quanto a do narrador, respectivamente. Embora exista uma variedade muito grande de balões, como ressalta Cirne (1977), encerrando diálogos, ideias, pensamentos e ruídos, os mais comuns no gênero charge são o balão fala e o balão pensamento.

Em nosso *corpus*, contudo, os chargistas não recorrem com frequência a esses tipos de balões, deixando, em geral, a fala desguarnecida em determinado canto do quadro, sinalizando, como costuma fazer Angeli, com o travessão a fala do personagem.

Já a legenda é um recurso muito comum nas charges de Angeli e Glauco, funcionando, algumas vezes, como uma espécie de gatilho para auxiliar o leitor na recuperação do contexto de produção.

A presença do verbal na charge assume, portanto, um papel importante na interpretação dos sentidos que a perpassam, atuando, inclusive, como um elemento direcionador do não verbal, podendo conformar seu sentido, alargá-lo ou até mesmo orientá-lo totalmente em outra direção. Dessa forma, como afirma Flôres (2002, p.14), seria praticamente impossível realizar a leitura desse gênero sem considerar os dois códigos complementares.

1.4.2 O humor

Possenti (1998), em seu livro *Os humores da língua*, afirma que o humor é caracterizado por dizer alguma coisa mais ou menos proibida, mas não necessariamente crítica. O autor ressalta, ainda, que se nem todo humor é crítico, não se pode dizer o mesmo do humor político. É essa criticidade que nos leva a afirmar juntamente com Teixeira (2005) que o humor na charge constitui o principal fundamento de sua narrativa, já que é por meio dele que "esse gênero transforma a notícia numa consciência sobre ela" (TEIXEIRA, 2005, 73). Mas que tipo de riso a charge suscita? Do que o homem ri? Que mecanismos linguísticos podem atuar na produção do humor no gênero em questão? Na tentativa de responder a esses questionamentos, vejamos como Bergson e Propp se posicionam a respeito do riso.

Bergson (2007), em sua obra clássica *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*, tece três considerações fundamentais sobre o riso. A primeira trata do fato de o riso ser de caráter eminentemente humano, de modo que rimos somente daquilo que se assemelhe a ele ou denote a sua presença. Assim, uma paisagem pode ser bela, graciosa, feia, mas nunca será risível. Por outro lado, se rimos de um animal, é porque surpreendemos nele uma atitude ou expressão humana. Se rimos de um chapéu, não rimos de um pedaço de feltro, por exemplo, mas da forma que os homens lhe deram.

A segunda consideração de Bergson (2007) refere-se à insensibilidade que acompanha o riso. Para o autor, o maior inimigo do riso é a emoção, de modo que para rirmos de uma pessoa que nos cause pena, por exemplo, torna-se necessário anestesiar momentaneamente o coração.

Bergson (2007) chama atenção, ainda, para o caráter social do risível, ou seja, para o fato de nosso riso ser sempre o riso de um grupo. Nessa terceira consideração, o autor afirma que o riso, por mais franco que seja, esconde uma segunda intenção de entendimento, de

cumplicidade com outros ridentes. Isso pode ser verificado por meio da impossibilidade de traduzir certos efeitos cômicos de uma língua para outra, já que eles seriam relativos aos costumes de uma dada sociedade.

Outro aspecto que merece relevo no estudo de Bergson (2007) diz respeito ao fato de o riso decorrer de uma certa "rigidez mecânica". Ao tratar do cômico das formas, por exemplo, o autor afirma que uma expressão risível do rosto será "aquela que nos leve a pensar em algo rígido, congelado, por assim dizer, na mobilidade ordinária da fisionomia" (BERGSON, 2007, p. 18). Para o autor, a caricatura configura esse tipo de comicidade, na medida em que o caricaturista capta determinado detalhe da face humana, por exemplo, e altera sua dimensão, respeitando, contudo, o seu formato, prolongando-o no mesmo sentido em que prolongaria a natureza, dando-nos a impressão de que o original também quis prolongar-se e fazer a careta.

Para Bergson (2007), os traços que provocam o riso, portanto, são o automatismo, a rigidez do corpo e do caráter, ações involuntárias, a repetição, entre outros. O autor ressalta, ainda, que a função do riso é, acima de tudo, uma correção. "Feito para humilhar, deve dar impressão penosa à pessoa que lhe serve de alvo. A sociedade vinga-se por meio dele das liberdades tomadas com ela" (p. 146).

Propp (1992), em sua obra *Comicidade e riso*, também estuda os aspectos do riso, afirmando que este ocorre em presença de duas grandezas: de um objeto ridículo e de um homem que ri. Assim, para o autor,

> Podem ser ridículos o aspecto da pessoa, seu rosto, sua silhueta, seus movimentos. Podem ser cômicos os raciocínios em que a pessoa apresenta pouco senso comum; um campo especial de escárnio é constituído pelo caráter do homem, pelo âmbito de sua vida moral, de suas aspirações, de seus desejos e de seus objetivos.[...] Em poucas palavras, tanto a vida física quanto a vida moral e intelectual do homem podem tornar-se objeto de riso (PROPP, 1992, p. 29).

O autor, além de tecer considerações sobre os motivos que suscitam o riso, apresenta, dentre outros tipos[3], o riso de zombaria como aquele que se faz mais presente na vida e na arte, estando sempre ligado à comicidade.

O riso de zombaria, de caráter agressivo, é descrito pelo autor como uma arma capaz de destruir a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que estão submetidos ao escárnio. É um riso que busca desnudar os defeitos, manifestos ou ocultos, daquele ou daquilo que provoque o riso.

---

[3] Além do riso zombaria, Propp apresenta em sua obra os seguintes tipos de riso: bom, maldoso, cínico, alegre, ritual e imoderado.

Na charge jornalística, esse riso se faz presente na medida em que ridiculariza, zomba, em especial, daqueles que compõem o cenário político, apontando suas falhas, revelando suas fraquezas. E, numa aproximação com a visão de Bergson, diríamos, ainda, que é um riso feito para humilhar, configurando uma forma de a sociedade vingar-se pelos descasos praticados contra ela.

Propp (1992) ressalta, ainda, alguns instrumentos linguísticos que atuam na produção do riso de zombaria, como o calembur, a paródia, o paradoxo e a ironia.

O *calembur* (trocadilho) é um jogo de palavras, segundo o dicionário Houaiss (2009), baseado em sua semelhança fônica e na diferença de sentido, dando lugar a dubiedades e equívocos para promover o riso. Na charge a seguir, Glauco, associando o efeito devastador do furacão Katrina, que atingiu boa parte da região litorânea do sul dos Estados Unidos, aos escândalos de corrupção relacionados ao governo, explora esse recurso, jogando com os vocábulos "Katrina" e "Latrina" para satirizar todas as imundícies que tinham acometido Brasília, com a presença do PT no governo.

Figura 9- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 18 set. 2005.

A paródia, considerada pelo autor como um dos instrumentos bastante produtivos de sátira social, "consiste na imitação das características exteriores de um fenômeno qualquer da vida [...], de modo a ocultar ou negar o sentido interior daquilo que é submetido à parodização" (PROPP, 1992, p. 84-5).

Já o parodoxo, próximo da ironia, suscita o riso caso a contraposição seja inesperada. Propp (1992, p. 125) ressalta que "se no paradoxo conceitos que se excluem mutuamente são reunidos apesar de sua incompatibilidade, na ironia expressa-se com as palavras um conceito

mas se subentende (sem expressá-lo por palavras) um outro, contrário". A ironia consiste, assim, num aspecto de zombaria, na medida em que revela os defeitos daquele ou daquilo de que se fala.

A ironia constitui um recurso bastante expressivo no gênero charge. Em alguns casos, ela pode ser verificada na contraposição do verbal ao não verbal para a produção do efeito humorístico. É o que observamos no exemplo a seguir, em que Angeli ironiza o fato de a quitação da dívida do Brasil com o FMI não ter surtido mudança significativa no país, já que a imagem em oposição à fala do personagem denuncia fortemente pessoas ainda vivendo à margem da sociedade.

Figura 10- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 15 dez. 2005.

Um aspecto fundamental a ressaltar, ainda, é que o riso no gênero em estudo só se revela na medida em que o leitor compartilha de seu contexto de produção e torna-se capaz de captar as segundas intenções que perpassam seu fio discursivo. Além disso, como a charge é um gênero que trata dos aspectos políticos e sociais do cotidiano, tendo no noticiário a matéria-prima para configuração de seus sentidos, com o passar do tempo, como destaca Romualdo (2000), o humor se desgasta, podendo não mais suscitar o riso, já que o leitor teria dificuldade em relacionar a charge ao seu contexto de produção. Se o contexto for recuperado, no entanto, o humor e, consequentemente, o riso podem ser facilmente restaurados.

2 TEXTO E DISCURSO

Nossa reflexão sobre texto e discurso parte do pensamento linguístico-filosófico de Bakhtin, uma vez que esses conceitos refletem sua concepção dialógica[4] de linguagem, que tem influenciado de modo significativo diversas correntes teóricas, entre elas, Linguística Textual e Análise do Discurso.

Em "Observações sobre a epistemologia das ciências humanas", Bakhtin (1997), retomando reflexões anteriores, apresenta uma atitude contrária ao posicionamento dos estruturalistas, reivindicando a exterioridade do texto, descartando, assim, seu fechamento em si mesmo.

> Sou contra o fechamento dentro do texto, contra as categorias mecânicas de "oposição" e de "transcodificação" [...], contra uma formalização e uma despersonalização sistemática: todas as relações têm um caráter lógico (no sentido lato do termo). De minha parte, em todas as coisas, ouço as *vozes* e sua relação dialógica. [...].(BAKHTIN, 1997, p.413).

Brait (2012, p. 10) ressalta que Bakhtin, ao se afastar de uma concepção que entende o texto apenas por seus elementos linguísticos, passa a inseri-lo "numa perspectiva mais ampla, ligada ao enunciado concreto que o abriga, a discursos que o constituem, a autoria individual ou coletiva, a destinatários próximos, reais ou imaginados, a esferas de produção, circulação e recepção, interação".

Bakhtin (1997, p.404) afirma que "o texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo". O autor também ressalta que por trás desse contato entre textos, há o contato de pessoas e não de coisas.

A Linguística Textual (doravante LT) apresenta atualmente uma concepção de texto próxima a de Bakhtin, devido ao fato de ter incorporado sua perspectiva dialógica da linguagem; no entanto, nem sempre foi assim. É o que podemos notar com as transformações pelas quais esse conceito sofreu na passagem da análise transfrástica à teoria do texto.

No primeiro momento de estudos sobre o texto, o interesse da LT voltava-se para a análise "transfrástica", cujos estudos partiam da frase para o texto. Nesse período, segundo

---

[4] Bakhtin concebe o dialogismo como um princípio constitutivo da linguagem e da constituição do sentido, desdobrando-se em dois aspectos: o da interação verbal entre enunciador e enunciatário do texto, e o da relação entre textos, ou seja, a intertextualidade no interior do discurso (BARROS, 2011).

Fávero e Koch (2012), as relações referenciais são postas em evidência, em especial a correferência, privilegiando os estudos relacionados à coesão textual.

> O texto era então concebido como uma "frase complexa", "signo linguístico primário" (Hartmann, 1968), "cadeia de pronominalizações ininterruptas" (Harweg, 1968), "sequência coerente de enunciados" (Isenberg, 1971), "cadeia de pressuposições" (Bellert, 1970). (KOCH, 2006, p.3).

Em um segundo momento, que abrange gramáticas textuais, o texto deixa de ser visto como simples soma de frases, passando a ser entendido como um todo estruturado. Além disso, a compreensão do texto passa a depender, à semelhança da competência linguística chosmkyana, da competência textual do interlocutor para distinguir texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados. Essa preocupação com a estruturação do sentido põe em relevo a coerência textual como um fator responsável pela textualidade.

Já no terceiro momento, denominado teorias do texto, o que ganha destaque é a consideração do contexto pragmático para compreensão do texto. Diferentemente de momentos anteriores, que concebiam o texto como produto, esta fase passa a compreendê-lo como parte de atividades mais globais de comunicação.

É importante ressaltar que a LT, ao adotar a perspectiva interacionista bakhtiniana, passa a compreender o texto como o lugar de interação entre sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos. Nesse sentido, como ressalta Koch (2006), a noção de contexto é ampliada, passando de situação comunicativa, como introduzido pela Pragmática, a um contexto construído na própria interação.

Ainda numa aproximação com o postulado dialógico de Bakhtin, Koch (2000, p.46) faz as seguintes considerações:

> Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que ele retoma, a que alude ou a que se opõe.

Nessa nova fase de estudo do texto, Beaugrande e Dressler (apud COSTA VAL, 2007) também contribuem de forma significativa ao apresentarem os sete princípios responsáveis pela textualidade: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Vejamos, brevemente, cada um deles.

A coerência textual não constitui simples traço dos textos, sendo construída, como ressalta Costa Val (2007), a partir da interação entre os conhecimentos presentes no texto e o conhecimento de mundo de seus interlocutores. Dessa forma, texto coerente é aquele em que o leitor consegue estabelecer

> uma continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto, e é incoerente aquele em que o leitor/alocutário não consegue descobrir nenhuma continuidade, comumente porque há uma séria discrepância entre a configuração de conceitos e relações expressas e o conhecimento anterior de mundo dos receptores. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981 apud FÁVERO, 2009, p.61).

A coesão textual se manifesta por mecanismos (gramaticais e lexicais) que indicam relações entre os componentes da superfície textual. Convém destacar que, assim como a coerência é construída pelo interlocutor, os elementos coesivos requerem o mesmo tratamento, já que esses, como afirma Costa Val (2007), não estão prontos no texto, mas sinalizados, para serem processados.

A intencionalidade refere-se à atitude do produtor em construir um discurso coerente e coeso tendo em vista seus objetivos comunicativos.

A aceitabilidade, relacionada diretamente à intencionalidade, corresponde à expectativa do interlocutor de que se depare com um texto coerente, coeso e relevante, capaz de lhe permitir adquirir algum tipo de conhecimento, cooperando com os objetivos do produtor.

A informatividade refere-se ao grau de novidade e previsibilidade das informações presentes no texto, podendo levar, por exemplo, o interlocutor a rejeitá-lo, caso apresente um nível informativo alto demais. Os autores ressaltam que o ideal seria um texto com grau médio de informatividade, permitindo ao interlocutor compreender o novo a partir de uma informação conhecida.

A situacionalidade, apontada pelos autores, refere-se aos elementos responsáveis pela adequação e relevância do texto em relação ao contexto em que ocorre. O contexto aqui adquire particularidade especial, visto que pode definir o sentido do texto e, normalmente, orientar tanto sua produção quanto recepção.

Já a intertextualidade diz respeito aos fatores que fazem a produção e recepção de um texto dependente do conhecimento de outro, constituindo, portanto, um fator importante no processamento de qualquer texto. Não aprofundaremos este princípio, pois ele será desenvolvido mais detalhadamente no capítulo 3 deste trabalho.

Como se pode observar, a terceira fase da LT descentra o estudo do texto atrelado apenas à coesão ou à coerência, como privilegiado em momentos anteriores. A textualidade passa a ser entendida como um modo de processamento, em que se articulam sete princípios para configuração do sentido, e não como conjunto de propriedades inerentes ao texto reduzido à sua dimensão de produto.

Iniciado seu estudo nos anos 1960, a Análise do Discurso busca também afastar-se do estruturalismo dominante da época, considerando o discurso como um objeto de estudo concebido em sua historicidade.

A influência dos estudos bakhtinianos também pode ser percebida pelo deslocamento que houve na concepção de discurso presente nessa corrente teórica. De acordo com Brandão (2014, p.10), a AD, num primeiro momento, ao trabalhar com a formação discursiva (doravante FD), apresentou uma "concepção de discurso circunscrita à noção estrutural, homogeneizante de uma FD, que determina *o que pode e deve ser dito*". Citando Maldidier, a autora afirma que, com a chegada dos estudos pragmáticos e filosóficos da linguagem, no campo da linguística, incluindo a recepção de Bakhtin-Volochinov, essa noção de FD é reconfigurada, pois se reconhece que ela não é um espaço estrutural fechado, estando

> em relação paradoxal com seu "exterior" ao ser constitutivamente "invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, sob a forma de pré-construído e de discursos transversos"(Pêcheux,1990b, p.314). Surge então a noção de interdiscursividade para designar o "exterior específico" que irrompe no interior de uma FD. (BRANDÃO, 2014, p. 7).

Tendo em vista essa nova perspectiva, encontramos em Maingueneau (2013, p. 58-62) as seguintes características desse objeto de estudo da AD: "o discurso é uma organização situada para além da frase"; "o discurso é orientado"; "o discurso é uma forma de ação"; "o discurso é interativo"; "o discurso é contextualizado"; "o discurso é assumido por um sujeito"; "o discurso é regido por normas"; "o discurso é considerado no bojo do interdiscurso".

Ainda segundo o autor, o discurso só ganha sentido e identidade a partir da relação com outros discursos. Essa relação interdiscursiva, como ressalta Fiorin (2012, p.151), é o dialogismo, "por serem dialógicos é que os discursos são objetos históricos". Refletindo sobre essa relação entre discurso e história, Fiorin tece, ainda, as seguintes considerações:

> É na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a história que perpassa o discurso. Com a concepção dialógica, a análise histórica dos textos deixa de ser a descrição de uma época, a narrativa da vida de um autor, para se transformar numa final e sutil análise semântica, que vai mostrando aprovações ou reprovações, adesões ou recusas, polêmicas e contratos, deslizamentos de sentido, apagamento, etc. A história não é exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é histórico, já que se constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, na oposição das vozes que se entrechocam na arena da realidade. Captar as relações do texto com a história é apreender esse movimento dialético de constituição do sentido (FIORIN, 2012, p. 151).

Como observamos até aqui, todo texto e todo discurso se relacionam com outro texto e outro discurso, compreendendo a concepção dialógica da linguagem, tal como postulado por

Bakhtin. É no interior da Linguística Textual e Análise do Discurso, no entanto, que buscaremos compreender, no próximo capítulo, essa relação dialógica por meio dos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade desenvolvidos, respectivamente, pelas linhas teóricas em questão. Busca-se, assim, uma tentativa de integração entre conceitos de áreas distintas para um melhor aproveitamento de nosso objeto de análise, a charge.

3 INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE

No capítulo anterior, sinalizamos a importância do postulado dialógico de Bakhtin na área dos estudos linguísticos, permitindo à LT e à AD trilharem caminhos diferentes no desenvolvimento dos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, respectivamente. Neste capítulo, buscamos tecer reflexões sobre esses recursos, através de alguns estudiosos que se dedicaram a compreendê-los, privilegiando os tipos e graus de intertextualidade, as relações entre textos como fator de coerência e o modo como os discursos podem se relacionar por meio do processo de interincompreensão no espaço discursivo.

3.1 Intertextualidade

O conceito de intertextualidade foi introduzido nos anos 1960 pela crítica literária Júlia Kristeva, no interior da Teoria Literária, para caracterizar o fenômeno da relação dialógica entre textos postulado por Bakhtin. Para este autor (2003), todos os nossos textos (enunciados) se relacionam com outros textos em níveis variáveis, constituindo um elo na cadeia da comunicação verbal, que não pode ser separado dos elos anteriores, já que o determinam por fora e por dentro, provocando uma ressonância dialógica.

Seguindo os passos de Bakhtin, Kristeva (apud KOCH, 2000, p.48) afirma que "qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto", compreendendo, assim, a intertextualidade.

Embora a relação entre textos, de alguma forma, sempre tenha existido, esse fenômeno passou a receber contornos para uma sistematização, a partir da análise que Bakhtin realizou da obra de Dostoiévski.

> As primeiras formulações sobre essa relação, em termos da imanência do texto e não de influências marcadas extratextualmente, vem de dois ensaios pioneiros de autores ligados ao formalismo russo. O primeiro, *Dostoiévski e Gogol: contribuição à teoria da paródia*, de J. Tynianov, foi publicado em 1921. Posteriormente, em 1929, surge *Problemas da poética de Dostoiévski*, de M. Bakhtin, a quem se devem as expressões "dialogismo" e "polifonia" transpostas para o campo da crítica e da poética literárias. A obra de Bakhtin, muito mais do que a de Tynianov, foi bastante divulgada na Europa e na América a partir da tradução do ensaio supracitado, em 1963, para o francês, por Júlia Kristeva. (MESERANI, 2008, p. 64).

Na Linguística Textual, os estudos de Beaugrande e Dressler, como vistos no capítulo anterior, trouxeram contribuição significativa ao ressaltarem a intertextualidade como um dos sete princípios responsáveis pelo processamento do texto. A esse respeito, Costa Val (2006) acrescenta que vários textos só ganham sentido quando compreendidos em relação a outros, que funcionariam como seu contexto.

Ainda no interior da Linguística Textual, Koch (2000) amplia o conceito de intertextualidade, postulando uma intertextualidade em sentido amplo e em sentido restrito. Na primeira acepção, a autora afirma que a intertextualidade é a condição de existência do próprio discurso, podendo aproximar-se do conceito de interdiscursividade para AD, mantidas evidentemente as diferenças de perspectivas teóricas. Na segunda, considera "a relação de um texto com outros previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos" (KOCH, 2000, p.48). Para esta última, a autora embasa-se em Laurent Jenny (1979, p. 14) que, preocupado em como caracterizar a intertextualidade, ou seja, como abordar a presença de um texto em outro, propõe o reconhecimento desse fenômeno linguístico "desde que se possa encontrar num texto elementos anteriormente estruturados, para além do lexema".

Paulino, Walty e Cury (1995, p.12), ao afirmarem que a cultura funciona "como um processo intertextual, em que cada produção humana dialoga necessariamente com as outras", mostram a amplitude da intertextualidade. As autoras ressaltam, ainda, que "cada descoberta só acontece com a apropriação de conhecimentos anteriores. Se assim não fosse, o caminho do homem teria de ser todo novamente construído a cada nova conquista" (op.cit.).

Se a intertextualidade forma essa grande rede cultural, permitindo a evolução do homem, ela também está, como ressalta Maria Teresa Gonçalves Pereira (1998, p. 284), "nas pequenas intervenções do dia a dia, em conversas ou situações informais, títulos de obras de meios de comunicação diversos. Aparece para pontuar, esclarecer, caracterizar melhor determinada situação".

Percebe-se, assim, como ressalta Castro (2013, p. 64), que a intertextualidade, embora tenha sido apresentada inicialmente para o estudo de textos literários, atualmente se encontra disseminada em diversos gêneros. É importante destacar que esse recurso linguístico abrange não só relações entre textos de mesma natureza, mas entre textos que apresentam sistemas semióticos diferentes, como se verificará neste trabalho, ao abordarmos o gênero charge.

3.1.1 Tipos e graus de intertextualidade

Como o conceito de intertextualidade abrange diversas tipologias, apresentamos, a seguir, alguns estudos que tratam da relação entre textos efetivamente produzidos, tomando como base Valente (2002), Sant'Anna (2007), Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Maia (2006). Antes, no entanto, como nosso objeto de análise é a charge, há uma necessidade de se estender os limites da intertextualidade às relações entre textos de naturezas diversas. Sendo assim, não poderíamos deixar de mencionar o estudo de Edson Carlos Romualdo (2000) que, ao destacar a relação existente entre a charge e os textos do jornal, percebeu que esse gênero pode se relacionar com textos verbais, textos não verbais, textos verbais e não verbais, com outras charges e até mesmo com a simbologia criada em torno de alguma data. Cumpre ressaltar que essa relação não figura apenas entre textos do próprio jornal, evidentemente, mas com textos exteriores a ele. No decorrer desta seção, será possível observar alguns exemplos de como isso ocorre.

Valente (1997; 2002), com base em Laurent Jenny, classifica a intertextualidade em interna e externa. A primeira ocorre quando um autor cita a si mesmo; a segunda, quando cita outros autores. Segundo Valente, a intertextualidade externa subdivide-se em:

a)explícita- quando a citação ocorre na íntegra de uma frase, um verso, um fragmento de texto, ou seja, quando a intertextualidade presentifica-se, como ressalta Jenny (1979), no nível do conteúdo formal da obra, deixando transparecer a sua relação com outros textos;

b) implícita- quando a citação é parcial, modificada.

Valente (2002, p.181) ressalta que a intertextualidade externa implícita "exige muito mais do leitor no jogo intertextual, pressupondo maior grau de informatividade, mais *conhecimento de mundo*", sendo, portanto, fundamental o seu reconhecimento para a construção do sentido do texto.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007) também abordam a intertextualidade explícita e implícita, no livro *Intertextualidade: diálogos possíveis*, no entanto, as autoras relacionam esses tipos de intertextualidade à presença ou não da fonte do intertexto.

A intertextualidade explícita ocorre quando no próprio texto há a menção à fonte do intertexto. É o caso das resenhas, discursos relatados, referências, citações, entre outros. As autoras ressaltam, ainda, que esse tipo de intertextualidade pode ocorrer

> em situações de interação face-a-face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo, ou mesmo para demonstrar atenção ou interesse na interação- neste último caso, funcionando de modo semelhante a um sinal de retroalimentação (backchanel).(KOCH et al., 2007, p. 28).

Já a intertextualidade implícita ocorre sem a identificação expressa da fonte, cabendo ao leitor/ ouvinte a recuperação do intertexto em sua memória para construção do sentido do texto. Koch et al. (2007) salientam também que esse tipo de intertextualidade pode seguir a orientação argumentativa do texto fonte ou argumentar em sentido contrário.

Para ampliar a compreensão sobre a intertextualidade implícita, destacamos o estudo sobre o *détournement*. Formulado por Grésillon e Maingueneau (1984 apud KOCH et al., 2007, p. 45), esse conceito "consiste em produzir um enunciado que possui as marcas linguísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos". Os autores afirmam, ainda, que essa noção pode apresentar um valor lúdico, onde se verificam simples jogos com as sonoridades das palavras, ou militante, visando a dar autoridade a um determinado enunciado, por exemplo.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007), refletindo sobre o conceito em questão, consideram, no entanto, todo e qualquer exemplo de *détournement* militante em maior ou menor grau, já que ele sempre orientará a construção de novos sentidos pelo interlocutor. Nessa direção, o objetivo do termo seria o de "levar o interlocutor a ativar o enunciado original, para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações, ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do sentido original" (KOCH et al., 2007, p. 45).

As autoras postulam, ainda, a ampliação desse conceito às diversas formas de intertextualidade em que ocorre algum tipo de alteração do texto fonte. Nesse sentido, o *détournement* pode ser verificado em provérbios, frases feitas, ditos, canções populares, títulos de filmes, poemas, entre outros. Os procedimentos de retextualização, ou seja, de transformação de um texto em outro, ocorrem da seguinte forma:

a) substituição de fonemas ou de palavras: "Até que a morte nos separe"- "Até que a sorte nos separe" (Título de filme)
b) acréscimo de elementos no enunciado original: "Devagar se vai ao longe"- "Devagar é que não se vai longe"(Chico Buarque- "Bom Conselho")

c) supressão de elementos do corpo original do enunciado: “Para bom entendedor, meia palavra basta”- “Para bom entendedor, meia palavra bas”. (Luiz Fernando Veríssimo- “Mínimas”)

d) transposição de itens lexicais, alterando a ordem original do enunciado: “Pense duas vezes antes de agir”- “Aja duas vezes antes de pensar” (Chico Buarque- “Bom Conselho”).

A charge abaixo ilustra a intertextualidade externa explícita e implícita. Vejamos:

Figura 11- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 03 fev. 2003.

Publicada no início do primeiro mandato do governo Lula, a charge apresenta pelo menos duas relações intertextuais: uma relacionada ao projeto de governo “Fome Zero” e outra ao ditado popular “A propaganda é a alma do negócio”. No primeiro caso, o chargista lança mão de uma intertextualidade externa explícita, pois, de acordo com Valente (1997), repete na íntegra o slogan do programa. No segundo, a intertextualidade é externa implícita, uma vez que o enunciado “A alma do negócio” apresenta uma supressão do vocábulo “propaganda”, configurando um exemplo de *détournement* utilizado com propósito argumentativo para ironizar o projeto do governo.

Affonso Romano de Sant’Anna (2007), em seu livro *Paródia, paráfrase & cia*, chama atenção também para as seguintes formas de intertextualidade implícita: intertextualidade das semelhanças e das diferenças. O primeiro tipo encontra-se no eixo parafrástico e o segundo, no parodístico.

A paráfrase consiste em reafirmar o sentido do texto retomado. O parafraseador é aquele que deixa a voz do outro se sobrepor à sua, havendo um desvio mínimo de sentido. O novo enunciado segue, assim, a orientação argumentativa do texto fonte, já que o enunciador "incorpora e transmite certa ideologia, sem se posicionar criticamente em relação a ela" (ROMUALDO, 2000, p. 72).

Paulino et al. (1995, p. 31) ressaltam que a paráfrase não deve ser confundida com o conceito de plágio, uma vez que ela "deixa clara a fonte, a intenção de dialogar com o texto retomado, e não de tomar seu lugar".

Sant'Anna (2007) acrescenta que a tradução configura um exemplo de paráfrase, uma vez que o tradutor, ao se apropriar da obra alheia, introduz maneiras pessoais de interpretar o texto original. Dessa forma, a atividade de tradução pode ser compreendida como uma coautoria, podendo ir, como ressalta o autor, "do simples parasitismo a uma certa dose de invenção" (SANT'ANNA, 2007, p.18).

A paródia, por outro lado, é uma forma de apropriação que, em vez de conformar o sentido do texto retomado, rompe com ele, ridicularizando-o e argumentando em outra direção. Há, assim, uma inversão/subversão do significado ideológico e estético do texto original. Como ressalta Sant'Anna (2007, p. 32),

> a paródia é como a lente: exagera os detalhes de tal modo que pode converter uma parte do elemento focado num elemento dominante, invertendo, portanto, a parte pelo todo, como se faz na charge e na caricatura. E eu diria, usando ainda um raciocínio psicanalítico, que a paródia é um ato de insubordinação contra o simbólico, uma maneira de decifrar a Esfinge da Mãe Linguagem. Ela difere da paráfrase na medida em que a paráfrase se assemelha àquele que dorme edipianamente cego no leito da Mãe Ideologia. Sendo uma rebelião, a paródia é parricida. Ela mata o texto-pai em busca da diferença. É o gesto inaugural da autoria e da individualidade.

Refletindo sobre a paródia, Romualdo (2000) destaca que ela apresenta duas visões antagônicas num único momento. Ou seja, "ao mesmo tempo em que afirma, pois é preciso absorver para rejeitar, nega a organização ideológica vigente" (p.76). O autor também ressalta que a paródia pretende levar o leitor à reflexão.

Sant'Anna põe em relevo, ainda, que esses tipos de intertextualidade (paráfrase e paródia) são relativos ao leitor. "São recursos percebidos por um leitor mais informado. É preciso um repertório ou memória cultural [...] para decodificar os textos superpostos" (SANT'ANNA, 2007, p. 26). Se o leitor não tiver conhecimento do intertexto presente no qual está sendo parodiado, por exemplo, não conseguirá compreender grande parte ou até mesmo todo o sentido do texto.

Convém ressaltar que, segundo Koch et al. (2007, p.140), o *détournement* se aproxima do conceito de paródia na medida em que tenta alcançar o mesmo valor subversivo. No entanto, nesta tem-se a transformação inteira de um texto em outro, uma vez que, segundo Sant'Anna (2007, p. 32), a paródia "mata o texto-pai em busca da diferença", e naquele apenas trechos, segmentos de um texto fonte, são parcialmente transformados. O ditado popular abaixo exemplifica bem essas diferenças:

Por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher.

-**subversão operada pela paródia**: "Por trás de uma ONG desinteressada pode haver governantes interesseiros"(Fernando Bonassi- *Folha de São Paulo*, 21 set. 2004, Ilustrada).

-**subversão operada pelo *détournement* (substituição e acréscimo)**: "Por trás de todo grande homem tem sempre um banco de couro que é uma delícia" (Propaganda de automóvel- Chrysler).

Para ilustrar o estudo de Sant'Anna, destacamos a intertextualidade das semelhanças nos textos a seguir:

Figura 12- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 21 abr. 2004.

Figura 13- Texto jornalístico

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

CLIMA DE CONFRONTO

NÃO BASTASSE a escalada de invasões de propriedades rurais liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), São Paulo e outros Estados tornaram-se palco de uma onda de manifestações de grupos ligados a movimentos de reivindicação por moradia —os chamados sem-teto. A título de reivindicar mudanças nas políticas habitacionais dos governos estaduais e federal, manifestantes ligados a esses grupos vêm promovendo um deplorável espetáculo de desrespeito à ordem institucional, invadindo prédios públicos e propriedades privadas.

Ao mesmo tempo em que as lideranças dos sem-teto e dos sem-terra partem para o confronto e apostam irresponsavelmente na radicalização, outras situações inquietantes contribuem para adensar a atmosfera de apreensão. São os casos do recente massacre de garimpeiros na reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, e da guerra do narcotráfico nos morros do Rio.

Em conjunto, esses episódios alimentam a percepção de que o Estado se ausenta de suas funções e que a violência e a desobediência civil tornam-se rotineiras —sem que se observem políticas sendo efetivamente implantadas para combatê-las.

Embora digam respeito a diversas esferas de governo, essas situações desafiam acima de tudo a autoridade federal, de quem se espera o exemplo. A administração Luiz Inácio Lula da Silva, no que tange ao MST, vem dando seguidas e inaceitáveis demonstrações de leniência, tendo nomeado uma plêiade de simpatizantes do movimento para órgãos governamentais ligados à questão agrária. O governo federal mostra-se também pródigo em exercícios retóricos, notadamente na área da Justiça e segurança, sem que os resultados práticos apareçam.

Não se trata de transformar a questão social em questão de polícia, mas é preciso que as partes envolvidas entendam que os conflitos devem encontrar suas arenas nos limites institucionais, sem o que o próprio Estado de Direito estará em xeque.

Fonte: Folha de São Paulo, 21 abr. 2004.

A charge (fig. 12) tem como tema a onda de invasões e protestos espalhados pelo país, envolvendo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais), sem-teto e índios. O trabalho de Glauco foi publicado no caderno de Opinião, assim como o texto jornalístico (fig.13), com o qual estabelece uma relação intertextual convergente, ou seja, de mesma natureza argumentativa. Essa semelhança ideológica entre os textos cria uma paráfrase, podendo ser percebida no modo como esses acontecimentos são retratados, apresentando uma postura crítica em relação à atitude leniente do governo.

É possível observar, ainda, que os campos semânticos entre os textos também se relacionam, ou seja, o “clima de confronto”, assim como a “atmosfera de apreensão”, presentes no texto acima (fig. 13), são apresentados na charge por meio de “chuvas” de problemas que assolam o governo, satirizando, assim, sua tentativa apenas de se proteger.

Outro critério bastante produtivo para classificação da intertextualidade está relacionado ao que Koch, Bentes e Cavalcante (2007) denominam por intertextualidade temática, estilística e intergenérica.

A intertextualidade temática consiste na abordagem de um mesmo assunto encontrado, por exemplo, em textos que pertencem a uma mesma área de conhecimento. As autoras acrescentam que esse tipo de intertextualidade também pode ser encontrado em histórias em quadrinhos de um mesmo autor, entre matérias de jornais de um mesmo dia ou durante um certo período em que determinado tema é considerado em foco e assim por diante.

Tomam-se como exemplo os textos abaixo:

Figura 14- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 06 maio 2005.

Figura 15- Texto jornalístico

Governo esvazia programa 1º Emprego

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva decidiu esvaziar o programa Primeiro Emprego, promessa de campanha eleitoral, um ano e sete meses após seu lançamento, relata **Marta Salomon.** O programa subsidiava com R$ 1.500 os empresários que contratassem jovens pobres durante um ano.

Em vez disso, o Ministério do Trabalho vai priorizar o treinamento e a qualificação de jovens entre 16 e 24 anos, faixa que concentra 45% dos desempregados do país.

O resultado é que o governo deixa de estimular a criação direta de vagas de trabalho.

De outubro de 2003 até agora, na principal linha do programa, só 3.400 jovens foram contratados mediante incentivo às empresas, segundo o ministério. Quando foi lançado, o Primeiro Emprego visava atingir 250 mil jovens até o final de 2004. Dos R$ 65 milhões destinados pelo Orçamento de 2005 ao incentivo às contratações, haviam sido pagos até sábado apenas R$ 67 mil (0,1%).

Para o governo, o programa esbarrou em problemas como a falta de interesse das empresas por pessoal não qualificado e as dívidas de algumas delas com o fisco. **Pág. A4**

Fonte: Folha de São Paulo, 05 maio 2005.

Na charge (fig.14), Glauco problematiza o programa “Primeiro emprego” do governo Lula, promessa de campanha eleitoral. A charge estabelece uma relação intertextual com a matéria (fig.15) publicada um dia antes no jornal *Folha de São Paulo,* intitulada “Governo esvazia programa 1º emprego”. É interessante observar que, embora a temática presente nos textos seja comum, a orientação argumentativa dada pelo chargista é totalmente diferente da presente no texto jornalístico. Ou seja, o chargista faz a captação do tema, no entanto orienta o discurso criticamente em outra direção. Percebe-se, assim, o que Sant’Anna denomina por intertextualidade das diferenças (paródia), já que a falta de oportunidade no mercado de trabalho é traduzida como aumento de violência, facilitando, portanto, a entrada dos jovens no mundo do crime.

A intertextualidade estilística ocorre quando o produtor do texto, dependendo de seu objetivo, “repete, imita, parodia certos estilos ou variedades linguísticas: são comuns os textos que reproduzem a linguagem bíblica, [...], o estilo de um determinado gênero, autor ou segmento da sociedade” (KOCH ET AL., 2007, p.19).

Na charge abaixo, por exemplo, o trabalho de Angeli nos remete à pintura de Leonardo da Vinci, “A última ceia”, que teve sua inspiração na última ceia feita por Jesus, antes de sua crucificação. O chargista retoma, ainda, outra passagem bíblica (Mc 6: 35-42), em que Jesus, tendo de alimentar uma multidão de seguidores, multiplicou milagrosamente 5 pães e 2 peixes.

Figura 16- Charge de Angeli

- E, agora, com vocês... A Mutiplicação dos Peixes!

Fonte: Folha de São Paulo, 01 set. 2004.

Figura 17- Representação da pintura de Leonardo da Vinci, "A última ceia"

Fonte: Disponível em: http://artefontede conhecimento.blogspot.com.br/ 2013/03/a-ultima-ceia-leonardo-da-vinci_25.html. Acesso: 13 jul. 2013.

Percebe-se, assim, que as referências às passagens bíblicas não foram gratuitas. Diante do resultado divulgado pelo IBGE de que a economia do país conseguira atingir o melhor resultado, desde o governo anterior, Angeli tenta recompor através da imitação o quadro de Leonardo da Vinci (intertextualidade estilística) para satirizar a imagem do Presidente da República como "salvador", daquele que se "sacrificaria" pelo país para aumentar o consumo das famílias, enfim, do "messias" enviado por Deus para operar "milagrosamente" na economia.

Já a intertextualidade intergenérica ocorre quando um gênero assume a função de outro com vistas à produção de determinado efeito de sentido. É o que Marcuschi denomina de intergenericidade ou configuração híbrida, como visto no capítulo 1, sendo comum esse tipo de intertextualidade em propagandas, tirinhas, charges e até mesmo artigo de opinião.

Maia (2006), em estudo recente, chama atenção, ainda, para a atribuição de graus às diferentes funções de intertextualidade. A autora ressalta que não se deve compreender a intertextualidade apenas "como a identificação da fonte e, sim, que se procure estudá-la como um enriquecimento da leitura e da produção de textos e, sobretudo, que se tente mostrar a função da sua presença na construção e no(s) sentido(s) dos textos" (MAIA, 2013).

Para tanto, a autora sugere, didaticamente, uma escala de grau mínimo, grau médio e grau máximo. Para as referências intertextuais sem função específica na construção do sentido do texto, pode-se atribuir um grau mínimo, uma vez que a intertextualidade seria utilizada apenas como pretexto sem demonstrar sua verdadeira função. Para ilustrar, Maia (2013) cita as epígrafes que às vezes são utilizadas em teses acadêmicas sem relação com a temática desenvolvida na obra. O grau médio seria atribuído a intertextualidade realizada com a finalidade de contribuir para o sentido do texto, entretanto, não seria imprescindível para sua

compreensão. Já o grau máximo refere-se à intertextualidade sem cujo reconhecimento o texto seria considerado pelo interlocutor ininteligível.

A charge abaixo ilustra a proposta apresentada por Maia.

Figura 18- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 16 maio 2004.

Glauco satiriza a postura de Lula frente à publicação do jornalista William Larry Rother Junior, correspondente do jornal *New York Times* no Brasil, que publicou uma reportagem sobre o suposto excesso alcoólico do então presidente. Na época, o governo recorreu à lei para cassar o visto do jornalista americano, dividindo opiniões na sociedade entre os que defendiam essa atitude por considerarem a reportagem ofensiva à honra do presidente e os que alegavam ser essa postura uma forma de censura, não condizente com a natureza de um país democrático.

A compreensão da charge fica condicionada ao reconhecimento do contexto de produção, sendo, portanto, caracterizada como grau máximo. O predomínio do não verbal também corrobora a elevação do grau, tendo como gatilhos para ativação do intertexto o nome do jornal "New York Times" e a "tesoura", símbolo bastante expressivo ligado ao ato de censurar.

3.1.2 Intertextualidade como fator de coerência

A coerência textual é um princípio de textualidade, como visto no capítulo anterior, responsável pelo estabelecimento do sentido do texto. Seu processamento, no entanto, decorre

de uma série de fatores, de natureza situacional, cultural e até inferencial, que ocorrem na interação entre o texto e seus interlocutores. A respeito dessa interação, ressalta Costa Val:

> Podemos dizer que a coerência é co-construída pelos interlocutores e depende da co-construção da coesão, da situacionalidade, da intencionalidade, da aceitabilidade, da informatividade, da intertextualidade. Um texto é aceito e avaliado pelos interlocutores (aceitabilidade) como coerente quando os recursos linguísticos que utiliza são percebidos como integrados num todo inteligível (coesão), que lhes pareça adequado à situação em que ocorre (situacionalidade) e apropriado para a realização das intenções do locutor diante dos ouvintes ou leitores a que se destina (intencionalidade). (COSTA VAL, 2013).

A intertextualidade constitui um fator de coerência na medida em que, como ressaltam Koch e Travaglia (2011), para o processamento cognitivo de um texto, se recorre ao conhecimento prévio de outros. Nesse sentido, a recuperação do intertexto assume importância significativa, visto ser por meio deste que o leitor poderá realizar uma compreensão plena do texto.

Muitos textos chegam a ser considerados incoerentes para o leitor devido ao fato deste não conseguir estabelecer uma continuidade de sentido, como, por exemplo, não estabelecer uma relação do texto com o intertexto sobre o qual foi construído. Percebe-se, assim, como ressalta Valente (2002, p. 181), que o autor, ao lançar mão do recurso da intertextualidade, "busca uma espécie de cumplicidade com o leitor para integrá-lo à construção da mensagem", exigindo, portanto, um leitor atento e com conhecimento de mundo necessário para não se limitar a realizar uma leitura de superfície.

Fiorin (1998) chama atenção também para o fato de muitas vezes ocorrer uma quebra proposital da coerência a fim de produzir um determinado efeito de sentido. É o que se pode observar na charge a seguir (fig.19), sendo a recuperação de seu contexto de produção (fig.20) importante para construção do sentido.

Figura 19- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 01 mar. 2006.

Figura 20- Texto jornalístico

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que 2005 foi um ano "muito sofrido" para o Brasil e que aproveitaria o feriado de Carnaval para "descansar e pensar". "Vou pensar muito, porque tem muita coisa para fazer no ano de 2006", afirmou no programa de rádio "Café com o Presidente".

Lula passa o feriado numa base da Marinha no litoral do Rio, na região de Mangaratiba, a cerca de cem quilômetros da capital fluminense. Ontem, foi visto pescando. A mídia é mantida à distância.

Lula não disse por que o ano foi sofrido, mas o programa foi gravado no dia da divulgação do crescimento do país em 2005 —2,3%, menos da metade do registrado em 2004 e muito menor que o de outros emergentes, como China e Argentina, que superaram os 9%.

O ano passado foi também o do escândalo do "mensalão", nascido da revelação de que o PT pagava pelo apoio de parlamentares. O caso derrubou ministros e será um dos trunfos da oposição na campanha à Presidência deste ano. **Pág. A4**

Fonte: Folha de São Paulo, 28 fev. 2006.

Como é possível notar, a charge estabelece uma relação intertextual com o texto acima (fig.20), publicado um dia antes na *Folha de São Paulo*, que tem como tema a viagem de carnaval anunciada pelo então presidente Lula, ressaltando seu momento destinado à reflexão devido ao ano sofrido que fora 2005, com destaque, ainda, para alguns percalços que ocorreram durante esse período, como o baixo crescimento da economia e os escândalos de corrupção envolvendo o governo.

No texto chargístico (fig.19), a aparente incoerência presente na fala do personagem, gerada pela expectativa de que se terá uma profunda reflexão acerca dos problemas vividos pelo país, resolve-se com a compreensão do contexto de produção, ou seja, com a recuperação do intertexto supracitado, pois um leitor mais atento perceberá que essa quebra da coerência funciona como recurso irônico e humorístico para pôr em relevo a dificuldade do governo em lidar com os problemas ocorridos em sua gestão. O conhecimento de mundo do leitor acerca da trajetória política do então presidente é também de fundamental importância para desfazer essa suposta incoerência, já que o "não ter frequentado uma escolinha de natação" remete ao fato de Lula ter alcançado à presidência sem ter tido uma educação formal completa, satirizando, assim, que, se uma baixa formação escolar não o impediu de chegar a tal cargo, no cotidiano a escola pode fazer muita falta.

Dessa forma, a intertextualidade presente na charge poderia ser considerada, de acordo com estudo de Maia (2006), grau máximo, pois, para que haja uma compreensão significativa, ou seja, para que o leitor acione as estratégias escolhidas pelo autor, é necessário reconhecer o

intertexto[5] sobre o qual a charge foi construída. Para tanto, uma leitura frequente do jornal auxiliaria o leitor a reconstruir a caminhada interpretativa proposta pelo produtor do texto.

Como se observou na charge de Angeli (fig. 19), a intertextualidade caracteriza um novo modo de instituir a leitura, visto que, como ressalta Cardoso-Silva (1997), os sentidos que podem ser lidos em determinado texto não estão necessariamente nele, mas na sua relação com outros textos. A esse respeito, Jenny (1979, p. 21-2) afirma:

> Cada referência intertextual é o lugar duma alternativa: ou prosseguir a leitura, vendo apenas no texto um fragmento como qualquer outro, que faz parte integrante da sintagmática do texto – ou então voltar ao texto-origem, procedendo a uma espécie de anamnese intelectual em que a referência intertextual aparece como um elemento paradigmático "deslocado" e originário duma sintagmática esquecida. Na realidade, a alternativa apenas se apresenta aos olhos do analista. É em simultâneo que estes dois processos operam na leitura – e na palavra – intertextual, semeando o texto de bifurcações que lhe abrem, aos poucos, o espaço semântico.
> Sejam quais forem os textos assimilados, o estatuto do discurso intertextual é assim comparável ao duma super-palavra, na medida em que os constituintes deste discurso já não são palavras, mas sim coisas já ditas, já organizadas, fragmentos textuais.

Dessa forma, percebemos que a intertextualidade presente na charge exige do leitor um movimento que tente resgatar o texto-origem, em sua cultura, memória, no próprio jornal em que a charge estiver inserida, a fim de identificar seu conteúdo intertextual. Uma leitura que despreze as relações intertextuais presentes na charge, seria uma leitura de superfície, comprometendo boa parte, se não todo o sentido do texto. Deve-se ressaltar, ainda, que as "coisas já ditas, já organizadas", apontadas por Jenny (op.cit.), são atualizadas nesse gênero, geralmente, por um novo viés, o da subversão, próprio de sua natureza crítica e argumentativa.

A charge, a seguir, por reunir uma série de acontecimentos divulgados pela imprensa, ilustra bem a importância da recuperação do intertexto para uma compreensão significativa do texto.

---

[5] Convém ressaltar que essa relação da charge com o texto do jornal é prevista pelo próprio Manual da redação da *Folha de São Paulo*, que ressalta, segundo Romualdo (2000), ser o noticiário diário a fonte inspiradora para o chargista.

Figura 21- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 15 jul. 2005.

Na charge de Glauco, é possível verificar relações intertextuais com diversos textos jornalísticos, publicados entre junho e julho de 2005, que tiveram como tema três escândalos envolvendo grandes quantidades de dinheiro sem uma origem definida: o primeiro, referente à prisão do assessor parlamentar José Adalberto (PT), que transportava dinheiro na mala e na cueca; o segundo, relacionado à apreensão realizada pela polícia federal de sete malas, totalizando dez milhões em espécie, que estavam sendo transportados por um deputado federal (PFL); o terceiro, referente também a um transporte suspeito de onze volumes, entre malas e caixas de dinheiro, realizado por um deputado estadual (PFL) e um vereador (PL). Deve-se ressaltar que, nesse mesmo período, o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB) havia denunciado um suposto esquema de pagamento a parlamentares em troca de apoio político ao Executivo, conhecido como “mensalão”.

Na charge, os elementos linguísticos de natureza não verbal (malas em formato de cueca, por exemplo) são altamente informativos, uma vez que condensam uma série de casos noticiados pela mídia, requerendo do leitor conhecimento de mundo dos principais acontecimentos relacionados à política brasileira, como o noticiado caso do então assessor parlamentar José Adalberto, que foi preso transportando dólares escondidos na cueca.

No primeiro quadro, as malas em formato de cueca, associação metafórica, são utilizadas pelo chargista com a intenção de ironizar essa maneira inusitada de transportar dinheiro, levantando, inclusive, suspeita sobre sua procedência. Observamos também que, ao criar a “mala-cueca”, o chargista generaliza, para efeito de humor, as diferentes formas de

transporte de dinheiro (em malas, caixas e cueca), insinuando, assim, que os três casos divulgados, possivelmente, estariam relacionados.

É possível perceber, ainda, uma associação desses eventos ao esquema de compra de votos de parlamentares, conhecido como "mensalão". Para auxiliar o leitor a construir essa inferência, o chargista apresenta, no segundo quadro, a imagem de uma "mala executiva", jogando com o vocábulo "executiva" para se referir ao suposto pagamento realizado por alguns membros da executiva do PT, em troca de apoio a projetos de interesse do Executivo, evidenciando, assim, um possível esquema de corrupção.

Como se pode observar, os quadros que compõem a charge formam uma narrativa crítica dos acontecimentos contemporâneos a ela, exigindo do leitor o reconhecimento dos intertextos, visto que eles passam a funcionar como contexto para uma compreensão significativa do gênero em questão.

Diante do exposto até aqui, é possível afirmar que a charge jornalística, fora da intertextualidade, seria praticamente incompreensível, por isso a importância de o leitor apresentar um amplo conhecimento de mundo para colaborar com a construção da coerência do texto. Torna-se necessário, ainda, um leitor atento, ou seja, capaz de perceber o movimento intertextual, já que, como ressaltam Koch e Elias (2007), cada vez que utilizamos "velhos enunciados" na construção de "novos textos", atribuímos àqueles novos sentidos.

3.2 **Interdiscursividade**

A partir da contribuição de Bakhtin, como visto no capítulo anterior, surgiu o conceito de interdiscursividade, já que se percebeu que o discurso não é um espaço fechado em si mesmo, homogêneo, como outrora se pensava, mas constituído da presença do Outro, daquele que sustenta cada dizer, revelando que os sentidos não são estabelecidos termo a termo, mas compostos pela sua historicidade.

Segundo Possenti (2009, p. 157), os estudos mais correntes de interdiscurso exploram:

a) os vários sentidos de um mesmo texto, remetendo à ideia de que há mais de um discurso onde se poderia imaginar que há um só (o que estabelece uma aproximação com a noção de polifonia);

b) a presença de um discurso no outro, revelando-se sob diversas formas sintático-semânticas (nominalizações, negações etc.), que se resumem, em termos discursivos, ao pré-construído.

Nessa perspectiva, encontramos os estudos de Fiorin (2011, p. 32), para quem a interdiscursividade pode ser definida como um "processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro". Convém ressaltar, segundo Barros (2009), que, como temas e figuras[6] são construídos sócio-historicamente, eles trazem para o discurso o modo de ver e de pensar o mundo de determinado grupo social, assegurando, assim, o caráter ideológico dos discursos.

Fiorin (2011) busca diferenciar intertextualidade e interdiscursividade, afirmando que a primeira não é um fenômeno necessário à constituição de um texto, ao passo que a segunda é inerente à constituição do discurso. Dessa forma, "a interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta" (FIORIN, 2011, p. 35).

Um outro estudo que também se debruça sobre a interdiscursividade, propondo, no entanto, um abordagem menos familiar, é o realizado por Maingueneau (2008). Sustentando a tese de que o interdiscurso precede o discurso, o autor defende que a unidade de análise importante não é o discurso, mas o espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos. Assim, importa analisar como esses se relacionam, ou no dizer de Fiorin, como temas e figuras são retomados pelo discurso do Outro, apresentando uma relação contratual, ao repetir temas e figuras de uma mesma formação discursiva, ou polêmica, negando temas e figuras de um outro discurso. Ao propor tal deslocamento teórico, busca-se, sobretudo, compreender como determinada identidade discursiva é construída nessa interação.

Para operacionalizar tal estudo, Maingueneau (2008), considerando o termo interdiscurso um pouco vago, recorre a uma tríade conceitual que considera mais precisa: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo refere-se a um conjunto de formações discursivas[7] de todos os tipos que interagem numa determinada conjuntura. O campo discursivo compreende um

---

[6] Segundo Barros (2009, p.352), "temas e figuras constituem a semântica discursiva: os temas são os conteúdos semânticos tratados de forma abstrata, e as figuras, o investimento semântico-sensorial dos temas". São exemplos de temas: alegria, tristeza, família; e de figuras: casa, pai, mãe, rosa etc.

[7] Segundo Maingueneau (2006, p.67-8), o conceito de formação discursiva foi introduzido por Foucault para designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinados. Foi Pêcheux, no entanto, que inseriu essa noção no âmbito da AD, definindo-a, como ressaltado no capítulo anterior, como "aquilo que pode e deve ser dito".

conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma determinada região do universo discursivo. O autor ressalta que a concorrência à qual se refere deve ser compreendida em sentido amplo, incluindo tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc. É aqui que se constituem os discursos. Já o espaço discursivo refere-se aos subconjuntos de formações discursivas que o analista, isolando no campo, recorta para estudo.

Como dispositivo de análise das relações entre discursos, Maingueneau (2008) desenvolve o conceito de interincompreensão, que descreveremos, na próxima subseção, associando-o à noção de polêmica. Ao insistirmos nesse espaço de trocas entre os discursos, buscamos ampliar nossas possibilidades de análise, já que, como será possível observar, a charge constitui um espaço favorável para materialização de embates discursivos que permeiam a sociedade.

3.2.1 A polêmica como interincompreensão

O conceito de interincompreensão é definido por Maingueneau (2008, p. 99) como "a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas". Para o teórico francês, quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação semântica, esse processo pode ser verificado.

Em nossa pesquisa, para construção de nosso espaço discursivo, recortamos o discurso político do governo Lula sendo confrontado pelo discurso humorístico da charge jornalística, a fim de analisarmos de que modo o discurso do Outro (governo) é configurado na obra de Angeli e Glauco, revelando o posicionamento discursivo e ideológico desses enunciadores.

Em relação à configuração de determinado posicionamento discursivo, Maingueneau (2008) afirma que, num só movimento, ele é constituído, passando não só pela forma individual que cada sujeito tem de apreensão do mundo, a partir das regras de sua própria formação discursiva, mas também pela "não compreensão" do sentido dos enunciados do Outro. Ou seja, não há como um discurso se constituir individualmente para depois ele se relacionar com os outros discursos, é em simultâneo que isso ocorre, é na própria relação com a alteridade que o posicionamento é construído. A "não compreensão" do Outro, portanto, não

constitui uma falha; na verdade, diz respeito à própria possibilidade de dialogar, de construir uma identidade discursiva, mesmo que provisória[8], para seu enunciador.

> [...] não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de "não compreender" o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco (MAINGUENEAU, 2008, p. 99).

Nesse processo de interincompreensão, Maingueneau (2008) afirma que cada posição discursiva não lida com o Outro em si, mas com o simulacro que constrói dele, a partir do "registro negativo de seu próprio sistema".

> Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são "compreendidos" no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói (MAINGUENEAU, 2008, p.100).

Sírio Possenti (2009), em seu artigo "Simulacro e interdiscurso em slogans", nos traz um interessante olhar a respeito da presença do "Outro" em determinado discurso para configuração de uma identidade discursiva. Refletindo sobre a interincompreensão, o autor afirma que "a questão não é haver dois ou mais discursos em contato [...], mesmo não havendo outro [...], seu discurso, na forma de simulacro, poderia ser criado a partir de um discurso existente. Se isso ocorre ou não, depende de haver confronto entre discursos" (p. 159). Para ilustrar, o autor apresenta o slogan da Skol, "a cerveja que desce redondo", ressaltando que as cervejas concorrentes não produziram nenhuma peça publicitária que o tenha colocado em questão. A Skol, por outro lado, produziu peças mostrando o consumo de outras cervejas que deixavam partes do corpo dos consumidores quadradas. Nesse sentido, segundo o autor,

> se considerarmos que o discurso publicitário das diversas marcas de cerveja faz as vezes de espaço discursivo, temos mais claramente um caso de discurso que constrói o simulacro do discurso do outro (das outras cervejas). O contrário de redondo é, evidentemente, quadrado. Dizer que as outras cervejas produzem esse efeito só pode ocorrer por oposição ao discurso da Skol, mas a partir do próprio discurso da Skol" (POSSENTI, 2009, p. 165).

O processo de apreensão do Outro, em forma de simulacro, está relacionado à "tradução" polêmica que determinado enunciador, a partir de sua grade semântica, faria de seu opositor. Esse processo favorece, inclusive, como vimos com o exemplo da Skol, a formação de uma identidade discursiva pelo avesso para esse Outro. O avesso da identidade a que nos referimos deve-se ao fato de as designações dadas a esse Outro (no caso das outras

[8] Como a identidade discursiva se define em relação ao Outro, ela não pode ser fixa, sendo configurada e reconfigurada a cada novo embate.

cervejas) virem de um sujeito intérprete ("Skol"), não coincidindo, normalmente, com a forma como esse Outro se autodenominaria.

Em relação ao vocábulo tradução, deve-se salientar que esse adquire, em Maingueneau (2008), novo significado, referindo-se não a uma tradução de um idioma a outro, mas a um "mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas" (p.101). Para o autor, esse mecanismo justifica-se pelo fato de haver, no interior de uma mesma língua, "por toda parte zonas de interincompreensão recíproca" (p.100). Maingueneau convencionou, ainda, chamar de "discurso-agente aquele que se encontra em posição de tradutor e discurso-paciente aquele que é assim traduzido" (p.100), ressaltando que é em função do primeiro que a atividade de tradução é exercida.

Entendendo a polêmica como interincompreensão, percebemos a mobilização desses dois conceitos pelo autor para se referir à relação que um discurso mantém com o Outro para construção de um determinado elemento identitário. É o que podemos notar quando Maingueneau (2008), ao tratar da polêmica, afirma que, sem essa relação com a alteridade, "sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de se desfazer" (p. 113).

Ainda em relação à polêmica, Maingueneau enfatiza que se ela é importante para construção de uma determinada identidade discursiva, ela também é necessária para "mascarar" a invulnerabilidade do discurso. Nesse sentido, o autor explica que

> por definição, o discurso tem resposta para tudo e não pode ser apanhado em erro. Ele está, assim, apto a representar uma figura do Todo. Entretanto, ele não pode ser reconhecido e acreditado, a não ser que possa oferecer a prova do contrário, mostrar que não é invulnerável. O discurso não tem razão a não ser na medida em que se crê que ele pode ser ameaçado, isto é, que é de fato o Outro que ele destrói, e não seu simulacro (MAINGUENEAU, 2008, p. 114).

Maingueneau (2008, p. 107) também afirma que a noção de polêmica não se reduz a um conflito violento marcado na superfície linguística, postulando, assim, uma polêmica constitutiva, considerando aquele apenas como "um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas". Dessa forma, o autor distingue a polêmica em dois níveis: o dialógico e o polêmico. O nível dialógico- o da interação constitutiva- refere-se ao princípio de funcionamento do discurso, consistindo na construção de um determinado elemento identitário por meio da relação com o Outro. Já o nível polêmico, responsável pela heterogeneidade mostrada, refere-se aos embates que se materializam na superfície linguística. O autor apresenta a citação como exemplo desse nível polêmico, ressaltando, no entanto, que esse recurso não consiste simplesmente na captação de um segmento do enunciado do Outro.

> É preciso não perder de vista que a citação não é somente um fragmento de enunciado; ela pode ser somente isso quando se faz dela uma exploração mínima. Mas com o enunciado vêm as palavras, o estatuto do enunciador e do enunciatário, o modo de enunciação, a intertextualidade..., tudo o que deriva da semântica global. É por intermédio de tudo isso, igualmente, que a alteridade se manifesta [..] (MAINGUENEAU, 2008, p. 108).

Outro aspecto interessante ressaltado por Maingueneau (2008, p.113) refere-se ao fato de que a polêmica nunca representa um "jogo gratuito". Ou seja, ela pode revelar uma interincompreensão profunda, os discursos podem convencer apenas aqueles que já estão convencidos, mas nem por isso a polêmica representaria "uma exibição supérflua", pois, como vimos, ela constitui a própria condição de existência da identidade discursiva.

Nesse sentido, o viés interdiscursivo da polêmica deve ser ressaltado, uma vez que será por meio dessa relação interincompreensiva que o discurso será constituído, pois, como afirma Maingueneau (2008, p.117), "o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para se constituir".

Para compreendermos como funciona o estudo empreendido até aqui, tomemos como exemplo a charge a seguir:

Figura 22- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 17 dez. 2006.

Após uma legislatura desastrosa, marcada por um dos maiores escândalos de corrupção envolvendo o governo, como o conhecido "mensalão", os parlamentares decidem quase dobrar seus salários, divulgando um aumento de 90,7%, enquanto a população, devido à necessidade de diminuir gastos com a Previdência, tem o reajuste reduzido no salário mínimo.

Como era de se esperar, a opinião pública reagiu mal, gerando um debate na sociedade em que formações discursivas se confrontam, em que uma só pode compreender a outra a

partir de sua própria grade semântica. Ou seja, por mais que os parlamentares defendam seu posicionamento, alegando que o teto é moralizante, já que impõe um limite ao equipará-lo ao salário dos ministros do STF, a população "não compreende", porque a partir da formação discursiva em que se encontra inscrita, considerando, ainda, a situação econômica do país daquele período, aumentar o próprio salário dessa forma seria um vexame, uma desmoralização.

Na charge jornalística, espaço favorável para materialização de embates que permeiam a sociedade, percebemos que a posição enunciativa ocupada pelos parlamentares seria também "não compreendida" pela posição ocupada pelo chargista, que traduziria o discurso do outro (parlamentares) de forma irônica e humorística, criando, assim, um simulacro, ou seja, uma fala pelo avesso para seu oponente.

Tem-se, assim, instaurada a polêmica, onde o discurso agente põe seu "adversário" em situação de infração, atribuindo a este dizeres (temas/ figuras) que ele nega como, por exemplo, "venda de voto" e "legislação em causa própria" para o desqualificar, mostrando suas reais intenções ao se eleger para vida pública. É nesse embate, inclusive, que o chargista revela seu lugar ocupado no "jogo polêmico", que é o de um enunciador insatisfeito com o desenrolar das ações políticas do governo em questão.

4 ARGUMENTAÇÃO

Entendendo que a intertextualidade e a interdiscursividade funcionam não só como elementos significativos que atuam na construção do sentido do texto, mas também como recursos argumentativos, apresentamos, nesta seção, algumas questões referentes à argumentação para, em seguida, relacionar os mecanismos linguístico-discursivos em foco ao funcionamento do discurso irônico. Nossa busca consiste em destacar de que modo as relações entre textos e entre discursos se oferecem para manifestação da ironia, funcionando, assim, como importantes estratégias argumentativas.

4.1 Origem da argumentação

O ato de argumentar, ou seja, de apresentar razões com o intuito de obter determinadas conclusões, tem sua origem na Grécia antiga. Em uma sociedade marcada por um certo conceito de democracia e tendo de expor publicamente suas ideias, cabia ao homem grego dominar as formas de argumentação. Surge, assim, como ressalta Citelli (1998), toda uma tradição dos sofistas que iam às praças públicas, aos tribunais com o objetivo de persuadir multidões, alterar pontos de vistas. Importa salientar que, como essa arte retórica, desde o seu surgimento, se baseia no verossímil e não em verdades absolutas, ela foi duramente condenada por Platão, que a considerava uma técnica manipuladora desenvolvida pelos sofistas com o objetivo de convencer "massas ignorantes" (MARQUES, 2011).

É Aristóteles, no entanto, em sua obra "Retórica", a quem se deve a primeira teoria da argumentação. Demarcando-se da vertente sofística, ele reenquadra, segundo Marques (2011, p.270), "a retórica face à dialética, articulando a argumentação à retórica, mas também à lógica". É o que se pode verificar nas seguintes palavras do filósofo:

> A retórica é a outra face da dialética, pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. [...] e "... a retórica tem por objectivo formar um juízo" [...]. (ARISTÓTELES apud MARQUES, 2011, p. 270).

Marques (2011, p.271), com base em Aristóteles, ressalta que o estudo da retórica está relacionado às provas de persuasão que são de três tipos: *ethos, pathos* e *logos*. A primeira

reside no caráter moral do orador; a segunda no modo como se dispõe o ouvinte; e a terceira no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.

Segundo Citelli (1998), Aristóteles delineia em seus estudos quais são as regras gerais a serem aplicadas na construção do discurso persuasivo. Um dos mecanismos mais comuns indicados pelo filósofo é aquele que fixa a estrutura do texto em quatro instâncias sequenciais e integradas: o exórdio (introdução), a narração (desenvolvimento dos fatos), as provas (elementos sustentadores da argumentação) e a peroração (conclusão).

De acordo com Marques, Aristóteles sintetiza também três etapas fundamentais da construção do discurso argumentativo: inventio, dispositio e elocutio.

> Inventio ou procura de argumentos pertinentes; Dispositio, a ordenação dos conteúdos, dos argumentos, (dos mais fortes para os mais fracos, por exemplo) e Elocutio ou construção do texto, (escolha de palavras, textualização e pronúncia, em Aristóteles). (MARQUES, 2011, p. 272).

Convém destacar que, com o decorrer dos anos, a retórica foi tendo alteradas as suas funções, deixando de lado sua preocupação com as técnicas de organização do discurso e com a persuasão para enveredar, no final do século XIX, pela ideia de embelezamento do texto, centrando seus estudos na busca do melhor enfeite, da expressão inusitada para composição do texto. A retórica foi, assim, caindo em descrédito e os estudos da argumentação sofreram certa depreciação. É na segunda metade do século XX, no entanto, que a retórica ressurge atrelada novamente à função argumentativa, sendo beneficiada de modo significativo com os trabalhos de Jean Dubois e o grupo da Universidade de Liège, além dos estudos de Perelman e Olbretchs-Tyteca, com a proposta de uma "Nova Retórica".

Com a apresentação de uma nova retórica, Perelman e Tyteca ressaltam diversas técnicas argumentativas, pondo em relevo o funcionamento do ato de argumentar atrelado também ao objetivo de se obter a adesão do público. Essa ligação entre argumentação e persuasão é, como afirma Marques (2011), fruto de uma visão otimista do exercício de argumentar, da busca pelo consenso, e sempre esteve presente desde o seu aparecimento até os dias atuais.

> As definições propostas, quer por Aristóteles (Retórica, Livro I, 1355b)- "Entendemos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada passo com o fim de persuadir."-, quer por Perelman e Tyteca (1985:4)- o "objeto dessa teoria [teoria da argumentação] é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento"-, acentuam a continuidade dessa perspectiva. (MARQUES, 2011, p.274-5)

4.2 **Argumentação: modo de organização do texto e atividade estruturante da língua**

Entendida como um modo de organização do texto, a argumentação seria uma forma particular de raciocínio presente em determinados gêneros, como a charge, por exemplo, em que o enunciador, diante de um determinado tema, manifesta seu ponto de vista, lançando mão de alguns recursos argumentativos com o objetivo de formar a opinião do leitor. Nessa perspectiva, Garcia (2010, p. 380) tece as seguintes considerações:

> Na argumentação, [...] procuramos principalmente formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está conosco, de que nós é que estamos de posse da verdade. [...] Argumentar é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente.

Como o exercício da argumentação costuma relacionar-se ao ato de convencer e persuadir, torna-se necessário estabelecer a distinção entre esses termos, já que eles apresentam certas particularidades no campo em estudo. Segundo Abreu (2009, p.25), "CONVENCER é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa VENCER JUNTO COM O OUTRO (com+ vencer) e não contra o outro". Já "PERSUADIR é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro". Como ressalta Valente (2011), no primeiro caso, tem-se uma tentativa de mudar o pensamento de alguém; no segundo, de alterar sua prática.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.30) ressaltam a distinção entre persuadir e convencer, afirmando que, para quem se preocupa com o resultado, "persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação". Por outro lado, "para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir".

Marques (2011) afirma, no entanto, que no exercício da argumentação não tem necessariamente que ocorrer a persuasão. Além disso, outra finalidade pode ser atribuída ao ato de argumentar, como a "amplificação do desacordo". É o que ocorre, segundo a autora, em debates políticos em que o dissenso domina.

A argumentação não se limita ao modo de organização do texto. Como defende Koch (2009), ela constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, estando inscrita no próprio uso da língua. Essa perspectiva ampla da argumentação revela que o próprio ato de enunciar não é neutro, já que a forma como o enunciador estrutura seu discurso seria dotada de certa intencionalidade.

A consideração dessa forma ampla de se conceber a argumentação põe em relevo a possibilidade de determinados mecanismos linguísticos funcionarem no sentido de orientar a direção argumentativa do enunciado. Assim, por exemplo, uma manchete jornalística, ainda que não seja um gênero argumentativo, pode ter seu posicionamento discursivo desvelado com base apenas na escolha do léxico.

O ato de argumentar, no sentido estrito do termo, conta não só com a utilização de provas, exemplos, testemunho etc., ressaltados desde Aristóteles, seja para promover o consenso ou para acentuar o dissenso, mas também com os meios que a linguagem oferece para construção dos discursos, que vão, segundo Marques (2011, p. 301), desde o nível micro das escolhas lexicais, das pressuposições, ao nível macro dos encadeamentos textuais, entre outros.

Ainda em relação aos mecanismos linguísticos utilizados com finalidade argumentativa, torna-se relevante destacar a intertextualidade e a interdiscursividade, que constituem objetos de estudo de nossa pesquisa. Segundo Maingueneau (apud KOCH, 2000), um discurso constrói-se através de um já dito em relação ao qual toma posição. Desse modo, como ressalta Castro (2013), todo discurso seria tanto dialogal quanto polêmico, já que ao mesmo tempo em que responde ao já dito provoca as mais diversas respostas (adesões, recusas, ironia etc.).

Nessa direção, a ressonância de vozes no interior do texto não pode ser compreendida como uma simples presença do outro para construção do sentido. Se, ao lançar mão da palavra alheia, o enunciador o faz de uma determinada perspectiva, acolhendo ou refutando pontos de vistas, é possível perceber a postura ideológica daquele que enuncia. Assim, como ressalta Frasson (1992, p.91), uma citação, uma alusão, uma paráfrase, uma paródia, entre outros, figuram elementos capazes de se revelar argumentativos, auxiliando a determinar a orientação a ser dada na leitura ou na produção de textos.

Em estudo recente, Cavalcante, Forte e Brito (2014), analisando as funções textual-discursivas da citação, ressaltam, dentre outras funções[9], a de argumento por autoridade, que teria por objetivo atestar um dizer, reforçando, como ressaltam Koch et al. (2007), seu efeito de verdade. Essa perspectiva estrita da intertextualidade como recurso argumentativo põe em relevo o fato de a palavra do outro funcionar como prova para se defender um ponto de vista. Nesse sentido, o enunciador recorreria, dependendo de sua intenção, "explícita ou

[9] Cavalcante et al. (2014) destacam, ainda, as seguintes funções da citação: a ornamentação, o ludismo, a paródia e a crítica.

implicitamente, a outros textos conhecidos, a fim de encaminhar o sentido, a direção, as conclusões, o futuro discursivo do texto, enfim, o objetivo para o qual aponta" (FRASSON, 1992, p.92).

4.3 **Ironia argumentativa**

Segundo Brait (1996, p.58), a ironia pode ser entendida como um discurso que através de mecanismos dialógicos funciona como instrumento de instauração de polêmica ou mesmo como estratégia defensiva. Assim, na charge jornalística, a presença da ironia torna saliente uma avaliação, um julgamento por meio de uma relação intertextual e interdiscursiva.

A ironia entendida como um cruzamento de vozes revela sua categoria estruturadora de texto, cuja forma de construção denuncia um ponto de vista, evidenciando sua natureza argumentativa. Nessa perspectiva, a ironia deixa de ser concebida como simples figura de linguagem e passa a atuar como forma de discurso que compreende, na visão de Brait, os seguintes mecanismos: o humor, a paródia, a intertextualidade e a interdiscursividade. Cabe ressaltar que esses recursos podem atuar em simultâneo ou não na formação do discurso irônico.

A ironia pode ser estruturada de diversas formas. Na charge, por exemplo, ela implica um trio actancial, que pode ser entendido do seguinte modo: um enunciador (A1) dirige um certo discurso irônico para um enunciatário (A2) com o objetivo de caçoar de um terceiro (A3) que é o alvo da ironia (BRAIT, 1996, p.62). Nesse sentido, como ressalta Silva (2003), o enunciador por meio do procedimento irônico

> estabelece seu opositor e, colocando-se na posição inversa, dialoga com ele deixando entrever, nesse diálogo, o conflito instaurado pela/na enunciação. Esse conflito, determinado pela posição que o enunciador ocupa no momento em que enuncia, é o que o permite dizer, por um ângulo inverso, o que já fora dito em uma outra formação discursiva, mas que, em processo de retomada, avanços ou novas contextualizações, instaura a interdiscursividade da ironia.(SILVA, 2003, p. 92-3).

Brait (1996, p. 96) ressalta que, jogando com a ambiguidade, o discurso irônico leva o enunciatário a uma dupla decodificação, ou seja, linguística e discursiva. Nesse sentido, a participação ativa do enunciatário o coloca na condição de coprodutor da significação, já que

o enunciador conta com sua perspicácia e conhecimento partilhado para que a ironia possa se realizar. A esse respeito, a autora tece, ainda, as seguintes considerações:

> No processo discursivo irônico, a interação enunciador-enunciatário assume uma particularidade que consiste no fato de o enunciatário necessariamente ser previsto, ser instaurado na e pela enunciação, tal qual o enunciador é, como tal, funcionar como "enunciador intérprete". Assim, a "não coincidência interlocutiva existente entre enunciador e enunciatário"vai sendo suturada como forma de constituição da conivência, o que leva o discurso irônico a construir e articular de maneira especial o enunciador, o já-dito e o enunciatário. No que diz respeito à relação enunciador-enunciatário, a ironia constitui "um modo de conciliação de subjetividades", na medida em que "O ironista supõe seu auditório capaz de reconstruir convenientemente, e ao mesmo tempo, a citação e a contestação (...). Mais que qualquer outro, o discurso irônico convoca seu enunciatário, exige dele uma construção interpretativa complexa, sobre a base de uma confiança postulada por E1 [enunciador irônico]. (BRAIT, 1996, p.109)

Brait (1996, p.106) também destaca que para haver ironia torna-se necessária a opacificação do discurso, ou seja, "um enunciador produz um enunciado de tal forma a chamar a atenção não apenas para o que está dito, mas para a forma de dizer e para as contradições existentes entre as duas dimensões". Com base em Bertrand, a autora afirma que, nesse sentido, a ironia é uma citação, já que o ironista traz para seu enunciado, sob a forma de alusão ou paródia, um universo axiológico (coletivo ou individual) estabelecido em outros discursos e com o qual ele não concorda.

Nessa direção, as formas de recuperação do já dito com objetivo irônico assumem a função de contestação, de subversão de valores estabelecidos que, por um procedimento interdiscursivo, instauram e qualificam o sujeito que enuncia, ao mesmo tempo em que desqualificam determinados elementos.

5 ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERTEXTUAIS E INTERDISCURSIVAS COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NAS CHARGES DE ANGELI E GLAUCO

Neste capítulo, buscamos consolidar os objetivos de nossa pesquisa, ao realizar uma descrição do processo de construção do sentido da charge jornalística e identificar os mecanismos intertextuais e interdiscursivos utilizados como estratégias argumentativas.

As seções que compõem este capítulo fazem parte do recorte referente ao primeiro mandato do governo Lula, no qual se privilegiaram temas que geraram grandes debates na sociedade. O primeiro eixo temático aborda os programas sociais "Fome Zero" e "Bolsa Família". O segundo ressalta a relação de Lula com a mídia. O terceiro trata de algumas questões relacionadas ao crescimento da economia. O quarto traz as marcas da corrupção que mancharam a credibilidade de um partido que se propunha a ser diferente. E o último eixo salienta a crise ideológica que acometeu o PT (Partido dos Trabalhadores).

As 20 charges que compõem o *corpus* foram colhidas no jornal *Folha de São Paulo*, no período de 2003 a 2006. A escolha pelas charges da *Folha*, em especial, dos chargistas Glauco e Angeli deve-se ao tratamento dado aos recursos linguístico-discursivos em foco. Em outras palavras, a seleção justifica-se não só pela relevância do jornal em questão, que tem grande circulação no país, mas também por mostrar a relação da charge com o noticiário de forma mais marcada, evidenciando a relação intertextual do gênero em estudo em seu processo de composição. Além disso, o modo como esses chargistas materializaram os embates que ocorreram durante o governo Lula foi bastante expressivo, revelando diversas possibilidades de uso da língua.

Ainda em relação ao recorte temporal realizado, importa salientar que sua relevância deve-se ao fato de ter sido a primeira vez que a esquerda chegou ao poder numa eleição direta para presidente. A trajetória de vida de Lula, de um ex-operário e retirante nordestino, e o próprio histórico de luta do Partido dos Trabalhadores fizeram com que diversas expectativas fossem criadas. A promessa da geração de 10 milhões de empregos, do crescimento econômico, do combate à corrupção, além da erradicação da fome foram algumas das mudanças propagadas. Se o período em questão trouxe entusiasmo e esperança a milhões de brasileiros, ele também foi marcado por um acalorado debate político devido aos diversos escândalos de corrupção que envolveram o governo. Como a charge é um gênero que ganha mais força expressiva quando ocorrem embates na sociedade, consideramos o primeiro mandato de Lula oportuno para o desenvolvimento deste trabalho.

5.1 **Programas do governo Lula**

Com a chegada da esquerda ao poder, em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pôs em desenvolvimento seu tão divulgado programa "Fome Zero", carro-chefe de sua campanha de combate à fome no Brasil. O projeto tinha como proposta inicial conjugar políticas emergenciais e estruturais, distribuindo não só renda, alimentos, mas também criando "porta de saída", ao combater as causas da fome. O programa, no entanto, foi alvo de inúmeras críticas durante toda a gestão de Lula, em especial, por ter reduzido suas ações à política de transferência de renda, como o Bolsa Família, que passou a exercer a ação integradora da política social do governo, deixando de lado o objetivo de criar meios para que as famílias assistidas pudessem tornar-se emancipadas social e economicamente.

Revelando seu posicionamento discursivo contrário aos programas do governo, Glauco explora numa série de charges a seguir o processo de criação vocabular de natureza intertextual.

Figura 23- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 12 mar. 2003.

Figura 24- Charge de Glauco

. Fonte: Folha de São Paulo, 14 dez.2003.

As expressões criadas nas charges de Glauco, “escola-zero” e “natal zero”, podem ser entendidas a partir de um processo analógico com o programa “fome zero”. É o que Valente (1997) denomina de neologia intertextual, ou seja, os termos criados são facilmente recuperados por alusão a outro, com o qual dialogam implicitamente. Processo semelhante ocorre em “fumódromo” e “namoródromo”, por exemplo, em que, por motivação do uso e propagação do vocábulo “sambódromo”, criado por Darcy Ribeiro para designar a construção projetada por Niemeyer, se conserva a ideia de lugar contida no radical “dromo”, que, na origem grega, significava “lugar de corrida”. Convém ressaltar, ainda, que as expressões criadas pelo chargista são formadas pelo processo de justaposição, tendo como efeito de sentido, ao jogar com o significado do vocábulo “zero”, o humor irônico.

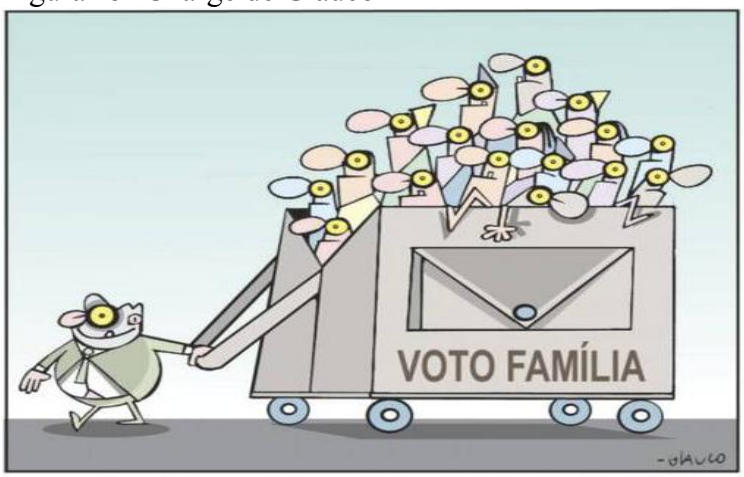
Na primeira charge (fig.23), a expressão “escola zero” tem o propósito de ridicularizar o descaso com a educação no Brasil, a partir do relatório divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), referente ao ano de 2001, no qual se destacou que 41% dos alunos não conseguiram concluir sequer o ensino fundamental (ver anexo A). A presença de uma criança no trânsito, fazendo malabarismo com material escolar, denuncia o fracasso da escola.

Já a segunda charge (fig.24) tem como contexto o resultado da pesquisa divulgado pelo IBGE de que o volume de vendas do comércio varejista teve em outubro a 11ª queda consecutiva mensal na comparação com o ano anterior, com a probabilidade, ainda, de fechar o ano de 2003 em negativo, devido aos juros e desempregos altos e o crédito difícil (ver anexo B). Como a festa de Natal envolve um aumento da atividade econômica, configurando um período importante de vendas para o comércio, o chargista ironiza, não só por meio da

expressão criada, mas também pela imagem de um cacto no lugar de um pinheiro, o que tematiza a ideia de deserto, de escassez, o quão difícil seria o Natal naquele ano.

Glauco também cria as expressões "voto família" e "ovo família" pelo mesmo processo de justaposição, como se pode verificar nas charges abaixo, em analogia a outro programa do governo, o "Bolsa família".

Figura 25- Charge de Glauco



Fonte: Folha de São Paulo, 31 out. 2005.

Figura 26- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 16 abr. 2006.

A primeira charge (fig.25) refere-se à pesquisa realizada pelo Datafolha cujo resultado mostrou que o apoio à gestão de Lula e à sua reeleição é maior entre os beneficiários dos programas sociais do governo (ver anexo C). Como é possível observar, o chargista, a partir da formação discursiva em que se encontra, traduz ironicamente o "Bolsa família" como uma forma de captação de votos, evidenciada por meio do neologismo criado e reforçada pelo signo não verbal, que remete ao antigo voto de cabresto, muito comum na República Velha, em que os coronéis "compravam" o voto das classes mais desfavorecidas.

Essa interincompreensão com os programas do governo também pode ser verificada na segunda charge (fig.26), onde o chargista, ao ressaltar a intenção de Lula em concorrer à reeleição, fato observado pela propaganda "Lula 2006" na blusa do personagem, cria a expressão "ovo família" para criticar o programa supracitado, compreendendo-o como um "negócio", em que se distribui benefícios em troca de votos.

Como visto até aqui, as expressões criadas por meio de um processo analógico e, ao mesmo tempo, intertextual conferem ao trabalho de Glauco maior expressividade, mobilizando diferentes contextos para compartilhar com o leitor o seu ponto de vista, funcionando, assim, como importantes estratégias argumentativas.

A próxima charge, como já vista no estudo de imagem 1.4.1, tem como contexto um pronunciamento[10] de Lula, realizado na convenção do PT em Brasília, no qual oficializou sua candidatura à reeleição. Em seu discurso, o então presidente enfatizou a importância dos programas sociais desenvolvidos em sua gestão, afirmando, ainda, que o governo não "dava esmola" e que seu principal objetivo "nunca foi alcançar apenas o superávit, mas sim uma meta mais difícil, o superávit social". Lula destacou também que sua candidatura devia-se ao fato de estar aceitando mais uma vez o pedido do povo. É o que se pode perceber no seguinte trecho: "Aceitei, mais uma vez, o chamamento que vem de vocês, mas que vem também do fundo do meu coração" (ver anexo D).

[10] Discurso do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado na íntegra pelo jornal Folha de São Paulo, em 24/06/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79810.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2014.

Estabelecendo uma relação polêmica com o discurso do então presidente, Angeli explora, por meio do signo não verbal, a intertextualidade estilística, ao apropriar-se do texto bíblico em que Moisés, escolhido por Deus, conduziu o povo à terra prometida. Essa apropriação é, no entanto, subversiva (intertextualidade das diferenças), configurando uma forma de o chargista traduzir ironicamente o "chamado" que o então presidente dissera estar disposto a cumprir em favor do povo, ao candidatar-se à reeleição. Percebe-se, assim, que a transposição dos traços de Moisés em Lula não foi gratuita, pois, além de promover o riso de zombaria, já que parodia o discurso do governo, confere à charge maior expressividade, revelando o aspecto argumentativo da intertextualidade.

O verbal presente na charge também corrobora essa tradução irônica de seu "oponente", conferindo uma ampliação dos sentidos que perpassam a imagem. É o que podemos notar através da fala do personagem que, ao "prometer" conduzir a população "a um mundo de quentinhas e cestas básicas", ironiza os programas do governo por meio de uma alusão subversiva à missão de Moisés de conduzir o povo "à terra que mana leite e mel". Dessa forma, sugere-se uma tradução pelo avesso dos programas "Fome Zero" e "Bolsa Família", compreendendo-os como uma forma de "distribuição de esmola", como um modelo assistencialista que oferece apenas o mínimo para subsistência, sem apresentar medidas concretas para que a população assistida consiga se reerguer social e economicamente.

5.2 **Lula e a mídia**

A relação do governo com a mídia foi outro tema polêmico que ganhou destaque no primeiro mandato de Lula. Para o desenvolvimento desta subseção, ressaltamos dois momentos importantes que demonstraram o estremecimento dessa relação. O primeiro referente à tentativa de expulsar o correspondente americano Larry Rother; e o segundo relacionado à criação de um projeto voltado para "orientar, disciplinar e fiscalizar" a atividade jornalística.

A charge a seguir tem como contexto, conforme visto em outro momento deste trabalho, a reportagem do jornalista William Larry Rother Junior, correspondente do jornal New York Times no Brasil, que escreveu sobre o suposto hábito de beber de Lula e de como isso estaria preocupando a população. Considerando a publicação ofensiva e caluniosa, o

governo recorreu à lei para cassar o visto de Rother, ressaltando, ainda, que essa decisão teria o objetivo de servir de "exemplo" para outros jornalistas estrangeiros. Essa postura, no entanto, foi duramente criticada pela mídia, inclusive, por alguns membros da própria base governista, como o secretário de imprensa Ricardo Kotscho que, apesar de rechaçar a reportagem, considerou a medida um erro e um "ato contra a liberdade de imprensa" (ver anexo E).

Figura 27- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 14 maio 2004.

Na charge, Angeli traduz por meio dos signos verbal e não verbal o posicionamento discursivo do governo, criando, por meio de um simulacro, uma identidade autoritária para Lula. É o que se pode notar por meio da ampliação dos traços do personagem, como o corpo e, em especial, as mãos, que tendo seu sentido conformado pelo vocábulo "poder", evidencia a atitude repressiva do governo em cancelar o visto do jornalista americano. Importante é ressaltar que, apesar de a imagem ter suas dimensões bem alteradas, as invariantes do rosto, assim como a faixa verde e amarela, em referência à faixa presidencial, desempenham o papel de índices de reconhecimento, auxiliando o leitor a identificar o sujeito caricaturado.

Cumpre destacar, ainda, que a expressão furiosa do rosto do personagem, o que justificaria sua ação desmedida, além do exagero dos traços de suas mãos e de seu corpo apelam para o ridículo, favorecendo, assim, a produção do riso de zombaria.

Ampliando um pouco mais o olhar sobre a charge, percebe-se que Angeli recorre à intertextualidade intergenérica como estratégia argumentativa para produzir um efeito de sentido irônico e humorístico. É o que se observa quando o chargista dialoga justamente com o gênero propaganda de bebida alcoólica para tratar da polêmica em que o então presidente se envolvera. A advertência "aprecie com moderação", intertextualidade externa e implícita com

“beba com moderação”, adquire carga expressiva considerável ao satirizar a postura antidemocrática do governo, funcionando, ainda, como gatilho para que o leitor perceba o diálogo entre os gêneros.

Já a próxima charge, cujo tema ganhou destaque durante quase todo o mês de agosto de 2004, refere-se à proposta encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional criando um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) para “orientar”, “disciplinar” e “fiscalizar” a atividade jornalística. Cabe ressaltar que mesmo o governo afirmando repetidas vezes que se tratava de um projeto para regulamentar o exercício da profissão, trazendo diversos benefícios aos jornalistas, a mídia, em geral, classificou-o como uma tentativa de censura à imprensa. É o que se verificou, inclusive, no debate que permeou entre as duas principais entidades da categoria, como ressaltou o jornal Folha de São Paulo (07/08/2004): a Fenaj que defendia a íntegra da proposta, considerando-a como um caminho para o aperfeiçoamento da profissão; e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) que a entendeu como inconstitucional e perigosa, devido à abrangência de seu texto, podendo prejudicar a liberdade de imprensa (ver anexo F).

Ainda em relação ao contexto de produção da charge, notamos que o chargista retoma também dois acontecimentos presentes na capa do jornal do dia anterior a sua publicação: o primeiro referente ao fato de o presidente do Banco Central Henrique Meirelles, acusado de sonegação fiscal, ser nomeado, pelo Presidente da República, Ministro de Estado, o que lhe conferiria foro privilegiado caso as acusações adquirissem o status de ação judicial; o segundo relacionado à atitude de Lula de chamar jornalista que não defende conselho de “covarde” (ver anexo G).

Figura 28- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 18 ago. 2004.

Revelando seu posicionamento discursivo contrário à criação de um CFJ, Angeli explora a intertextualidade e a interdiscursividade como estratégias argumentativas para compartilhar com o leitor seu ponto de vista. É o que se verifica em dois momentos na charge: na escolha dos enunciados utilizados para compor um cenário de uma "banca de jornal" e na fala do personagem, ao comentar o "noticiário do dia".

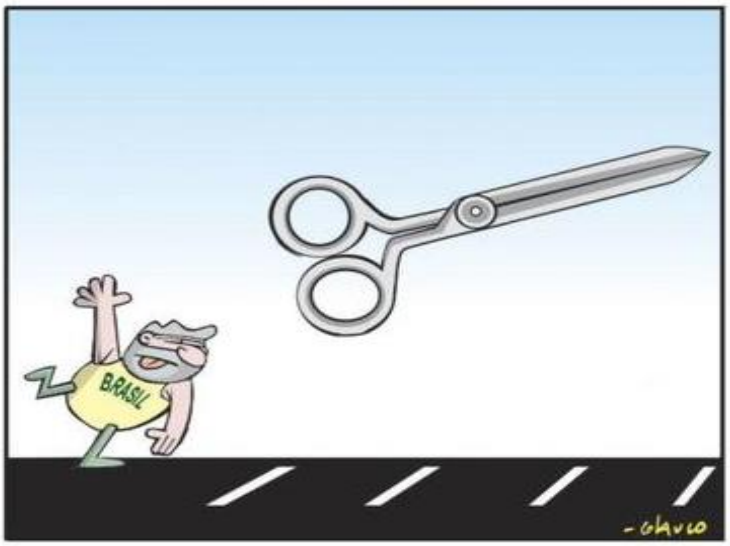
No que se refere à configuração de uma "banca", é interessante ressaltar que as "capas de jornal" reproduzem algumas notícias que permearam o jornalismo brasileiro naquele período. O destaque dado a essas "manchetes" ocorre por meio da intertextualidade temática, uma vez que é possível observar uma relação direta dos temas abordados com as notícias publicadas no dia anterior à charge, como ressaltado no contexto supracitado. É o que se pode observar, por exemplo, nos seguintes enunciados: "Meirelles salvo"; "Lula chama jornalistas de covardes"; "Meirelles ganha foro privilegiado"; "Lula defende conselho".

Com um olhar ainda na composição desse cenário, é possível notar uma citação parcial no nono quadro, "nada é absoluto", que remete à fala do então secretário de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, que, defendendo a criação do CFJ, declarou: "Nada é absoluto, nem a liberdade de imprensa".

Como é possível observar, as citações presentes nas "capas dos jornais" não são gratuitas, pois, ao expor o outro (governo), colocando-o numa situação de infração, funcionam como argumentos para o chargista defender seu ponto de vista, revelado ironicamente por meio do discurso direto. Percebe-se, ainda, que é por meio da fala do personagem que Angeli revela seu posicionamento discursivo contrário à criação do Conselho, traduzindo pelo avesso o objetivo principal da proposta – "orientar, disciplinar e fiscalizar governantes". Nesse sentido, o que se observa é a instauração da interdiscursividade da ironia que, funcionando como estratégia argumentativa, permite dizer, como ressalta Silva (2003), por um ângulo inverso aquilo que já fora dito em outra formação discursiva.

A charge a seguir tematiza essa tentativa do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo. Associando ao contexto da Olimpíada, que também ganhou destaque no noticiário nesse período, Glauco traduz por meio do signo não verbal a proposta do governo em um discurso irônico e humorístico.

Figura 29- Charge de Glauco



Fonte: Folha de São Paulo, 17 ago. 2004.

Para composição de seu trabalho, Glauco lança mão de um percurso figurativo, em que entrelaça dois esquemas de rememoração. O primeiro esquema remete a um contexto esportivo, tematizando a Olimpíada que estava ocorrendo em Atenas, observado na charge por meio dos seguintes elementos: a blusa amarela representando o Brasil, a posição do corpo do personagem, ao realizar a prova de lançamento, além das marcas no chão da pista, onde tal prova é realizada. O segundo esquema relaciona-se ao contexto político verificado pelas invariantes do personagem caricaturado, representando a figura do então presidente do Brasil, e pela tesoura, que, revestida de simbologia desde a ditadura, atualiza o tema da censura.

Como é possível notar, a associação desses esquemas não é gratuita, pois, ao satirizar na charge o esforço de Lula em realizar o "lançamento de tesoura", o que provoca o humor tanto pela ridicularização do personagem, quanto pela criação dessa "nova modalidade de esporte", torna polêmica a tentativa do governo em criar o CFJ. Cabe destacar que a imagem da tesoura, jogando argumentativamente com a memória do leitor, remete à época da ditadura, em que as matérias dos jornais que não podiam ser publicadas, ou seja, que não estavam em consonância com a ideologia do governo vigente eram cortadas, decorrendo por extensão a palavra tesoura como símbolo de censura. Percebe-se, assim, como efeito do interdiscurso, que o chargista explora a simbologia da imagem em questão para traduzir ironicamente a proposta do governo, revelando, assim, suas reais intenções com a criação do conselho.

5.3 **Desenvolvimento do Governo**

Nesta subseção, destacamos duas charges relacionadas ao crescimento da economia[11], que foi outro tema polêmico, já que em campanha eleitoral Lula havia prometido um crescimento médio de 5% ao ano, chegando a afirmar, quando eleito, que o país passaria pelo "espetáculo do crescimento" logo no primeiro ano de sua gestão. Mesmo com todo esforço, o governo não conseguiu o desempenho prometido.

A charge seguinte tem como contexto a onda de propagandas realizadas pelo governo para explicar que o país estava adotando as medidas econômicas adequadas e que em breve os resultados começariam a aparecer. A charge foi publicada também no mesmo período em que a mídia anunciou que o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, iria à TV, a pedido de Lula, buscar cooperação das empresas para que não aumentassem o preço no fim de ano, com receio do retorno da inflação, no momento em que a economia começava a apresentar tímidos sinais de recuperação (ver anexo H).

Figura 30- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 19 out. 2003.

A charge acima se relaciona com o que Fiorin (2011, p. 33) nos ensina acerca das relações entre discursos divergentes: as mesmas palavras podem estar presentes em dois

[11] Segundo Paulo Roberto de Almeida, as taxas de crescimento no governo Lula foram: 1,1% em 2003, 5,7% em 2004, 3,2% em 2005 e 4% em 2006. Disponível em:< http://economia.ig.com.br/balanco+do+governo+lula+20032010+uma+avaliacao+nao+complacente/a1237812318976.html>.

discursos, mas, com as mesmas palavras, eles não falam das mesmas coisas. É o que se observa com o enunciado "o espetáculo do crescimento" em que o chargista, ao repetir o slogan do governo, o faz de uma perspectiva inversa, criando uma citação polêmica com a manifestação da ironia. A expressão "já volta", utilizada normalmente em programas televisivos em que há o intervalo para o comercial, auxilia nessa configuração irônica, revelando que o espetáculo prometido para iniciar ainda naquele ano, na prática, só aconteceria na mídia, tecendo sua crítica ao caráter propagandista a que teria se reduzido o discurso do governo.

Convém ressaltar que a contraposição do signo verbal ao não verbal é fundamental para construção do humor irônico, pois mostra o paradoxo existente entre o discurso e a realidade, ao denunciar pessoas ainda vivendo à margem da sociedade.

Já a charge a seguir tematiza os primeiros sinais de recuperação da economia, publicada na capa do caderno *Dinheiro*, do jornal *Folha de São Paulo* (13/11/2003), referente ao aumento nas contratações da indústria paulista, que registrou um índice de 0,51% em outubro de 2003 em relação ao mês de setembro. Segundo a *Folha*, essa alta representou o melhor desempenho obtido para o mês de outubro desde 1994, ano de implantação do Plano Real, passando a ser vista como um início do ciclo do crescimento (ver anexo I).

Figura 31- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 14 nov. 2003.

Na charge, observa-se, no plano não verbal, uma família de moradores de rua, com um personagem que demonstra ser letrado, fato considerado pelo jornal em suas mãos e pelo seu comentário do noticiário, permitindo inferir, ainda, que nem sempre estiveram nessa

condição, mas que por motivos, provavelmente, de origem econômica foram excluídos da sociedade. A legenda no alto do quadro, "recuperação da economia", traz o conteúdo do jornal lido pelo personagem, funcionando, ainda, como gatilho para que o leitor recupere a matéria da capa da *Folha*, publicada um dia antes da charge.

Como é possível observar, a charge estabelece uma relação intertextual temática com o jornal, sua abordagem é, no entanto, subversiva, construída por meio de uma relação interdiscursiva que se oferece para manifestação da ironia. É o que se percebe na tradução pelo avesso do otimismo manifestado pelos especialistas da época que viam nesse pequeno índice de aumento uma surpresa bastante promissora. Na charge, por outro lado, essa esperança é refutada, fato observado por meio da fala do personagem que não vislumbra a possibilidade de sair daquela situação tão cedo, ironizando que o mínimo para sua subsistência só viria "lá por 2007, 2008", ou seja, após o fim do mandato do governo.

5.4 **Corrupção**

O PT, ao longo de sua trajetória de luta, buscou ser um partido diferenciado, com um discurso pautado na ética, tanto que Lula chegou a assinar em 2002, em campanha eleitoral, um documento público de combate à corrupção, com o Transparência Brasil, mostrando seu compromisso em se tornar o governo da mudança. No segundo ano de seu mandato, no entanto, esse discurso começou a ser abalado com o primeiro caso de corrupção envolvendo um assessor parlamentar ligado ao Ministro chefe da Casa Civil, perdendo, posteriormente, a credibilidade com o caso do "mensalão".

A charge a seguir refere-se ao episódio de corrupção envolvendo o então subchefe de assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz. O caso ganhou notoriedade após a divulgação da revista Época, em 13/02/2004, de uma fita gravada em 2002 pelo empresário e bicheiro Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Na gravação, Waldomiro, que ocupava o cargo de presidente da Loterj, aparece negociando propina com Cachoeira para campanha eleitoral do PT. Após a denúncia, o assessor parlamentar, considerado "braço direito" do então Ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, deixou o governo, provocando a primeira crise política.

Figura 32- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 27 fev.2004.

Figura 33- Cartela de jogo do bicho

Fonte: http://uipi.com.br/noticias/policia/2012/08/29/ agentes-do-rio-mobilizam-para-combater-jogodobicho/

Para configuração de sua charge (fig.32), Glauco explora a intertextualidade intergenérica como estratégia argumentativa, ou seja, como um poderoso "recurso de presença"[12], como nos ensina Abreu (2009), para atrair a atenção do leitor. É o que se verifica com a encenação no interior da charge de uma cartela de jogo do bicho (fig.33) para associá-la à imagem do contraventor (Carlinhos Cachoeira).

Como é possível observar, a escolha por esse percurso figurativo, além de estabelecer uma intertextualidade temática com as diversas notícias que abordavam o episódio em questão, permite relacionar, por meio do interdiscurso, os tucanos representados na charge ao PSDB, partido de oposição ao governo, evidenciando, para efeito humorístico, quem ganha no "jogo político" com o PT em crise.

Esta outra charge tem como contexto a reunião realizada em Brasília, logo após o feriado de carnaval, na quarta-feira de cinzas, com a presença de alguns ministros e do então presidente Lula, com o objetivo de aprovar uma "agenda positiva", que enfatizasse, dentre outras questões, a retomada do crescimento da economia, a discussão sobre reformas sindical e política, além da antecipação da meta de atender mais de 901 mil famílias dentro do programa "Bolsa Família". Cabe salientar que essa agenda de prioridades foi vista pela mídia

[12] Segundo Abreu (2009, p.72), recursos de presença são "procedimentos que têm por objetivo ilustrar a tese que queremos defender". O autor ressalta, ainda, que um argumento ilustrado por esse recurso tem efeito redobrado sobre o outro. Na charge, consideramos que a construção de cenários também pode desempenhar essa função, em especial, quando convoca outros gêneros para sua composição.

como uma tentativa de desviar o foco da crise que assolava o governo, com o caso Waldomiro Diniz.

Figura 34- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 26 fev.2004.

Figura 35- Fotografia da reunião ocorrida em Brasília.

Fonte: Folha de São Paulo, 26 fev.2004.

A charge (fig.34) estabelece uma relação intertextual temática convergente, ou seja, de mesma direção argumentativa com a matéria do jornal *Folha de São Paulo*, intitulada "Governo usa 'pauta positiva' para abafar caso Waldomiro" (ver anexo J), que teve por ilustração a fotografia acima. É o que se observa no trabalho de Angeli por meio da criação de um simulacro da reunião ocorrida em Brasília, que, funcionando de modo argumentativo, traduz de forma irônica e humorística o objetivo do encontro como uma tentativa de abafar a crise, protegendo o então ministro José Dirceu.

Em relação à tradução operada pelo chargista, verificamos que ela ocorre tanto no signo não verbal, quanto no verbal. No plano não verbal, merece destaque o traje carnavalesco de José Dirceu, pois trata de forma humorística a repercussão que o acometia, com o caso Waldomiro.

Já no plano verbal, chama atenção o título "acabou o carnaval", que, além de situar em que momento a cena transcorreu, traz à memória, como efeito do interdiscurso, a pouca importância dada pela sociedade, em geral, a questões políticas e sociais durante essa festividade, ironizando, ainda, ao associar à fala do personagem, que passado o evento as críticas se intensificariam contra o governo, polemizando a reunião realizada em Brasília como uma tentativa de superar o escândalo de corrupção.

A charge seguinte refere-se à tentativa do governo Lula de evitar a instauração da CPI dos bingos, cujo objetivo seria apurar as denúncias de lavagem de dinheiro através de

máquinas de caça-níqueis e casas de bingo, com receio de que essa investigação recaísse sobre o ex-subchefe de assuntos parlamentares, Waldomiro Diniz, podendo atingir o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Para tanto, governo cedia a exigências da base aliada, atendendo a solicitações do PMDB, e estudava negociar apoio com o então senador Magdo Malta (PL), autor do pedido de instauração da CPI, para anular o veto à fusão entre Nestlé e Garoto, medida que interessava a seu Estado (ver anexo K).

Figura 36- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 04 mar. 2004.

Glauco recorre ao *détournement*, intertextualidade implícita, como estratégia argumentativa para ironizar a confiança do governo de contar com seus possíveis recursos (concessão de benefícios à base aliada) para abafar a instalação da CPI. Esses recursos são materializados na charge, de forma humorística, por meio de um equipamento de combate a incêndio, no qual se observa na instrução "em caso de CPI quebre o vidro" uma substituição do vocábulo "incêndio" por "CPI", associando, assim, o efeito decorrente do fogo aos danos que uma investigação no governo poderia provocar.

Já a próxima charge, que estabelece uma relação intertextual com a que acabamos de analisar, foi publicada em outubro de 2005, no momento em que três CPIs relacionadas ao governo estavam em curso: dos correios, dos bingos e do mensalão. Como as investigações ainda não haviam apresentado resultados significativos, limitando-se a perda de cargos de alguns e renúncia de outros, e apenas o então deputado federal Roberto Jefferson havia sido cassado, a sensação de impunidade começava a pairar na opinião pública. No caso da CPI do mensalão, a Mesa da Câmara havia anunciado o envio de processos contra 13 deputados ao

Conselho de Ética. Os acusados, no entanto, receberam um prazo para renunciarem ao cargo sob o risco de ficarem inelegíveis até 2015 em caso de cassação.

Compondo, ainda, o cenário político da época, cumpre destacar que a imagem de Lula estava sendo preservada, ou seja, por mais que seu partido estivesse sendo acusado de financiar um grande esquema de compra de votos de parlamentares, como o conhecido mensalão, o que eles negavam sob o discurso que praticaram apenas o caixa dois (dinheiro para financiar campanhas), assim como qualquer outro partido, o então presidente aparecia bem nas pesquisas e já pensava em uma possível reeleição (ver anexo L).

Figura 37- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 16 out. 2005.

Como é possível observar, Glauco recorre ao cenário da charge anterior para composição de seu trabalho, o que caracteriza uma intertextualidade interna, operando, inclusive, com o mesmo enunciado “em caso de CPI quebre o vidro”. A diferença entre as duas charges, no entanto, pode ser percebida pela substituição da mangueira utilizada no combate a incêndio por uma pizza, propondo, assim, uma nova caminhada interpretativa ao leitor, embora de mesma direção argumentativa (intertextualidade das semelhanças).

Nesse sentido, o reconhecimento do contexto político supracitado é de fundamental importância, pois, ao pôr em relevo a imagem da pizza, o chargista, através de uma relação interdiscursiva, traz à memória a expressão “acabar em pizza”, que é comumente utilizada na política para designar que as investigações terminam sem punição, satirizando, assim, o cenário da época que tendia à impunidade, em especial a postura do governo que já pensava numa possível reeleição. É mobilizando já ditos que o chargista compartilha com o leitor seu ponto de vista, revelando o potencial argumentativo das relações intertextual e interdiscursiva.

Esta outra charge foi publicada no auge das denúncias realizadas por Roberto Jefferson referentes ao fato de o PT financiar um esquema de compra de votos de parlamentares em troca de apoio ao governo. Nesse mesmo período, uma suspeita recaía sobre o então presidente da República devido a um empréstimo de R$ 29,4mil concedido a ele pelo Partido dos Trabalhadores. Como parte dessa dívida contraída por Lula fora quitada por débito online, sem especificar a origem do dinheiro, a oposição, durante a CPI dos Correios, desconfiou e levantou a hipótese de que esse pagamento poderia ser fruto da empresa de Marcos Valério, acusado de articular o esquema de corrupção. Outro aspecto que merece relevo diz respeito ao fato de o governo não ter colaborado para esclarecer esse evento, alimentando mais ainda a desconfiança da opinião pública (ver anexo M).

Figura 38- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 28 jul. 2005.

Na charge acima, Angeli explora a intertextualidade intergenérica como um recurso argumentativo bastante expressivo para ironizar uma possível participação do então presidente no esquema do mensalão. É o que se verifica por meio da criação de um "catálogo de políticos", no qual parlamentares e ministro aparecem portando uma mala, símbolo do modo como era feito o pagamento descrito por Roberto Jefferson, com um valor diferenciado para cada cargo ocupado. No caso do presidente, não há mala para caracterizá-lo, tampouco valor. Como não havia provas do envolvimento do presidente no escândalo de corrupção, o catálogo é marcado por uma sombra, que remete à imagem de Lula, pelo contorno do corpo representado.

Ainda em relação à sombra do presidente, chama atenção o enunciado "produto fora de catálogo", intertextualidade externa e explícita, utilizado no comércio em geral para

designar que o produto saiu de linha, deixando implícito, no entanto, que em algum momento esteve à venda, satirizando, assim, o suposto envolvimento de Lula no esquema de corrupção.

Como é possível observar, a encenação de um catálogo no interior da charge, além de provocar o humor pelo rebaixamento dos políticos que são traduzidos como "produtos à venda", convida o leitor à reflexão, ressaltado, inclusive, pelo próprio enunciado imperativo "consulte nossos preços", denunciando o escárnio com a população brasileira feito com o dinheiro público.

A charge a seguir, embora não apresente uma relação intertextual explícita com o noticiário do dia, tematiza o escândalo de corrupção que envolvia o governo, pondo em xeque a bandeira da ética sustentada pelo PT.

Figura 39- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 16 jan. 2006.

Para configuração de seu trabalho, Angeli explora a intertextualidade intergenérica como recurso argumentativo bastante expressivo para compartilhar com o leitor o seu ponto de vista. É o que se observa pela adoção da estrutura composicional de entrevista do programa de rádio semanal do Presidente do Brasil, o "Café com o Presidente". Interessante é ressaltar que a legenda "Conversa com o Presidente", além de funcionar como gatilho para que o leitor perceba a relação entre os gêneros, apresenta um *détournement* por substituição marcando o tom do diálogo instaurado na charge. Em outras palavras, a substituição do vocábulo "café" por "conversa" não é gratuita, pois, se o programa oficial de Lula constrói um ambiente familiar, de bate-papo, para facilitar a divulgação de pautas e ações do governo, no simulacro apresentado na charge, no qual o chargista vira personagem (metalinguagem), o tom é

marcado por um questionamento, uma satisfação com a população brasileira, para ironizar o compromisso propagado pelo governo com a ética.

Outro aspecto que merece relevo diz respeito à sequência de falas do personagem Lula na charge, pois traz à memória o discurso de membros do PT que acabaram confessando na época que haviam feito a prática de caixa 2, assim como todos os partidos e governos anteriores costumavam fazer, numa tentativa de mostrar que a corrupção já estava enraizada na política brasileira, banalizando, assim, seus erros cometidos. Chama atenção, ainda, a última cena que, tendo como desfecho o humor irônico preparado nas cenas anteriores, marca de forma expressiva a relação interdiscursiva com o escândalo do mensalão que acometia o governo, satirizando o discurso construído pelo PT de ser um partido diferenciado.

5.5 **Crise ideológica no PT**

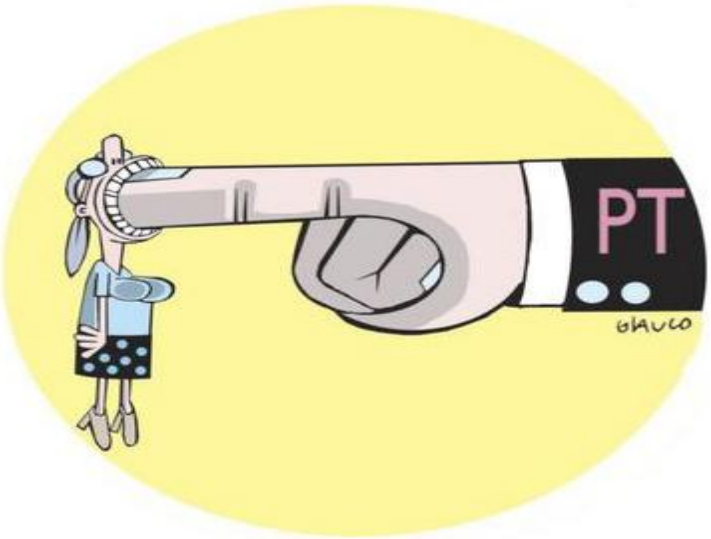
Nascido de movimentos populares e sindicalistas, o PT foi criado em 1980, com um discurso voltado para os interesses da classe trabalhadora. Desde então, houve a tentativa de consolidar sua representatividade tanto no Executivo quanto no Legislativo. Em janeiro de 2003, a sigla chegou pela primeira vez à presidência da República, por meio de seu principal fundador, Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo expectativas de mudanças, em especial, para os grupos representados pelo partido (sindicatos, entidades como MST, entre outros). É a partir dessa ascensão ao poder que se começa a observar com mais clareza a transformação ideológica que vinha acometendo a legenda, sinalizada, por exemplo, antes das eleições para presidente com a aliança realizada com o PL (Partido Liberal), ao incluir o vice-presidente José Alencar na chapa para tranquilizar o mercado de que Lula poderia realizar ampliações radicais aos direitos trabalhistas, já que seu vice era um dos maiores empresários das indústrias têxteis do país.

É “flexibilizando” seus compromissos políticos e ideológicos, ou seja, fazendo as mesmas ações que o partido, quando oposição, denunciava de seus adversários, que o PT passou a ser alvo de inúmeras críticas na sociedade, levando os chargistas a ironizarem de modo bastante expressivo essa mudança discursiva.

A charge a seguir aborda a crise ideológica que acometeu o PT, provocando uma ruptura no partido logo no primeiro ano da gestão de Lula, com a expulsão de quatro membros, dentre eles, a então senadora Heloísa Helena que se negou a votar a favor da

reforma da Previdência proposta pelo governo, alegando que o texto demonstrava-se contrário à postura do PT quando oposição, já que propunha a redução de benefícios para os funcionários públicos, o aumento da idade para aposentadoria, entre outros.

Figura 40- Charge de Glauco



Fonte: Folha de São Paulo, 03 dez. 2003.

A charge apresenta uma intertextualidade temática com a matéria publicada na *Folha de São Paulo* um dia antes, intitulada "Apesar de apelos por perdão, PT decide expulsar Helena" (ver anexo N). A medida adotada pela cúpula do partido, de expulsar os ditos "radicais" de sua agremiação, dentre eles, a então senadora Heloísa Helena, dividiu opiniões entre os militantes, ficando de um lado os que defendiam o governo, alegando que a medida era coerente já que não houve fidelidade no voto, e do outro os que defendiam os "radicais", como o então deputado federal Ivan Valente que qualificou a decisão de autoritária e intimidatória, provocando uma mancha profunda na história do PT.

Diante do embate travado, é possível observar o posicionamento discursivo do chargista através do modo como ele figurativiza, ou seja, traduz o evento ocorrido, já que um representante do partido fiel ao governo não exporia tal acontecimento nos termos de Glauco, mas de forma a mascará-lo. Nessa direção, a imagem de um dedo indicador colocado na boca da então senadora, com destaque, ainda, para desproporção de tamanho da mão e da personagem, apresenta um ponto de vista que entende a expulsão como uma atitude repressiva, denunciando ao leitor o novo rumo ideológico vivenciado pela legenda ao passar da oposição à situação, preferindo excluir os "radicais" a bancar a divergência de opinião que outrora costumava ser respeitada. É explorando a reconfiguração de dizeres convocados pela sigla que se observa na charge a força argumentativa das relações interdiscursivas.

A charge a seguir refere-se à reforma ministerial que estava para ser promovida pelo então presidente Lula, caracterizada pelo então Ministro José Dirceu como uma "aliança estratégica" (ver anexo O), já que visava à eleição municipal que ocorreria em 2004. A tão propagada reforma contemplaria com pastas apenas o PMDB, tendo em vista a dificuldade para mover ministros do PT, de modo que o PP e o PTB, embora estivessem dispostos a estreitar as alianças também com o governo, não estavam cotados para receber ministérios (ver anexo P). Importa salientar que o PP, ao mesmo tempo em que alegava não estar impondo nada, reivindicava tratamento diferenciado, ressaltando, inclusive, que havia partidos menores que possuíam ministério. Já o PTB dizia compreender o governo, requerendo, no entanto, apoio para que sua legenda pudesse crescer no congresso.

Figura 41- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 15 jan. 2004.

Compreendendo a reforma ministerial como um "negócio" a ser empreendido pelo governo, Angeli explora o *détournment* como estratégia argumentativa para ressaltar seu posicionamento discursivo. É o que se observa por meio da legenda "Pequenos partidos, grandes negócios" que dialoga com o programa criado pela rede Globo em parceria com o Sebrae, "Pequenas Empresas & Grandes Negócios". Convém destacar que esses "pequenos partidos" referem-se às alianças que o governo estava estabelecendo com o PTB e, em especial, com o PP.

Chama atenção, ainda, no plano imagético, a placa "e salgadinhos em geral", que, além de auxiliar na tradução da reforma como um negócio, satiriza os acordos do governo com partidos de ideologia diferente na busca por sua manutenção no poder. Nesse sentido, o

discurso direto “mais pra direita, mais pra direita”, relacionado à fixação da placa, ganha força expressiva considerável, já que ressalta a direção ideológica dos partidos em questão e traduz, de forma irônica e humorística, o desejo de serem contemplados com pastas no ministério.

Já a charge a seguir, embora não se relacione de modo explícito com o noticiário do dia, foi publicada no mesmo período em que a reforma ministerial estava em foco na mídia, tematizando um conjunto de acontecimentos que evidenciaram a mudança ideológica do governo.

Figura 42- Charge de Angeli

Fonte: Folha de São Paulo, 18 jan.2004.

Para composição da charge, Angeli explora o percurso figurativo de um Centro de Memória do Trabalhador, com a presença de megafone, instrumento frequentemente usado para mobilização das massas, blusa com uma estrela desenhada no meio, símbolo do PT, e quadros com a imagem de Lula, contendo alguns dizeres como “basta” e “greve”, que trazem à memória a trajetória do ex-sindicalista na luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Como é possível observar, a exploração desse cenário não é gratuita, pois, ao jogar argumentativamente com a memória do leitor, já que cada elemento é revestido de historicidade, como efeito do interdiscurso, consiste em uma forma de o chargista polemizar, por meio da fala do personagem do então presidente, a mudança ideológica vivenciada por um governo que não reconhece mais suas raízes, satirizando o discurso de um partido que se propunha a ser diferente.

A charge seguinte foi publicada no período em que os bancos brasileiros apresentavam uma rentabilidade recorde (ver anexo Q), superando as instituições norte-americanas, fruto do

aprofundamento do governo Lula da política econômica desenvolvida na gestão anterior (FHC), com práticas das taxas mais altas de juros do mundo.

Figura 43- Charge de Glauco

Fonte: Folha de São Paulo, 01 mar. 2005.

Para composição de seu trabalho, Glauco lança mão de um percurso figurativo, em que entrelaça dois esquemas de rememoração. O primeiro remete ao Oscar, a grande festa do cinema americano, que estava ocorrendo em Los Angeles, observado na charge por meio dos seguintes elementos: a estatueta nas mãos do personagem e a legenda "melhor roteiro adaptado" indicando uma das categorias da premiação. O segundo esquema relaciona-se ao contexto político verificado pelas invariantes do personagem caricaturado, representando a figura do então presidente do Brasil, e pela imagem ao fundo do Congresso Nacional, remetendo a Brasília.

A associação desses esquemas não é gratuita, consistindo em uma forma de o chargista satirizar o desenvolvimento do governo na área econômica, devido ao lucro inédito das instituições bancárias. É o que se observa por meio da "premiação" do presidente, com uma estatueta em tamanho desproporcional aos outros elementos que compõem o cenário da charge, o que provoca o humor pelo modo irônico de retratar o desempenho do governo, e da legenda "melhor roteiro adaptado", intertextualidade externa e explícita, que, funcionando como estratégia argumentativa, polemiza a adoção do governo de medidas econômicas neoliberais praticadas na gestão anterior (FHC), contradizendo o posicionamento de esquerda do PT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre conceitos da Linguística Textual e Análise do Discurso para o estudo da charge jornalística revelou-se bastante produtiva, permitindo-nos demonstrar de que modo a intertextualidade e a interdiscursividade atuam no gênero em questão como importantes estratégias argumentativas. É o que se pôde notar por meio do tratamento dado a esses recursos pelos chargistas, para abordar os fatos do cotidiano de forma crítica e reflexiva.

Para análise desses mecanismos dialógicos em sua função argumentativa, procuramos relacioná-los ao funcionamento do discurso irônico, já que observamos, conforme avançávamos em nossa pesquisa, ser por meio deste que os recursos em foco se marcam no gênero em estudo de forma mais expressiva, auxiliando, inclusive, na produção do humor.

A associação do estudo teórico de Fiorin (2011), acerca dos percursos figurativos e temáticos, ao trabalho desenvolvido por Maingueneau (2008), da polêmica como interincompreensão, foi fundamental para compreensão de como se estabelecem as relações interdiscursivas no espaço recortado, permitindo-nos entender de que modo o discurso do governo Lula foi confrontado pelo discurso humorístico dos chargistas, revelando todo seu potencial crítico e argumentativo.

Nessa direção, cada tema e figura atualizados não foram gratuitos, já que auxiliaram, tendo em vista o processo de tradução do discurso do Outro, na construção do simulacro, tornando polêmica a charge jornalística.

No capítulo de gêneros, ressaltamos, com base em Teixeira (2005), que a charge diferencia-se, dentre outros aspectos, da caricatura por apresentar uma identidade diferente do sujeito real sobre o qual se debruça. A partir do estudo empreendido nesta dissertação, entendemos que a constituição dessa identidade se dá por meio do processo de interincompreensão, já que, ao se relacionar com o discurso do outro, o chargista criaria, a partir de sua grade semântica, que, por se tratar de um gênero crítico, apresentaria, naturalmente, um viés subversivo, designações pelo avesso para seu opositor.

No estudo do *corpus*, foi possível verificar todas as tipologias intertextuais apresentadas no capítulo 3, com base em Valente (1997), Koch et al. (2007) e Sant'Anna (2007). Observamos, ainda, que os tipos de intertextualidade não são excludentes, ocorrendo, muitas vezes, em simultâneo na produção de sentidos. Em Angeli, por exemplo, houve uma incidência maior das relações intergénericas utilizadas como estratégias argumentativas; já em Glauco, a criação vocabular e o *détournement* foram mais recorrentes.

Em relação ao modo como os chargistas materializaram os embates sociais, encontramos em Glauco charge sem nenhum código verbal para orientar a produção de sentidos, constituindo marca de seu estilo o predomínio do não verbal. Já Angeli explora de forma significativa a construção de cenários associada ao código verbal, sendo muito comum a presença do discurso direto para compartilhar com o leitor o seu ponto de vista. Interessante é ressaltar que, mesmo com estilos diferentes, tanto as relações interdiscursivas, quanto os tipos intertextuais puderam ser observados como estratégias argumentativas nos dois chargistas, já que a tradução polêmica do governo Lula materializou-se não só por meio do verbal, mas também, e de forma bastante expressiva, através da imagem, ressaltando a pertinência do estudo realizado para o gênero charge jornalística.

Devido à estreita relação da charge com o noticiário, o que revela a natureza intertextual e interdiscursiva do gênero em estudo em seu processo de criação, poderíamos classificar o grau de intertextualidade, com base em estudo de Maia (2006), de máximo, já que exige do leitor um amplo conhecimento do contexto político e social de sua produção para compreensão do texto chargístico. Como o chargista lança mão, em geral, de outras relações dialógicas externas ao noticiário, conforme visto, por exemplo, na figura 27, essas também podem ser classificadas de grau máximo, tendo em vista ser o seu reconhecimento de fundamental importância para o processo de construção do sentido.

Reiterando as considerações feitas no capítulo de gênero, entendemos a charge como um instrumento de intervenção crítica do real, com um papel argumentativo claro na formação de opinião do leitor. Desse modo, é possível afirmar que os chargistas ocupam um lugar de sujeito-intérprete dos embates sociais que permeiam o cotidiano, traduzindo-os pelo avesso, de forma irônica e humorística. É nesse processo de tradução, inclusive, que a intertextualidade e a interdiscursividade revelariam todo seu potencial crítico, já que, em um só movimento, construiriam não só o sentido no gênero em estudo, mas também se revelariam argumentativos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar*: gerenciando razão e emoção.13.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

ANGELI FILHO, Arnaldo. *8 anos de Lula.* Entrevista concedida ao UOL notícias. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/8843436>. Acesso em: 10 jan. 2014.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Uma reflexão semiótica sobre a "exterioridade" discursiva. *Revista Alfa*, São Paulo, v.53, n.2, 2009, p. 351- 364.

_____. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In:_____; FIORIN, José Luiz (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

BERGSON, Henri. *O riso*: ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Análise do discurso*: um itinerário histórico. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand005.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CARDOSO-SILVA, Emanuel. *Leitura*: sentido e intertextualidade. São Paulo: Unimarco Editora, 1997.

CASTRO, Ângela Cristina Rodrigues de. *Intertextualidade e interdiscursividade no ensino fundamental*: uma perspectiva dialógica para o Livro Didático de Português. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2013.

CAVALCANTE, M. M.; FORTE, J. S. M.; BRITO, M. A.P. As funções intertextuais nos quadrinhos. In: LINS, Maria da P. P.; SOUZA JUNIOR, Rivaldo Capistrano de. (Org.). *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória:PPGEL-UFES, 2014.

CIRNE, Moacy. *A explosão criativa dos quadrinhos*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1998.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). *Língua Portuguesa em debate*: conhecimento e ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Texto, textualidade e textualização. In: *Centro de Referência Virtual do Professor*, jan. 2011. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=122378&tipo=ob>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

_____; KOCH, I. G. V. *Linguística textual*: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORIN, José Luiz. Teorias do Texto e Ensino: A Coerência. In: VALENTE, André (Org). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

FLÔRES, Onici. *A leitura da charge.* Canoas: Ed. Ulbra, 2002.

FRASSON, Regina Mafalda Denardin. A intertextualidade como recurso de argumentação. *Letras*, Santa Maria, RS, n. 4. p. 85-96, jul./dez. 1992.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Versão eletrônica.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. *Poétique*. Coimbra, n.27, 1979.

KOCH, Ingedore. *O texto e a construção dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Introdução à linguística textual*: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Argumentação e linguagem.* São Paulo: Cortez, 2009.

_____; BENTES, A. C. ; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade*: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*, v.1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MAIA, Maria Christina de Motta. O trabalho com o texto e a intertextualidade. In: CEZAR, M.; BITTENCOURT, T.; BARROS, L. de. *Entre as fronteiras da linguagem*: textos em homenagem ao Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Lidador, 2006.

_____. *Intertextualidade*. Disponível em: <http://www.acd.ufrj.br/~pead/tema02/intertextualidade2.htm>. Acesso em: 15 ago.2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio V. Barbosa e Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Análise de textos da comunicação.* Trad. Maria Cecília; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. ; BEZERRA, M.A. *Gêneros textuais e ensino*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARQUES, Maria Aldina. Argumentação e(m) discursos. In: FIGUEIREDO, Isabel Duarte (Org.). *Português, língua e ensino.* Porto: Universidade do Porto Editorial, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. Desenho, letra e humor: estereótipos na caricatura do Império. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura*: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MESERANI, Samir. *O intertexto escolar*. São Paulo: Cortez, 2008.

NERY, Laura. Charge: Cartilha do mundo imediato. *Revista Semear*, n.7. Rio de Janeiro: PUC, 2001. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_10.html>. Acesso em: 17 jul. 2013.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: SIMÕES, Darcília. *Língua e cidadania*: novas perspectivas para o ensino. São Paulo: Editora Europa, 2004.

OLIVEIRA, Maria Lilia Simões de. Charge: imagem e palavra numa leitura burlesca do mundo. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). *Letras e comunicação*: uma parceria no ensino de Língua Portuguesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 265-276.

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. *Intertextualidade*: teoria e prática. Minas Gerais: Lê, 1995.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. Leitura e intertextualidade: o cruzamento de teorias e práticas textuais. In: VALENTE, André (Org.). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. Simulacro e interdiscurso em slogans. In:_____. *Os limites do discurso*: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. *Os humores da língua*: análises linguísticas de piadas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

PROPP, Vladímir. *Comicidade e riso*. Trad. Aurora F. Bernardini e Homero F. de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. Sao Paulo: Contexto, 2012.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística*: intertextualidade e polifonia- um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SANT' ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia.* 8.ed. São Paulo: Ática, 2007.

SILVA, Francisco Paulo da. A construção da ironia: "uma pittada de veneno"? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. *Análise do discurso*: as materialidades do sentido. 2.ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2003.

SOUZA, M. I. P. de O. ; MACHADO, R. P. B. O verbal e não verbal na produção dos efeitos de sentido no gênero charge. In: CRISTÓVÃO, V. L. L. ; NASCIMENTO, E. L. *Gêneros textuais*: teoria e prática II. Paraná: Kaygangue, 2005.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto*: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. *Sentidos do humor, trapaças da razão*: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

VALENTE, André Crim. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O processo de criação da charge: mesa-redonda com Ique e Aroeira. In: AZEREDO, J. C. (Org.) *Letras e Comunicação*: uma parceria no ensino de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. Intertextualidade: aspecto da textualidade e fator de coerência. In: HENRIQUES, Claudio Cezar ; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. *Língua e transdisciplinaridade*: rumos, conexões, sentidos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Intertextualidade e interdiscursividade nas linguagens midiática e literária: um encontro luso-brasileiro. In: OLIVEIRA, Fátima; DUARTE, Isabel Margarida (Org.). *O fascínio da linguagem.* Porto: Universidade do Porto, 2008.

VALENTE, André Crim. Argumentação e textualidade em crônicas jornalísticas. In:_____; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (Org.). *Língua Portuguesa*: descrição e ensino. São Paulo: Parábola, 2011.

WOLFF, Francis. Por trás do espetáculo: o poder das imagens. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

ANEXOS- Recortes jornalísticos utilizados para análise do *corpus*

ANEXO A

Só 59% concluem o ensino fundamental

LUCIANA CONSTANTINO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Enquanto o governo fala em acabar com o analfabetismo no Brasil em quatro anos e construir a escola ideal, o retrato atual do ensino no país mostra outros problemas de difícil superação: 41% dos estudantes não terminam a educação fundamental (da 1ª à 8ª série); 39% dos que estão nessa fase têm idade superior à adequada —os alunos que conseguem chegar ao ensino médio o fazem em 10,2 anos em média.

Os estudantes ficam apenas 4,3 horas por dia em sala de aula, com professores que ganham, em média, R$ 530 mensais, sendo que quase a metade deles (46,7%) tem formação de nível médio.

Esse é o quadro mostrado no documento "Geografia da Educação Brasileira 2001", feito pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) no ano passado, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e divulgado ontem. O relatório se refere a dados que vão até 2001 e reúne informações que tratam da infra-estrutura das escolas ao desempenho dos alunos.

Em relação à repetência, os dados apontam que 21,7% dos alunos do ensino fundamental não progrediram de série em 2000.

Quadro alarmante

Com uma linha de análise que especialistas do PT utilizavam para criticar o governo anterior, o atual presidente do Inep, Otaviano Helene, disse que o retrato da educação brasileira é alarmante e demonstra o atraso escolar em todos os níveis. "A situação é incompatível com as possibilidades econômicas que o Brasil tem."

Para explicar os dados que considera alarmantes, Helene diz que são resultado da falta de qualidade da escola pública, de professores mal preparados e mal remunerados e também do custo induzido da escola, ou seja, o que a família gasta para manter o aluno com alimentação, material etc.

Para Helene, a evolução dos índices educacionais nos últimos anos ficou abaixo do necessário. "Precisamos melhorar as taxas além do que melhoraram."

Apesar de a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais ter caído de 25,4% em 1980 para 13,6% em 2000, esse percentual representa 16 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever um bilhete.

O documento afirma: "É necessário concentrar esforços na erradicação do analfabetismo para grupos de jovens. Trata-se de uma diretriz inadiável, com o sentido de promover a inclusão social".

A situação de alunos do ensino médio não é diferente: de cada 100 que ingressam nessa fase, 26 não conseguem terminar. Se considerada a distorção idade/série, 53,3% deles não têm idade adequada à série que cursavam.

Desigualdade regional

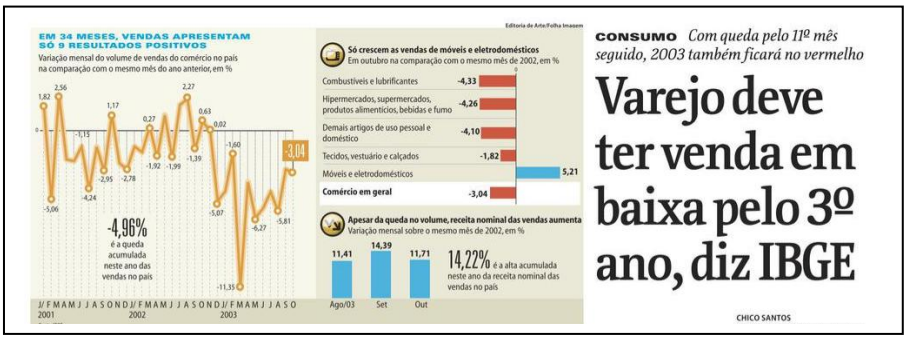
Essa distorção é apontada como um dos principais problemas da educação brasileira. Avaliações mostram que alunos em atraso escolar têm desempenho inferior aos que estão em séries próprias à idade. A distorção idade-série também é um elemento da desigualdade regional.

No Norte e no Nordeste 52,9% e 57,1%, respectivamente, dos estudantes do ensino fundamental estão com idade acima da apropriada para a série. No Sudeste, o percentual é de 24%; no Sul, de 21,6%; no Centro-Oeste, de 38%.

Leia mais sobre o estudo no site do Inep: www.inep.gov.br

(Folha de São Paulo, 12/03/2003- Caderno Cotidiano, p.1)

ANEXO B



O volume de vendas do comércio varejista brasileiro, apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentou queda de 3,04% em outubro —a 11ª consecutiva na comparação com o mesmo mês de 2002. A queda acumulada no ano é de 4,96%. Em 12 meses, é de 4,56%. O IBGE já não acredita que o resultado de 2003 seja positivo.

"Tudo indica que vamos fechar 2003 com mais um número negativo do comércio", disse Nilo Macedo, economista da equipe de analistas do IBGE. Segundo ele, será necessário que novembro e dezembro tenham improváveis resultados "excepcionais" para inverter a situação.

Juros altos, crédito difícil, incertezas, desemprego alto e renda em queda formaram o cenário para a longa trajetória de queda do indicador do varejo. O último resultado mensal positivo foi o 0,02% em novembro de 2002.

Em três anos de pesquisa, o instituto ainda não apurou nenhum ano de resultado positivo do varejo. Em 2002 houve queda de 0,69%. Em 2001, de 1,57%.

Apesar do mau resultado, Macedo disse que "os dados mostram um certo alento para os próximos meses". A melhora no quadro macroeconômico —queda da inflação, redução dos juros e aumento da confiança dos investidores— tem sido responsável, para o analista, por uma reversão de tendência nas vendas, especialmente as de bens duráveis.

O grupo móveis e eletrodomésticos apresentou resultado positivo pelo segundo mês consecutivo. Cresceu 7,02% em setembro e 5,21% em outubro. Dos cinco grupos que formam o indicador do IBGE, foi o único com resultado positivo nos dois meses.

Outros resultados, embora negativos, mostram redução no ritmo de queda. O grupo tecidos, vestuário e calçados passou de queda de 6,67% em agosto para retração de 3,31% em setembro e nova queda de 1,82% em outubro, sempre em relação aos mesmos meses do ano anterior.

As vendas de veículos, que integram a pesquisa mas não compõem o indicador do varejo, também mostram reversão de tendência. Elas caíram 16,23% em agosto, 4,02% em setembro e 3,76% em outubro.

(Folha de São Paulo, 13/12/2003- Caderno Dinheiro, p.16)

ANEXO C

Lula tem mais votos entre beneficiados por ação social

MARCELO DIEGO
EDITOR-ADJUNTO DE **BRASIL**

As taxas de aprovação da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva e de intenção de voto no petista são maiores do que a média entre as pessoas beneficiadas diretamente ou que têm familiares contemplados pelos programas sociais do governo, indica pesquisa Datafolha feita em 20 e 21 de outubro.

O levantamento aponta que, na média, 28% dos brasileiros consideram o governo Lula bom ou ótimo —mesmo percentual dos que o classificam de ruim ou péssimo. Para 42%, a administração é classificada de regular.

Já entre os que são beneficiados pelos programas sociais (diretamente ou por meio de familiares) o índice de bom ou ótimo pula para 34% —seis pontos acima da média nacional. Nesta faixa de entrevistados, a taxa de ruim ou péssimo cai para 24%.

Essa aprovação maior se reflete também nas intenções de voto para a Presidência da República em 2006. O petista consegue percentuais mais elevados de eleitores entre aqueles beneficiados por programas como o Bolsa-Família.

Nos cenários traçados para o primeiro turno, Lula bateria todos os adversários, se votassem apenas os brasileiros que participam ou têm alguém da família beneficiado por programas sociais federais. A intenção de votos para Lula varia de 37% (numa disputa contra José Serra, do PSDB, que ficaria com 26%) a 40% (em um embate com o também tucano Geraldo Alckmin, que não passaria de 11%), entre os beneficiários destes projetos.

São números melhores do que a média nacional. Segundo a pesquisa, as intenções de voto em Lula no primeiro turno variam de 30% (contra Serra, que teria 27%) a 33% (contra Alckmin, que atingiria 16%).

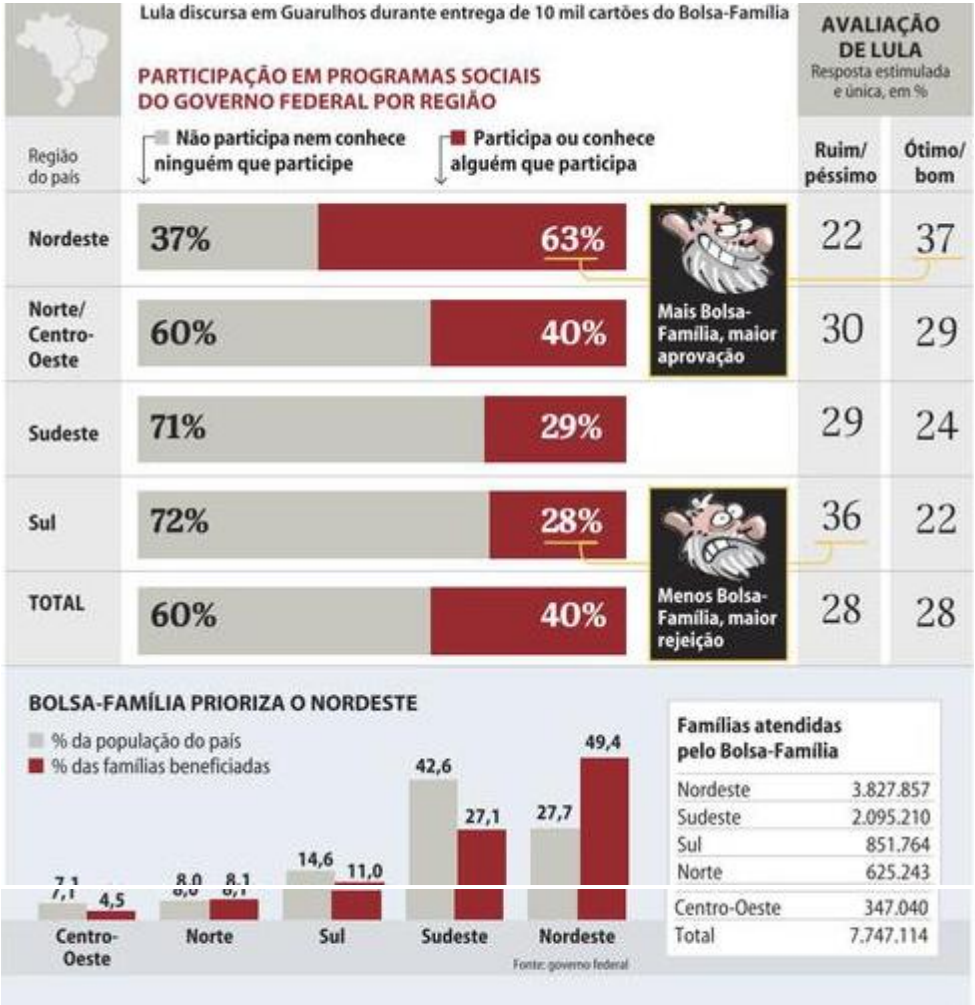
Num eventual segundo turno, se votassem apenas os beneficiados pelos programas sociais, Lula teria uma folgada vantagem sobre seu oponente mais próximo: 49% contra 41% de José Serra.

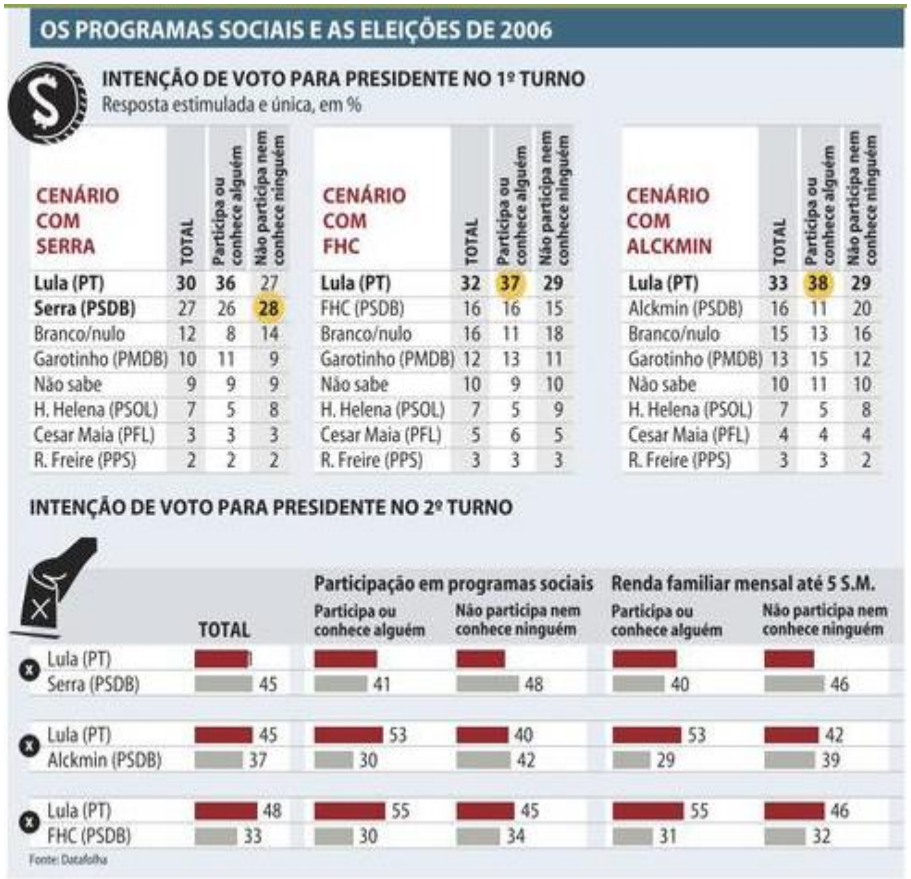
Entre o total da população, a situação do petista não é tão confortável. O presidente não seria reeleito, perdendo no segundo turno para Serra por 45% a 41% —a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Ou seja, Lula hoje enfrentaria dificuldades para conseguir um segundo mandato. Mas conta com forte apoio entre aqueles que têm contato com os programas sociais. Quanto mais beneficiados forem, maior tende a ser sua força eleitoral em 2006.

A base de eleitores de Lula hoje é a população com menor renda. Mas, mesmo nesta faixa, a intenção de votos para o presidente é maior entre aqueles beneficiados pelos programas sociais.

O instituto fez um cruzamento, levando em consideração entrevistados cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a cinco salários mínimos (R$ 1.500). Entre os entrevistados beneficiados ou que tenham alguém da família participando dos programas federais, Lula ganha de Serra no segundo turno por 49% a 40%. Já entre as pessoas com renda familiar de até cinco salários, mas sem benefício direto ou indireto dos programas, o tucano superaria o petista por 46% a 38%.





(Folha de São Paulo, 30/10/2005- Primeiro caderno, p.4)

ANEXO D

Trecho do discurso de Lula, candidato à reeleição

A íntegra deste discurso foi publicada na Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79810.shtml. Acesso em: 5 jan. 2014

"Companheiras e companheiros,

Vocês sabem, muito bem, quanto custou a cada um de nós chegar até aqui. Quanta batalha foi preciso vencer, quanto preconceito foi preciso remover, quanta armadilha foi preciso desmontar.

Vocês sabem como foi difícil realizar aquele sonho que parecia impossível: o sonho coletivo de ter um trabalhador na Presidência do Brasil.

Juntos, conseguimos mostrar que este sonho não apenas era possível, como era justo e necessário. Juntos, mostramos ao mundo que um trabalhador tem condições de dirigir com competência um país da importância do Brasil. Que pode fazer isso governando para todos e sem trair os interesses da população mais pobre.

Hoje eu estou aqui para dizer a vocês que o sonho não acabou e a esperança não morreu.

Hoje eu estou aqui para dizer a vocês que aceitei, mais uma vez, o chamamento. O chamamento que vem de vocês, mas que vem, também, do fundo do meu coração.

O chamamento para continuar a luta de construção de um Brasil mais justo e independente, onde cada brasileiro possa fazer três refeições todos os dias; possa ter emprego, educação e saúde; possa viver em um país cada vez mais moderno e humano; e possa, acima de tudo, ter esperança de um futuro cada vez melhor.

Hoje estou aqui para dizer a vocês que decidi submeter meu nome e meu governo, humildemente, ao julgamento dos meus irmãos brasileiros.

Hoje eu estou aqui para anunciar que sou, mais uma vez, candidato à Presidência da República.

E mais uma vez me acompanha, nesta jornada, o meu querido companheiro José Alencar.

Companheiros e companheiras,

Sou outra vez candidato não por ambição, mas porque o projeto de mudança do Brasil tem que continuar. Volto a ser candidato porque o Brasil, hoje, está melhor do que o Brasil que encontrei três anos e meio atrás, mas pode -e precisa- melhorar muito mais.

Volto a ser candidato porque os pobres estão menos pobres e poderão continuar melhorando de vida, caso sejam mantidos -e aprofundados- os programas sociais que implantamos.

Volto a ser candidato porque conseguimos recuperar uma economia que encontramos profundamente

fragilizada. Porque provamos que é possível garantir, ao mesmo tempo, estabilidade, crescimento e distribuição de renda. Porque provamos que é possível ter crescimento econômico com geração de empregos e inclusão social. E porque queremos provar que é possível ampliar estas conquistas ainda mais.

Volto a ser candidato porque demos às classes mais pobres um alto índice de crescimento de renda e de poder de consumo. E porque tenho a certeza de que podemos continuar reduzindo a desigualdade social que ainda é grande no nosso país.

Volto a ser candidato porque melhoramos a educação, e vamos melhorá-la mais ainda, oferecendo ensino de qualidade em todos os níveis e fazendo com que a universidade seja cada vez mais acessível para os mais pobres.

Volto a ser candidato, porque abrimos as portas do Brasil para o século 21, lançando projetos que farão o nosso país dar o grande salto nas áreas de energia, infraestrutura e pesquisa científica. E esses projetos precisam ter continuidade e apoio nos próximos anos.

Volto a ser candidato porque o Brasil é hoje uma nação mais respeitada internacionalmente e, se mantiver o rumo certo, poderá ampliar cada vez mais o seu papel no mundo.

Volto a ser candidato porque me sinto ainda mais maduro e preparado, pois aprendi bastante nos últimos anos, muitas vezes com sofrimento e injustiças.

Volto a ser candidato para ampliar o que está dando certo, corrigir o que houve de errado e fazer muita coisa que ainda não pôde ser feita.

Volto a ser candidato porque amo o Brasil, amo meu povo e não tenho ódio no peito. Porque tenho feito e continuarei a fazer um governo capaz de unir os brasileiros.

Companheiras e companheiros,

Meu mandato só acaba em 31 de dezembro. Mas se acabasse hoje, eu poderia dizer: não fizemos tudo que queríamos, porém fizemos muito mais do que certa gente imaginava.

Tenho certeza de que só frustrei profundamente dois tipos de pessoas: aquelas que pensavam que meu governo seria um caos -e torciam para isso- e aquelas, que com paixão e ingenuidade, imaginavam que eu poderia resolver todos os problemas do Brasil em apenas quatro anos.

O que conseguimos?

Além de ter retirado o país da beira do abismo, recolocamos o Brasil nos trilhos, iniciando um ciclo duradouro de desenvolvimento sustentado.

No início do governo, eu disse a vocês que iria primeiro fazer o necessário; depois o possível; para enfrentar, mais tarde, o impossível.

Por causa das dificuldades agudas que enfrentamos, tivemos, às vezes, de fazer tudo isso simultaneamente. Algumas vezes erramos e sofremos derrotas. Mas, graças a Deus, o saldo tem sido

muito positivo. E este saldo favorece a todos os brasileiros, sem distinção.

E qual é a base deste projeto que temos implantado, nos últimos três anos e meio?

É a integração do social e do econômico, buscando que o social seja o eixo do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento econômico seja o eixo do progresso social.

Nosso objetivo nunca foi alcançar apenas o superávit na economia, mas, sim, uma meta mais difícil: o superávit social. A economia é transitória, muda com as circunstâncias. As conquistas sociais são definitivas.

Superávit social, para mim, é a oferta justa, a todos os brasileiros, de bens e serviços de qualidade. E de meios para que todos possam crescer e progredir.

Para que desapareça da nossa paisagem o triste desenho da fome, da miséria, do desemprego, do analfabetismo, da má assistência à saúde e da falta de segurança.

De cabeça erguida, posso olhar para vocês e dizer que obtivemos muitos avanços nesta luta, e como me sinto em condições de fazer muito mais, quero continuar à frente do governo de todos os brasileiros.

Eu me sentiria frustrado se, nesta altura do meu governo, só pudesse mostrar bons indicadores macroeconômicos, sem que eles se refletissem na melhoria da vida do cidadão comum.

Graças a Deus, o Brasil está conseguindo fazer da política econômica e da política social duas faces de uma mesma moeda. Por isso nossos indicadores sociais e os números da nossa economia são os melhores dos últimos dez anos.
[...]”.

ANEXO E

Lula diz que não foi eleito para 'santo' e que pena é 'exemplar'

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem a líderes de partidos aliados que a decisão de cancelar o visto do correspondente Larry Rohter, do jornal "The New York Times", teve o objetivo de servir de "exemplo" para outros jornalistas estrangeiros.

Ao comentar o teor da reportagem assinada por Rohter no último domingo —que tratou dos supostos excessos alcoólicos do presidente—, afirmou, segundo relato de participantes do encontro: "Não fui eleito para santo".

O presidente insinuou ainda que a reportagem pode estar relacionada a insatisfações com a política externa do país, ao declarar que "as pessoas pensaram que o Brasil ficaria submisso diante da geografia comercial vigente".

Realizado no Palácio do Planalto, o café da manhã reuniu 13 líderes de partidos aliados e vice-líderes do governo na Câmara, além do ministro Aldo Rebelo (Coordenação Política). A pauta oficial era a discussão de projetos de interesse do governo no Congresso.

O caso "NYT" surgiu quando o deputado Vicente Cascione (PTB) manifestou apoio à decisão de cancelar o visto do jornalista, o que o obriga a deixar o país em oito dias depois de ser notificado.

A resolução, que gerou ampla repercussão negativa, dividiu o governo. Enquanto o porta-voz André Singer e os ministros Luiz Gushiken (Comunicação) e José Dirceu (Casa Civil) a apoiaram, o assessor de imprensa Ricardo Kotscho e Antonio Palocci (Fazenda) foram contra (leia abaixo).

Segundo deputados, Lula disse que as fontes usadas na reportagem —entre elas o ex-governador Leonel Brizola— "não chegaram nem a 300 km de distância" dele.

Lula afirmou ter contado "até dez" antes de tomar a decisão, que não tem volta e que, se for pedido novamente, o visto será negado.

À tarde, o porta-voz confirmou que o presidente não voltará atrás da decisão. "O governo brasileiro não vai retroceder nessa questão. Temos razões sólidas, fundamentadas e refletidas. É nossa responsabilidade defender o Brasil, as instituições brasileiras e a figura do presidente da República. Não há motivo para retroceder."

Singer disse que a opinião pública irá compreender que o governo precisava reagir à altura das ofensas. Sobre a posição dos EUA, que protestaram contra a medida (leia à página A5), afirmou que esse episódio não tem relação com a liberdade de imprensa, e sim com a responsabilidade na divulgação de notícias de repercussão internacional. Segundo ele, o governo tem um "compromisso férreo" com a liberdade de imprensa.

Na reunião com os parlamentares, Lula disse que o "NYT" pode enviar ao país "50 ou cem pessoas, o que não pode é atacar a instituição da Presidência". "Se não tomasse nenhuma medida, qualquer outro jornalista de qualquer país poderia fazer o mesmo sem preocupação com as conseqüências. Esse caso serviu de exemplo", disse. "Foi uma agressão ao Brasil, não à minha pessoa."

Para Lula, a atitude de Rohter foi muito mais grave do que a do piloto da American Airlines Dale Hobi Hersh, expulso em janeiro após ter feito um gesto obsceno à Polícia Federal ao entrar no país.

Segundo o presidente, qualquer país do mundo tomaria atitude semelhante e que o jornalista nunca o teria visto bebendo nem mesmo guaraná. Afirmou não beber mais do que a média dos brasileiros e avaliou que nunca deu motivos para insinuações de que tem problemas com o álcool.

(RANIER BRAGON, WILSON SILVEIRA E FERNANDA KRAKOVICS)

(Folha de São Paulo, 13/05/2004- Primeiro caderno, p.4)

Decisão dividiu cúpula do governo

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu cancelar o visto do jornalista Larry Rohter, do "The New York Times", após ter recebido na tarde de anteontem relato de que o embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, não obtivera uma retratação do jornal após reunião com Bill Keller, o editor-chefe. A decisão de Lula dividiu a cúpula do governo.

Um "sinto muito" foi o que Abdenur ouviu de Keller ao final da reunião anteontem, segundo relato do ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) ao presidente. Abdenur disse ter sido tratado de forma desimportante, apesar de educada. Amorim disse a Lula que o jornal não faria nada além do que já fizera: publicar uma carta de Abdenur contestando a reportagem de Larry Rohter.

Lula então decidiu bancar sugestão feita na manhã de ontem na sua reunião com membros da área de comunicação: retaliar diretamente o correspondente do jornal, cancelando seu visto. O porta-voz da Presidência, André Singer, e o ministro Luiz Gushiken (Comunicação) defenderam nessa reunião que Rohter fosse impedido de trabalhar no Brasil.

Ao analisar o noticiário de terça-feira, Singer disse que até críticos do governo ficaram ao lado de Lula no episódio. Repetiu os argumentos de que a reportagem de Rohter era mau jornalismo e que tinha uma tese que não era comprovada por fatos. O porta-voz julgou importante o governo brasileiro ter uma reação dura. Gushiken concordou com Singer.

O secretário de Imprensa, Ricardo Kotscho, se opôs frontalmente. Disse que a reportagem era "frágil, leviana e caluniosa", mas foi firme ao dizer que seria um "erro" e um "ato contra a liberdade de imprensa" cancelar a permissão de trabalho do correspondente. Afirmou ainda que "pegaria mal para a biografia" de Lula, que se associaria a uma medida autoritária. O chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, aliou-se a Kotscho ao longo dia.

Lula aprovou sugestão de Singer e de Gushiken, idéia aventada inicialmente pelo presidente do PT, José Genoino, e publicada na imprensa naquela manhã. O presidente preferiu aguardar o resultado da visita de Abdenur ao jornal. Ao ouvir o relato, Lula ficou furioso. Falou que fora "pessoalmente" atingido. Embarcou na tese de que, por trás da reportagem, existiam supostos interessados em diminuir sua política externa: "Não posso ficar quieto".

Lula se reuniu com os ministros Gushiken, José Dirceu (Casa Civil) e Álvaro Ribeiro (Advocacia Geral da União). Alertado sobre a dúvida sobre a eficácia de uma ação nos EUA contra o jornal e o jornalista, Lula decidiu cancelar o visto. Dirceu concordou, dizendo que o governo dos EUA "faria o mesmo" em situação semelhante. Ontem, auxiliares de Lula se justificavam dizendo que os EUA expulsaram em 2003 um jornalista iraquiano. Amorim apoiou, apesar de avaliar que o cancelamento do visto era um ato extremo.

Ciente da posição do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que estava na Suíça e que já dissera que preferia ajuizar ação por danos morais nos EUA a cancelar o visto, Lula chamou o interino da pasta, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, e determinou que o visto fosse cancelado. Thomaz Bastos só acreditou que a decisão era mesmo para valer quando um auxiliar lhe telefonou.

Anteontem à noite, em jantar com o publicitário Duda Mendonça, Gushiken reavaliou sua posição. Ouviu do publicitário que a decisão era um desastre e que teria péssima repercussão. Gushiken tentou reverter a decisão, no que foi acompanhado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. Ontem de manhã, em nova reunião com Lula, Singer reafirmou sua posição. Gushiken disse que deveria ser revertida. Kotscho defendeu um recuo. Lula disse que não voltaria atrás. Mas seus auxiliares —Thomaz Bastos à frente— ainda não desistiram de convencê-lo a reconsiderar.

O GOVERNO E O CASO 'NYT'

FAVORÁVEIS à expulsão de Rohter

José Dirceu
■ ministro da Casa Civil

Celso Amorim
■ ministro das Relações Exteriores

Luiz Gushiken
■ ministro da Comunicação de Governo

José Genoino
■ presidente do PT

André Singer
■ porta-voz da Presidência

CONTRÁRIOS à expulsão de Rohter

Ricardo Kotscho
■ secretário de Imprensa

Antonio Palocci Filho
■ ministro da Fazenda

Duda Mendonça
■ publicitário

Gilberto Carvalho
■ chefe-de-gabinete de Lula

ENTENDA O CASO

No domingo, o jornal norte-americano "The New York Times" publicou reportagem de seu correspondente no Brasil, Larry Rohter, que dizia que suposto hábito de beber de Lula atrapalha seu governo e preocupa a população. Em reação, o governo cancelou anteontem o visto temporário de Rohter no país, o que o obriga a deixar o Brasil

(Folha de São Paulo, 13/05/2004- Primeiro caderno, p.4)

ANEXO F

Fenaj apóia conselho de jornalismo; ABI veta

LILIAN CHRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LOCAL

O projeto para a criação do Conselho Federal de Jornalismo divide duas das principais entidades da categoria. Enquanto a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) defende a íntegra do texto como um caminho para o aperfeiçoamento da profissão, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) classifica a proposta de inconstitucional e perigosa.

A discussão cresceu nesta semana, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional.

"Esse projeto não é do governo federal, é do movimento de jornalistas. Estamos construindo esse projeto há sete anos. A primeira proposta de criação de um conselho federal de jornalistas foi em 1997, durante um congresso em Vila Velha, no Espírito Santo", disse a presidente da Fenaj, Elisabeth Villela da Costa.

O presidente da ABI, Maurício Azêdo, não concorda. Ele disse nunca ter discutido o texto e afirmou, após ler a íntegra, estar convicto da necessidade de pedir ao Congresso Nacional a rejeição do projeto de lei.

"O texto tem um teor repressivo e é inconstitucional. A própria Constituição, em seu artigo 220, garante que nenhuma lei poderá criar embaraços à liberdade de informação jornalística."

Fiscalização

Para Elisabeth, a função do conselho será regulamentar e fiscalizar a categoria, atribuição que seria do Ministério do Trabalho. Em nenhum momento, disse ela, o órgão poderá interferir na liberdade de imprensa.

"O conselho apenas cumpriria um vazio que existe hoje, até porque o Ministério do Trabalho não quer mais fiscalizar as profissões. O órgão atuaria em casos de abuso ou como uma alternativa para quem se sentisse ofendido ou incomodado com alguma reportagem. Poderia evitar ainda que pessoas não-qualificadas entrassem no mercado."

Para Azêdo, o texto enviado ao Congresso não esclarece nem define as atribuições do conselho. "Fala-se em fiscalização, mas fiscalização em que aspecto? O texto é muito abrangente e, por isso, perigoso à liberdade de imprensa. A Fenaj pariu mal esse projeto. Vamos pedir ao Congresso a rejeição total da proposta."

Por meio da assessoria de imprensa da ANJ (Associação Nacional de Jornais), o diretor-executivo Fernando Martins informou que a entidade somente irá se manifestar sobre o projeto de lei após o texto ser analisado pelo comitê de assuntos jurídicos da associação.

(Folha de São Paulo, 07/08/2004- Primeiro caderno, p. 11)

ANEXO G

Meirelles ganha status de ministro e foro privilegiado

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu conceder ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, status de ministro de Estado. Com isso, ele ganha direito ao foro privilegiado.

A decisão foi baixada por medida provisória e significa que, a partir de agora, ações judiciais contra o presidente do BC terão de ser impetradas no STF (Supremo Tribunal Federal), como já ocorre para os demais ministros de Estado. A MP seria publicada em edição extra do "Diário Oficial" ontem à noite, quando já passaria a vigorar. Depois, precisa ser votada no Congresso, que tem o poder de derrubá-la.

A mudança fará com que as recentes acusações de sonegação fiscal contra Meirelles, por exemplo, se forem transformadas em ações judiciais, terão de ser apresentadas ao STF.

Segundo a **Folha** apurou, a medida foi um pedido do próprio Meirelles, que ficou incomodado nos últimos dias com as acusações contra ele de sonegação fiscal. O governo temia que Meirelles pedisse demissão e decidiu atender a seu pedido.

A medida já vinha sendo discutida entre Meirelles e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, há cerca de seis meses. Foi adotada agora devido às acusações contra Meirelles.

Na época em que Meirelles foi convidado para o cargo, após outros recusarem o convite, o governo chegou a estudar a possibilidade de dar ao presidente do BC o status de ministro. Na época, o motivo era permitir que ele não precisasse renunciar ao mandato de deputado federal conquistado pelo PSDB de Goiás.

Antes do foro privilegiado, o presidente do BC podia ser alvo de ações na primeira instância da Justiça. Os antecessores de Meirelles sempre reclamaram disso, alegando que o presidente do BC ficava sujeito a decisões de juízes de qualquer cidade do país, inclusive a ordens de prisão.

Um dos antecessores de Meirelles, Gustavo Loyola, já teve até de ficar escondido dentro do BC para evitar uma ordem de prisão. Na época, o governo acabou conseguindo revogar a decisão de um juiz de primeira instância.

A medida que concede ao presidente do Banco Central o status de ministro tem como objetivo, segundo a equipe econômica, dar mais estabilidade ao comandante do BC. Segundo um assessor de Meirelles, o presidente do banco fica "muito exposto" a ações no campo judicial.

A novidade foi divulgada ontem à noite por meio de nota do Ministério da Fazenda. Segundo o texto, o BC "assumiu nos últimos anos importância estratégica em razão da complexidade de suas atribuições". A nota diz que a edição da MP foi por "solicitação do Ministério da Fazenda, transformando o cargo de natureza especial de presidente do BC em cargo de ministro de Estado".

Apesar da mudança de status, a aprovação do indicado para a presidência do BC continua tendo de ser submetida ao crivo do Senado Federal, conforme previsto na Constituição.

Se por um lado ele ganha foro privilegiado na Justiça, por outro ele poderá ser convocado pelo Senado a dar explicações nas comissões. Até agora Meirelles não respondeu aos convites para a participação em audiências públicas na Casa. Como ele não tinha o status de ministro, os senadores só podiam convidá-lo.

Para o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), a edição da MP pelo governo "é uma imputação de culpa antecipada".

(Folha de São Paulo, 17/08/2004- Primeiro caderno, p. 5)

Para Lula, jornalista que não defende conselho é 'covarde'

EDUARDO SCOLESE

ENVIADO ESPECIAL A SANTO DOMINGO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rotulou ontem, em Santo Domingo (República Dominicana), de "um bando de covardes" os jornalistas que não defendem o projeto de lei enviado pelo governo no início do mês ao Congresso que prevê a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) e suas seções estaduais. Para ele, falta "coragem" à categoria.

"Vocês são um bando de covardes mesmo, hein? Vocês não tiveram coragem de defender o Conselho Nacional de Jornalista", afirmou o presidente, ontem à noite, no saguão de entrada do hotel em que está hospedado.

No momento em que deixava o local para ir a um jantar oferecido pelo novo presidente do país, Leonel Antonio Fernandez Reyna, Lula foi em direção a cerca de dez jornalistas brasileiros, que aguardavam sua saída do hotel. Nem chegou a ser questionado, indo direto ao assunto.

Primeiro, chamou todos de "covardes". Em seguida, questionado por uma repórter se os jornalistas teriam de defender o projeto, Lula afirmou: "É lógico. Cadê a posição classista de vocês ? (...) Não é uma coisa boa pra vocês? Não é uma reivindicação histórica de vocês? Vocês não eram nem nascidos e já se reivindicava isso".

A **Folha**, então, o indagou se o projeto é de interesse dos jornalistas ou do governo . Lula respondeu, antes de ser cercado por seguranças e deixar o local: "Pra nós não. Pro governo o que importa é fazer as coisas que a categoria entender que é boa para ela".

Na última sexta-feira, em visita ao Paraguai, Lula afirmou que somente falaria com os jornalistas que o aguardavam caso eles se posicionassem a favor da criação do CFJ. "Se vocês começarem a defender o conselho de imprensa, eu dou [entrevista]."

Ontem pela manhã, na cerimônia de posse de Leonel Reyna no governo da República Dominicana, Lula ouviu seu colega defender a liberdade de imprensa.

"Os cidadãos não devem se sentir intimidados e perseguidos pelo poder, e a imprensa não deve ser censurada", afirmou Reyna, em discurso no Congresso do país, diante de oito chefes de Estado da América do Sul, do Caribe e da América Central.

Segundo o projeto de lei do governo, o Conselho Federal de Jornalismo irá, entre outras coisas, "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e a atividade de jornalismo.

O governo afirma que o envio do projeto ao Congresso não visa encontrar formas legais para controlar a ação dos jornalistas, e sim atender a uma antiga reivindicação da própria categoria. O projeto original é da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas).

France Presse

DO CONTRA Lula assiste a sessão no Parlamento dominicano ao lado Jorge Batlle (Uruguai); o brasileiro estava de terno cinza, diferentemente do branco, cor indicada pelo protocolo da cerimônia

Abusos da mídia não são inibidos, diz Jobim

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, disse ontem que os instrumentos atuais para punir abusos da imprensa "não têm resolvido o problema". Ele evitou comentar diretamente a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, mas defendeu a liberdade de expressão. "Se o conselho é bom ou não, não opino. O que não pode é ter qualquer tipo de cerceamento da liberdade de imprensa", afirmou. "O bom seria se a categoria formasse uma espécie de tribunal de ética, que teria autonomia."

Os mecanismos existentes para coibir excessos são indenização por danos morais, movida contra a empresa de comunicação e o jornalista, e condenação criminal.

Em uma linha divergente, o ministro do STF Joaquim Barbosa disse que esses dois tipos de ação são suficientes para controlar os abusos e por isso considerou dispensável a criação do conselho neste momento.

Tanto Jobim quanto Barbosa destacaram que desconhecem o teor do projeto defendido pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(SILVANA DE FREITAS)

(Folha de São Paulo, 17/08/2004- Primeiro caderno, p. 4)

ANEXO H

Palocci vai falar na TV contra remarcações

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) fará, em cadeia nacional de rádio e TV, um apelo aos empresários para que não aumentem preços no fim de ano. Lula teme a volta da ameaça inflacionária na hora em que a economia dá sinais, ainda tímidos, de recuperação.

O medo do presidente é que os empresários olhem a inflação passada, remarquem os preços e atrapalhem o esforço do governo para baixar os juros e reaquecer a economia. A previsão atual do mercado é que a inflação de 2003 fique em 9,68%, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o parâmetro oficial da meta de inflação). A meta para 2004 é 5,5% de inflação (IPCA).

Um repique inflacionário poderia exigir nova alta da taxa básica de juros (Selic), hoje em 20% ao ano, alertou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em conversa com Lula e Palocci na casa do ministro da Fazenda. Era 4 de outubro, sábado, o aniversário de 43 anos de Palocci.

A data do pronunciamento não está definida. Ele deve ser feito até o fim do mês. O texto já foi escrito pelo publicitário Duda Mendonça. Palocci deveria tê-lo gravado na última quinta-feira, mas adiou porque viajou para a Argentina com Lula. A gravação deve ser feita nesta semana, em Brasília.

Máquina de etiquetar coloca novo preço em produto; no final do ano passado, uma onda de reajustes provocou repique da inflação

Palocci também tentará faturar politicamente o esforço fiscal e monetário deste ano, dizendo que o sacrifício não foi em vão e que será menor a cada ano. Prometerá dias melhores e exibirá índices macroeconômicos positivos, como queda do risco-país, valorização recorde dos títulos brasileiros no exterior e queda da inflação.

De início, o ministro da Fazenda resistiu a fazer o pronunciamento. Achava que talvez fosse o caso de ter somente conversas reservadas com grandes empresários. Essas conversas acontecerão, mas Lula achou pouco e determinou que o ministro falasse em cadeia nacional de rádio e TV.

O presidente deseja tornar público o esforço do governo para controlar a inflação e pedir contrapartida aos empresários. O governo estuda também a criação de uma espécie de campanha nacional de propaganda, pedindo empresas e cidadãos para "combater" a remarcação de preços.

Barco providencial

A idéia do pronunciamento nasceu de uma conversa informal, quando Lula, Meirelles e o ministro Luiz Gushiken (Comunicação de Governo e Gestão Estratégica) visitavam Palocci, por ocasião de seu aniversário.

O presidente pegou um barco nos fundos do Palácio da Alvorada e se dirigiu à antiga Península dos Ministros, onde Palocci mora. O ministro da Casa Civil, José Dirceu, também mora na área. Lula, em alguns finais de semana, escapa de barco para a casa de Palocci ou de Dirceu. Já aconteceram muitas reuniões importantes assim, em segredo, como na reta final da votação da reforma da Previdência, em agosto.

No dia 4 de outubro, o dia do aniversário de Palocci, também estiveram na casa dele os ministros Dirceu e Dilma Rousseff (Minas e Energia), além da assessora especial da Presidência Clara Ant, antiga militante da "Libelu", movimento de esquerda radical (trotskista) do qual Palocci e Gushiken participaram.

A maior parte do tempo foi dedicada a conversas informais, mas, em determinado momento, quando discutiam o movimento de queda dos juros nos últimos meses, Meirelles manifestou seu temor de um repique inflacionário, caso os empresários reajustem preços no final de ano.

Lula contou que sofreu na pele, como dirigente sindical dos metalúrgicos no ABC paulista, os efeitos negativos da inflação nos anos 70. Reclamou que os empresários são os primeiros a pedir queda dos juros, mas, quando têm chance, remarcam preços.

Lula, então, julgou necessário tentar dividir com os empresários a responsabilidade pela queda dos juros e o crescimento sustentado da economia. A idéia é terminar dezembro com taxa Selic entre 16% e 17% ao ano. Nesta semana, haverá reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).

A expectativa de Lula é que a taxa caia, mas menos do que o setor produtivo deseja. Para a indústria, os juros deveriam cair 1,5 ponto percentual ou mais. Por cautela, fala-se na cúpula do governo numa queda de um ponto percentual, como prevê a maioria do mercado financeiro.

O presidente avalia que seria desastroso, política e economicamente, ser obrigado a aumentar os juros no começo de 2004 por pressão inflacionária. Lula crê que isso interromperia, até psicologicamente, um processo de recuperação do que chama de economia real, justamente num ano eleitoral (disputa pelas prefeituras) e no qual espera ter melhoria nas taxas de emprego e renda.

Lula também descartou um apelo a trabalhadores para que não peçam reposição salarial pela inflação passada. Sabe que a alta taxa de desemprego tira cacife dos sindicatos. O pedido seria desnecessário e soaria ruim para o governo petista, pensa Lula.

(Folha de São Paulo, 19/10/2003- Caderno Dinheiro, p.5)

ANEXO I

Indústria de SP contrata pelo 2º mês seguido

ÉRICA FRAGA
DA REPORTAGEM LOCAL

O nível de emprego da indústria paulista aumentou 0,51% em outubro passado em relação a setembro. A alta, pelo segundo mês consecutivo, marcou o melhor desempenho já verificado para outubro desde 1994, ano de implantação do Plano Real.

Foram criadas 7.731 vagas, o suficiente para fazer com que o saldo de novos postos de trabalho acumulado no ano atingisse 5.538, voltando a ficar positivo depois de quatro meses.

O resultado de outubro foi considerado "acima do esperado e do comportamento histórico para esse mês" por Clarice Messer, diretora da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que divulga o indicador. Por isso, além da oscilação normal do período (sazonalidade), a Fiesp já fala, pela primeira vez desde 2000, em início de ciclo de crescimento.

"Estamos vivendo, de fato, um momento de feliz coincidência, que combina a sazonalidade do fim de ano com o início de recuperação econômica", diz Messer.

Segundo ela, as exportações continuam contribuindo para a melhoria do emprego na indústria de transformação. Mas também já há indícios de recuperação do mercado interno.

Um sinal disso foi o crescimento do emprego, em outubro, em segmentos como o de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares (0,65%) e o de doces e conservas alimentícias (0,94%).

Além disso, a desova de estoques acumulados durante a crise dos últimos anos pelo setor varejista fez com que as novas encomendas acontecessem mais tarde neste ano. Isso, segundo Messer, contribuiu para que a recuperação do emprego na indústria se concentrasse em setembro e outubro: "Normalmente, isso teria ocorrido antes ou se diluído".

Consumo

Apesar do saldo positivo do emprego industrial, o próximo bimestre deverá ser decisivo para constatar se a recente retomada é para valer. Fundamental para isso, ressalta Messer, será o comportamento do consumo.

"Por enquanto, sabemos que o varejo está fazendo encomendas e que a indústria está produzindo para atender a essa demanda. Agora, é preciso ver o comportamento das vendas no varejo".

Em pontos percentuais, o forte desempenho do emprego na indústria em outubro se aproxima da expansão recorde de 0,68% registrada no mesmo mês em 1994. Apesar disso, o número de postos criados agora está muito aquém dos daquele período.

Na esteira do boom do consumo provocado pelo Plano Real, implementado em julho de 1994, foram criadas 14.800 vagas em outubro daquele ano. Quase o dobro das 7.731 novas contratações do mês passado.

"Nem dá para comparar. Desde aquela época, o nível de emprego da indústria se afunilou muito", afirma Messer.

Apesar do resultado positivo de outubro —que, no ano, só perde para março, quando o nível de emprego havia aumentado 0,56%— ,a indústria paulista deverá fechar o ano no vermelho.

A Fiesp decidiu não rever, por enquanto, sua estimativa para 2003. A entidade prevê a redução de cerca de 6.000 vagas na indústria de transformação no ano, porque dezembro costuma ser um mês de fortes demissões.

Segundo Messer, tudo depende da expectativa dos empresários: "Se o sentimento empresarial for ruim, as vagas temporárias poderão ser eliminadas no fim do ano".

(Folha de São Paulo, 13/11/2003- Caderno Dinheiro, p. 1)

ANEXO J

Governo usa 'pauta positiva' para abafar caso Waldomiro

Estratégia é endurecer contra bingos e priorizar ações no Executivo e no Legislativo

EDUARDO SCOLESE
RANIER BRAGON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou ontem com os principais ministros do governo a estratégia para tentar afastar cada vez mais do centro das atenções o caso Waldomiro Diniz. A idéia é intensificar ações no Executivo e no Legislativo consideradas "positivas" pelo Planalto e endurecer a ofensiva contra os bingos.

O presidente pediu aos ministros a "intensificação" e "o máximo empenho" no fechamento de casas de bingos e de máquinas caça-níqueis em cumprimento à medida provisória editada na última sexta-feira.

Lula e os ministros avaliaram que a proibição do jogo foi uma resposta rápida e contundente à crise deflagrada pela gravação em que Waldomiro Diniz, ex-homem de confiança de José Dirceu (Casa Civil), pede doação de campanha e propina a um empresário do bingo. Segundo o porta-voz da Presidência, André Singer, o governo federal está ciente de que todas as ações de fechamento devem ser feitas de acordo com a lei, com o apoio da AGU (Advocacia Geral da União).

"O governo está seguro de que estas medidas, para banir do Brasil atividades ilícitas e de contravenção, contam com o respaldo da sociedade e do Congresso", disse o porta-voz.

Singer negou que o caso Waldomiro Diniz tenha sido tratado, mas pessoas presentes à reunião, ocorrida no Palácio do Planalto, confirmaram que o assunto, como não poderia deixar de ser, foi tema das discussões.

A reunião durou cerca de quatro horas e contou com as presenças dos ministros Dirceu, Antonio Palocci Filho (Fazenda), Luiz Dulci (Secretaria Geral), Aldo Rebelo (Coordenação Política) e Jaques Wagner (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social).

Na linha de tentar arrefecer o impacto do escândalo, foi considerada uma "loucura", um "equívoco" e uma "bobagem" a idéia anunciada pelo presidente nacional do PT, José Genoino, de fazer um ato de desagravo a Dirceu, na semana que vem, em Brasília.

A avaliação era a de que o PT colocaria novamente em pauta um assunto que o governo federal trabalha nos bastidores para ver sepultado. Genoino voltou atrás ontem e anunciou o cancelamento do desagravo.

O governo acredita que até o momento não apareceram fatos que liguem Dirceu a possíveis desvios de conduta de Waldomiro durante o tempo em que assessorou o ministro e que, portanto, não há conversa sobre um eventual afastamento do ministro. Dirceu chegou a levar a proposta a Lula quando o caso veio à tona.

Singer confirmou que "não há nenhuma cogitação" sobre uma possível demissão ou afastamento de Dirceu. Segundo ele, o governo federal já tomou, de forma "rápida" e "eficiente", todas as medidas necessárias a respeito do caso, como a exoneração de Waldomiro da Subchefia de Assuntos Parlamentares, a abertura de inquérito na Polícia Federal e a instalação de uma comissão de sindicância sob o comando de Rebelo.

Na reunião de ontem, segundo Singer, Rebelo não apresentou nenhum resultado prévio acerca das investigações.

A "agenda positiva" que o governo pretende deflagrar em resposta ao caso Waldomiro inclui a aprovação, no Congresso, da Lei de Falências, do Projeto de Parcerias Público-Privadas, da regulamentação do setor elétrico, entre outras matérias, além do início da discussão das reformas sindical e política. Outra medida deverá ser o acerto para o pagamento de parte da correção de benefícios dos aposentados da Previdência.

(Folha de São Paulo, 26/02/2004- Primeiro caderno, p.2)

ANEXO K

Aliados fazem exigências para abafar CPI do caso Waldomiro

Líder do PL, autor de pedido de investigação, quer rever veto à fusão Nestlé-Garoto

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ailton de Freitas/Agência O Globo

Os senadores Magno Malta (PL-ES) e José Sarney (PMDB-AP), presidente da Casa, após reunião

Na semana que julga decisiva para abafar o caso Waldomiro Diniz, o governo sofre cobranças fisiológicas de aliados que vão desde anular o veto da fusão Nestlé-Garoto a complicadas negociações com grupos do PMDB —partido cada vez mais fundamental à governabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após adiar por mais um dia a decisão de apresentar ou não o requerimento da instalação da CPI dos bingos, o líder do PL no Senado, Magno Malta (ES), afirma que vai protocolar hoje o seu pedido, por volta das 10h. Mesmo com as baixas em razão da pressão do governo, a oposição calcula que vai ter pelo menos 29 assinaturas, duas a mais que o necessário.

Ao mesmo tempo em que ameaça, Malta insiste em incluir na pauta do Senado um interesse direto de seu Estado: decreto para anular o veto do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) à fusão entre Nestlé e Garoto. No final da manhã de ontem Malta foi até o gabinete do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). "Conversei com ele sobre o Cade. Pedi apoio para sustar a decisão [veto à compra da Garoto pela Nestlé]", disse.

Governo avalia a conveniência de pagar tal preço, preocupado com uma maior dependência de aliados para evitar CPIs e segurar José Dirceu (Casa Civil) no cargo.

A negociação com o PMDB ganhou força após reunião até tarde da noite na última segunda entre Dirceu, Aldo Rebelo (Coordenação Política) e o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL).

Nesse encontro, ficou decidido que Dirceu operaria um novo enquadramento da bancada de senadores petistas para que sete deles retirassem a assinatura da CPI.

Vídeo

O governo teme que a CPI dos bingos, se criada, concentre-se nas ações do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência Waldomiro Diniz, que, em vídeo de 2002, cobra propina e contribuição de campanha de um empresário de jogos. À época, ele presidia a Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro). O Ministério Público e a Polícia Federal investigam se ele agiu a favor dos interesses do jogo enquanto trabalhou no Palácio do Planalto.

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Sibá Machado (PT-AC), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Hélio Costa (PMDB-MG) teriam retirado o apoio à CPI, mas Malta só confirma a de Viana. Com o enquadramento do PT, Calheiros terá argumento para tentar retirar algumas das cinco assinaturas de peemedebistas, inviabilizando a CPI.

Malta negou que estivesse negociando cargos, mas afirmou que pode perder um posto se apresentar o pedido de CPI. "Meu partido indicou um diretor da Codesa [Companhia Docas do Espírito Santo]. Se eu insistir na CPI, ele cai", disse ele. Questionado sobre novas indicações, afirmou que é "especulação".

Garotinho e Roriz

Em troca da ajuda ao governo, Calheiros obteve uma promessa de trégua entre o PT do Distrito Federal e o governador Joaquim Roriz (PMDB). Resultado: anteontem Roriz suspendeu a criação de uma CPI no Distrito Federal para investigar Geraldo Magela, petista que, de acordo com Waldomiro Diniz, teria recebido dinheiro de caixa dois para sua campanha em 2002. Magela foi adversário de Roriz.

Outra dura missão para Calheiros é tentar um entendimento com o grupo do ex-governador do Rio e atual secretário da Segurança Pública do Estado, Anthony Garotinho.

Em reunião na noite de anteontem com Garotinho, a bancada fluminense no Congresso decidiu apoiar a criação de CPIs do caso Waldomiro e dos bingos. São 13 deputados e um senador, Sergio Cabral Filho, que ontem assinou o pedido de CPI do Waldomiro.

Embora oficialmente digam querer que o caso seja investigado, os peemedebistas agem para conseguir vantagens para a governadora Rosinha Matheus (PMDB-RJ). Entre os pleitos da governadora, estão a construção de uma refinaria da Petrobras no norte do Estado —base eleitoral de sua família. Há pelo menos outros nove Estados na disputa. Rosinha também quer que o governo federal libere verbas para obras no Rio, principalmente em estradas e infra-estrutura.

Para evitar dividir um partido que já é fragmentado e que sempre obriga o governo a negociar com grupos, Calheiros se reuniu ontem com o presidente do PMDB, Michel Temer, e deixou claro que a reeleição dele está bem encaminhada. Temer é a ponte com a ala peemedebista que liderou o apoio do partido ao governo Fernando Henrique Cardoso.

(FERNANDA KRAKOVICS, KENNEDY ALENCAR E OTÁVIO CABRAL)

Colaborou a Reportagem Local

(Folha de São Paulo, 04/03/2004- Primeiro Caderno, p.2)

ANEXO L

Presidente avalia que não houve abalo à sua imagem, decide-se por candidatura e exige 'enquadramento' do PT à política econômica

Lula vê crise no fim e já prepara campanha

A CONSTRUÇÃO DE UMA VERSÃO

AS ACUSAÇÕES
O escândalo do "mensalão" começou em 6/6, quando a **Folha** publicou entrevista de **Roberto Jefferson** acusando o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar um "mensalão" de R$ 30 mil a deputados do PP e do PL em troca de apoio. No dia 12, Jefferson acusou o publicitário Marcos Valério de Souza de distribuir o dinheiro aos deputados aliados

AS NEGATIVAS
Inicialmente, o governo **Lula** e o PT negaram as denúncias. Alegaram que Jefferson não tinha provas e que a denúncia já tinha sido arquivada pela Câmara. Valério negou ter negócios com Delúbio. O PL entrou com um processo contra Jefferson, que depois resultaria na cassação dos deputados. O governo afastou dirigentes de estatais sob suspeição

AS PROVAS
Aos poucos, surgiram testemunhas e documentos comprovando a distribuição do dinheiro. No dia 24 de junho, o Coaf revela que **Valério** sacou R$ 20,9 milhões em espécie entre julho de 2003 e maio de 2005. Em julho, surgem provas de que ele avalizou um empréstimo ao PT e, mais tarde, de que deputados receberam dinheiro de suas contas

A NOVA VERSÃO
Diante de inventar outras versões para os saques (compra de gado, pagamento de fornecedores), Valério apresentou, no dia 15 de julho, a versão de que ele emprestou dinheiro para o PT financiar suas campanhas e pagar dívidas de seus aliados. A explicação é reiterada no dia seguinte por **Delúbio**. Valério envia à Receita uma declaração retificadora

KENNEDY ALENCAR
ENVIADO ESPECIAL AO PORTO

Baseado em pesquisas recentes encomendadas pela Presidência para mensurar a extensão do dano do escândalo do "mensalão" à sua imagem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já decidiu ser candidato à reeleição, segundo admitiu diretamente a auxiliares que relataram sua tomada de posição à **Folha**.

Por ora, ele manterá o discurso de que ainda não decidiu, mas concluiu que sobreviverá à crise política com força e começou a preparar detalhes operacionais da campanha. Por exemplo, o "enquadramento" do PT à política econômica e a avaliação de que deverá ter três coordenadores principais, o ministro Jaques Wagner (Relações Institucionais), o presidente eleito do PT, Ricardo Berzoini (SP), e o ex-ministro Luiz Gushiken.

Lula confidenciou a auxiliares que avalia que ganhará a eleição de outubro do ano que vem. Julga que os números de seu governo nas áreas econômica e social são melhores do que os dados das duas gestões do tucano Fernando Henrique Cardoso, o que lhe daria discurso para bombardear qualquer candidato do PSDB, partido visto como o principal adversário. Crê que, na campanha, poderá vender essas realizações e obter o segundo mandato.

Outra linha de campanha deverá ser o discurso de que saiu ileso pessoalmente de três CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) do Congresso. As pesquisas em poder do Planalto mostram que Lula sofreu desgaste, mas que não é visto como "corrupto" nem envolvido diretamente nas acusações de corrupção.

Política econômica (baixa inflação e crescimento do Produto Interno Bruto), política social (Bolsa-Família para mais de 11 milhões de famílias de baixa renda em 2006) e preservação ética pessoal em meio a casos de corrupção que atingiram "o PT, mas também outros partidos", formarão tripé do discurso de campanha eleitoral de Lula.

"A oposição está investigando e batendo duro no governo há cinco meses. E não pode dizer nada do presidente. Ele não foi comprometido em nada. Sua imagem pessoal é de integridade, o que é fundamental para ele vencer a eleição", disse à **Folha** o embaixador do Brasil em Portugal, Paes de Andrade, ex-deputado e peemedebista que apoiou Lula em 2002. Paes acompanhou Lula na viagem de quinta ao Porto para a 8ª Cimeira (cúpula) Brasil-Portugal.

De acordo com as pesquisas do governo, o PT foi mais duramente atingido pelo "mensalão" do que Lula. O partido perdeu o "monopólio ético", segundo descrição de um auxiliar presidencial, e passou a ser visto como outra legenda qualquer. Perdeu um diferencial positivo e que abrirá um inédito flanco de críticas na campanha. Em outros pleitos, o PT sofreu acusações de corrupção, mas elas nunca foram tão verossímeis aos entrevistados como as de agora.

Lula sofreu um desgaste, mas considerado administrável e reversível. Nos levantamentos, a maioria o julga "honesto" e identifica a crise como um problema mais geral da classe política do que do presidente.

"As pesquisas mostram que o presidente Lula manteve muita força se levarmos em conta o bombardeio que sofreu, com acusações infundadas e um clima de exacerbação política criado artificialmente pela oposição", diz o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), ao qual ficou subordinada a Secom (Secretaria de Comunicação de Governo) desde que Gushiken deixou de ser ministro. Dulci faz parte da comitiva de Lula que visitou Portugal e que se encontra em Roma, onde o presidente deveria chegar na noite de ontem.

Domar do PT

A exemplo do que fez em 2001, quando exigiu da cúpula petista uma série de concessões para ser um candidato competitivo, o presidente já desencadeou operação para enquadrar o PT.

Dias antes de Berzoini ser eleito presidente do partido, Lula lhe disse que não aceitaria críticas da legenda ao governo nos próximos meses e sobretudo na campanha eleitoral, principalmente à política econômica do ministro Antonio Palocci (Fazenda). O presidente tem pedido que o governo e o PT se unam, por avaliar que a campanha será muito dura, pois a oposição ganhou força neste ano e está com expectativa de poder.

O problema é que a ala moderada do PT, à qual Lula pertence, encolheu nas últimas eleições internas do partido e perdeu a maioria no Diretório Nacional. O presidente já pediu a Berzoini que faça composições com a tendência Movimento PT para formar uma maioria que evite que o seu partido seja um crítico duro do próprio governo. Essa tendência é a mesma do líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), que já foi cobrado por Lula a articular apoio ao governo.

Os homens do presidente

O presidente tem dito a membros do governo que Wagner tem se saído bem como articulador político. Ele é forte cotado para ser o coordenador-geral da campanha, papel desempenhado em 2002 pelo ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. "É jeitoso esse galego", diz Lula. "Galego" é como o chama na intimidade.

Gushilken estaria subaproveitado desde quando deixou a Secom, em julho. Hoje chefe do NAE (Núcleo de Assuntos Estratégicos) e assessor especial do presidente, ele foi coordenador-geral da campanha de Lula em 1998 e coordenador de comunicação da campanha de 2002. Lula quer aproveitar essa experiência e vai convidá-lo a trabalhar na eleição.

Berzoini, recém-eleito presidente do PT, seria o coordenador "para cuidar só do PT", fazendo a ligação da campanha de Lula com outros candidatos petistas nos Estados. Candidato a deputado federal, teria uma campanha fácil e poderia assumir compromissos na do presidente.

Nomes aventados para cuidar do programa de governo de Lula são Tarso Genro, presidente interino do PT, e Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência para assuntos internacionais.

(Folha de São Paulo, 16/10/2005- Primeiro Caderno, p.6)

ANEXO M

Questionada desde domingo, Presidência se limita a dizer que informações devem ser buscadas no PT; presidente recebeu R$ 29,4 mil

Planalto não explica empréstimo a Lula

O EMPRÉSTIMO DE LULA

1 DÍVIDA NO BALANÇO
Em 30 de dezembro de 2003, o PT nacional inseriu em seu balanço anual, assinado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, a informação de que **Luiz Inácio Lula da Silva devia R$ 29,4 mil ao partido por "empréstimo"** contraído em data não revelada

2 "DEPÓSITO ON-LINE"
No mesmo dia 30 de dezembro, foi paga uma parte do "empréstimo", por meio de um **"depósito online" de R$ 12 mil** de origem não especificada no extrato da conta bancária do partido que integra o balanço

/2003	DEP.ONLINE	63500	2.000,00 C
30/12/2003	DEP.ONLINE	63500	2.000,00 C
30/12/2003	DEP.ONLINE	119100	12.000,00 C
30/12/2003	EST.CREDTO	63500	2.000,00 C
30/12/2003	SAQ.CPMF 0	334400	100.000,00 D
30/12/2003	PAGTOS.DIV	334400	27,00 D
30/12/2003	CHEQUE	851727	27.089,00 D
30/12/2003	CHEQUE	851728	5.659,24 D

3 DEPOIMENTO À CPI
No depoimento à CPI dos Correios, Delúbio Soares afirmou que empréstimos a dirigentes do PT eram uma "rotina" no PT. O deputado federal Ônyx Lorenzoni (PFL-RS) perguntou se a dívida de Lula foi paga com dinheiro sacado de empresas de **Marcos Valério**. Repetindo resposta-padrão, Delúbio disse que se reservava ao direito de não responder a pergunta

4 PLANALTO SILENCIA
Procurada desde o último domingo à noite, a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto não havia informado, até o final da tarde de ontem, a origem e a forma de pagamento da operação de empréstimo do PT a Lula

HIPÓTESE DA AUTORIA DOS SAQUES

SEM AUTORIA
No dia 30 de dezembro, do pagamento do "empréstimo" de Lula, há um saque de R$ 100 mil do Banco Rural. A CPI dos Correios detectou, na última quinta-feira, a ausência do documento que poderia identificar o autor desse saque. O Banco Rural disse que são os próprios sócios de Valério.

Solange Pereira Oliveira	**R$ 100.000,00**	**414067**
subtotal		**R$ 100.000,00**

AUTORA DE SAQUES
Em depoimento à Procuradoria Geral da República, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza citou a funcionária do diretório nacional do PT **Solange Pereira Oliveira como uma das pessoas autorizadas por Delúbio Soares a fazer saques** no esquema do caixa dois do PT. Delúbio confirma. A quebra de sigilo revela pelo menos um saque de Solange no Banco Rural.

CONTAS A PAGAR
Solange é funcionária do departamento financeiro do diretório nacional do PT encarregada de "contas a pagar" da sigla. Solange gere a conta do PT no Banco do Brasil onde houve o "depósito online" que quitou parte da dívida de Lula.

MARTA SALOMON
RUBENS VALENTE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Da mesma forma que o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares, em seu depoimento à CPI dos Correios na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se manifestou sobre o empréstimo de R$ 29.436,26 concedido a ele pelo PT e a forma como a dívida foi quitada, em quatro parcelas mensais, pagas entre dezembro de 2003 e março de 2004.

A **Folha** questionou o Planalto reiteradamente desde a noite de domingo. No início da noite de ontem, o Planalto se limitou a uma nota de uma frase: "A Presidência da República não tem conhecimento dessas informações, que devem ser buscadas junto ao Partido dos Trabalhadores".

A falta de resposta deixou no ar a dúvida lançada por pergunta feita pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) durante o depoimento de Delúbio Soares à CPI. O deputado quis saber se a dívida de Lula havia sido paga com o dinheiro do caixa dois operado pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza e Delúbio.

Protegido por habeas corpus concedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e que lhe dava o direito de ficar calado, Delúbio recorreu à resposta-padrão adotada para as questões mais delicadas do depoimento: "Não vou me pronunciar sobre esse assunto".

Sem juros

O débito consta na prestação de contas do PT assinada por Delúbio e encaminhada ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no ano passado. As dívidas de Lula foram lançadas em dois campos: R$ 20,1 mil como "adiantamento a empregados" e R$ 9.300 como "adiantamento a terceiros", conforme a **Folha** noticiou na véspera no depoimento do ex-tesoureiro.

Aos deputados e senadores da CPI, Delúbio foi questionado sobre os empréstimos sem juros com recursos públicos do Fundo Partidário. Explicou que eram rotina no partido.

O documento apresentado ao tribunal pelo PT registra o pagamento da primeira de quatro parcelas do empréstimo, a de valor mais elevado (R$ 12 mil), em 30 de dezembro de 2003. O extrato bancário do partido confirma um "depósito on-line" no mesmo dia na conta do diretório nacional.

Nos extratos da conta encaminhados ao TSE, aparece o nome de Solange Pereira Oliveira. Funcionária do departamento financeiro do PT desde 97, Solange é responsável pelas "contas a pagar" do partido, segundo o PT.

Seu nome foi um dos mencionados à Procuradoria Geral da República pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza na lista de 11 pessoas que teriam sido autorizadas por Delúbio a receber do caixa dois do PT.

A quebra do sigilo das contas de Valério e de suas empresas no Banco Rural revelou pelo menos um saque de Solange Pereira Oliveira. A funcionária do PT foi identificada como autora da retirada de R$ 100 mil em 26 de março de 2004.

Solange desapareceu da sede do PT. A nova direção do partido disse que não se manifestará "por enquanto" sobre os saques feitos pela funcionária. Tampouco esclarece a forma que Lula usou para pagar a dívida —cheque, transferência bancária ou dinheiro.

Segundo a **Folha** apurou, a expressão "depósito on-line" tem duas explicações possíveis: depósito em dinheiro ou cheque do próprio Banco do Brasil.

No mesmo dia em que a primeira parcela de R$ 12 mil do empréstimo tomado por Lula foi quitada, R$ 100 mil foram sacados em dinheiro da conta da SMPB, uma das agências de publicidade de Valério, no Banco Rural.

A operação já aparecia entre os saques em dinheiro listados pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), subordinado ao Ministério da Fazenda.

Sumiço

Embora a quebra do sigilo bancário da conta da SMPB no Rural tenha revelado os beneficiários dos saques de mais de R$ 20 milhões —valor superior ao contabilizado pelo Coaf entre os saques acima de R$ 100 mil—, a retirada feita em 30 de dezembro de 2003 continua sem identificação.

O documento que permitiria a identificação do nome do sacador (um fac-símile com a identidade do autorizado a sacar) e a cópia do cheque número 413794 desapareceram da CPI dos Correios, apurou a **Folha**. O cheque tem numeração próxima à de outros destinados ao caixa dois do PT, constataram as investigações.

Questionado sobre a ausência do documento referente a esse saque entre os remetidos à CPI, o Rural forneceu uma resposta genérica: "Saques cujos sacadores não estão identificados foram feitos por titulares autorizados pelo cliente, com nomes explicitados no cartão de assinatura da conta". A CPI cobrará explicação.

A **Folha** questiona a Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto sobre os débitos registrados na prestação de contas do PT em nome de "Luiz I. L. Silva" desde a noite de domingo. No final da tarde de segunda, o Planalto chegou a responder que o dinheiro referia-se a viagens feitas por Lula como presidente de honra do partido, mas depois retirou a resposta.

(Folha de São Paulo, 23/07/2005- Primeiro Caderno, p. 6)

ANEXO N

Apesar de apelos por perdão, PT decide expulsar Helena

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar dos apelos para perdoar a senadora Heloísa Helena (AL), a cúpula do PT e do governo já decidiu expulsá-la do partido. A avaliação da direção petista e do Palácio do Planalto é que um perdão pode gerar uma crise com setores moderados e radicais da legenda que discordam de políticas do governo, mas votam a favor no Congresso. Mais: arranharia a autoridade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente do partido, José Genoino.

A articulação do vice-presidente, José Alencar (PL), e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para tentar salvar Helena contraria a cúpula do PT e o governo.

No próximo dia 14, em São Paulo, o Diretório Nacional do PT se reunirá para analisar os casos de Helena e de mais três deputados radicais. Helena votou contra a reforma da Previdência. Os três radicais Luciana Genro (RS), Babá (PA) e João Fontes (SE) também votaram contra o governo, apesar de o partido ter fechado questão e pedido voto a favor.

A **Folha** apurou que os líderes do Campo Majoritário, grupamento de tendências moderadas do PT, já decidiu expulsar Helena e os três radicais.

A atitude de Alencar, que pediu a Lula na semana passada para perdoar Helena, foi mal recebida no governo e no PT. Segundo um auxiliar de Lula, Alencar deveria cuidar do seu partido, o PL, e não interferir em assuntos do PT.

Já o senador Eduardo Suplicy (SP), de acordo com esse auxiliar presidencial, deveria conversar com três senadores do PT que, apesar de serem contra a reforma da Previdência, deram voto favorável na semana passada.

Para membros da cúpula e o próprio Lula, Alencar e Suplicy mais uma vez fazem movimentos no qual capitalizam imagem de bondade e deixam o PT e o presidente em situação difícil.

Assunto do partido

A **Folha** apurou que Lula e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, querem a expulsão de Helena. Publicamente, porém, deverão manter o discurso de que é um assunto do partido e de que a legenda tem regras.

Genoino diz que a decisão caberá ao Diretório Nacional no próximo dia 14 e afirma que "estão em jogo o princípio da fidelidade partidária, mas também da liberdade de opinião no PT". Ele diz que o PT sempre respeitou divergências e deu liberdade a seus membros para se manifestarem publicamente contra decisões do partido. No entanto, afirmou que, fechada a questão na legenda sobre determinada matéria, é compromisso de todos votar como acertado.

Genoino não quis comentar as articulações de Alencar e Suplicy para tentar salvar Helena.

A senadora pretende fazer pessoalmente a sua defesa no processo de expulsão que o Diretório Nacional do partido deve julgar neste mês. Helena também tentou minimizar as declarações de sua mãe, Helena Moraes, que em entrevista à Rádio Gazeta, de Alagoas, chamou o governo Lula de terrorista.

Colaborou a Folha Online

(Folha de São Paulo, 02/12/2003- Primeiro Caderno, p.2)

ANEXO O

Dirceu anuncia aliança total com o PMDB

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O PT e o PMDB fecharam ontem um acordo político no qual foi acertada a participação dos peemedebistas no ministério e uma "aliança estratégica" na eleição municipal.

Eles devem ficar com duas pastas —Comunicações, Previdência e Integração Nacional são as opções principais—, mas o único nome acertado é o do deputado Eunício Oliveira (CE), provavelmente para as Comunicações.

"Houve acordo total entre nós", disse o ministro José Dirceu (Casa Civil). Em reunião na casa do presidente do Senado, José Sarney (AP), a cúpula do PMDB pediu três ministérios. Dirceu, que estava acompanhado do presidente do PT, José Genoino, e do líder do governo na Câmara, Aloizio Mercadante (PT-SP), fechou com dois —o terceiro será submetido à apreciação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dirceu apresentou vários cenários ao PMDB, representado na reunião pelo seu presidente, Michel Temer (SP), o líder no Senado, Renan Calheiros (AL), e o líder na Câmara, Eunício Oliveira (CE), além de Sarney.

Indicações

O PMDB pediu que Lula especifique as duas pastas, para o partido indicar os nomes. Ou então, na volta do presidente, que ontem viajou para o México, reapresentar os cenários, para a sigla escolher entre as opções. Isso deve ocorrer depois de amanhã.

Ficou acertado também que o PMDB leva o ministério e não apenas indica o ministro. Isso significa que o partido poderá indicar os nomes para os cargos de estatais vinculadas e para o segundo escalão dos ministérios.

Além de Comunicações, praticamente certo, Previdência e Integração Nacional, o leque de opções aberto pelo PT inclui também o Ministério dos Transportes e, aspiração do PMDB, talvez o Ministério de Minas e Energia. A decisão será de Lula. Transportes só ficará com a sigla se o indicado for o senador Pedro Simon (RS), o que é pouco provável.

Aliança estratégica

"Consolidamos a nossa aliança. Essa aliança não é apenas de participação no governo e de base de sustentação parlamentar", disse Dirceu à saída da casa de Sarney. "É uma aliança estratégica que envolve a eleição de 2004 e um programa para o Brasil", acrescentou o ministro.

Segundo Dirceu, PT e PMDB têm mais de 50% dos votos do país. "Podem e devem, com os outros partidos da base, dar uma sustentação segura para um projeto de longo prazo para o país", acrescentou. Questionado se a aliança servia também para 2006, Dirceu respondeu: "2006 está muito longe".

"A entrada do PMDB no governo está madura", disse Genoino, que também relacionou o acordo para a participação do PMDB no ministério com as eleições municipais de 2004. "Nós vamos trabalhar juntos e em sintonia", afirmou.

Segundo o presidente do PT, já há alianças PT-PMDB em curso em 1.500 municípios.

(Folha de São Paulo, 12/01/2004- Primeiro Caderno, p.2)

ANEXO P

PMDB preferia Integração, mas vai aceitar Previdência

RAYMUNDO COSTA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar das dificuldades para tirar ministros do PT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avançou ontem nas negociações da reforma ministerial, que pretende concluir até o final da semana: o PMDB informou que aceita a Previdência Social, o PP não deve ganhar nenhum ministério, e o PTB terá de esperar um pouco mais por uma segunda pasta.

De volta do México, Lula retomou as negociações com os aliados, mas ainda não bateu o martelo sobre as mudanças. Convocou reunião no Planalto com José Dirceu (Casa Civil), Luiz Gushiken (Comunicação de Governo) e Luiz Dulci (Secretaria Geral). O governo diz que ela "foi uma reunião de coordenação para assuntos de rotina do governo".

Hoje, o presidente conversa com o governador do Paraná, Roberto Requião, que deve insistir na tese de um terceiro ministério para o PMDB. É pouco provável. Lula está disposto a ceder dois.

Companheiros

A dificuldade para tirar ministros do PT ficou clara na conversa que Dirceu teve ontem com o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ). Ao lado do presidente do PT, José Genoino (SP), Dirceu reconheceu que o governo tinha o compromisso de oferecer um segundo ministério para a sigla, mas que havia dificuldades para cumpri-lo no momento.

Entre elas "dificuldades internas do PT de mover companheiros", disse Dirceu. Um exemplo é o ministro Olívio Dutra (Cidades). Ele esteve cotado para sair, mas deu a volta por cima por pressão da esquerda do partido e dos prefeitos do PT, que consideram fundamental a presença de um petista em um ministério estratégico em ano eleitoral.

Jefferson, que estava na reunião de ontem com Dirceu com o líder na Câmara, José Múcio (PE), facilitou as coisas para o ministro. Disse que o PTB compreendia a situação, mas pediu para o governo ajudar o partido a crescer no Congresso. "Queremos chegar a 60 deputados [a sigla elegeu 26 e está com 52] e saltar de três para seis senadores", disse Jefferson.

Na conversa com o PP, Dirceu disse que Lula quer o partido no governo. Não falou de ministérios. "Não estamos impondo nada", disse o líder na Câmara, Pedro Henry (MT). "Queremos tratamento correspondente ao nosso tamanho", disse Corrêa, lembrando que o PSB, o PPS e o PC do B, bem menores, têm ministro, enquanto o PP não tem nenhum.

PMDB

Apesar de não considerar a melhor opção para o partido, o PMDB comunicou formalmente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aceita o Ministério da Previdência Social. A sigla, no entanto, ainda espera que Lula encontre uma saída política para lhe oferecer a Integração Nacional. Ciro Gomes (Integração Nacional) é peça-chave no roteiro.

Para oferecer a Integração ao PMDB, Lula precisa mexer com Ciro. Ele só deixa o cargo se for para sair maior da reforma. É interesse de Lula prestigiá-lo. As hipóteses, nesse caso, seriam o Ministério do Planejamento ou um superministério que coordenaria os programas sociais do governo.

A primeira reação do PMDB à sugestão foi negativa. Nos dias seguintes, setores do partido se manifestaram a favor. O presidente da Transpetro, Sérgio Machado, por exemplo, foi um dos que recomendaram a aceitação do cargo. O deputado Eunício Oliveira (CE), virtual ministro das Comunicações, também se disse a favor.

Na opinião de Eunício, seria positivo para o PMDB ocupar um cargo que não trata diretamente de obras, como ocupou no governo tucano (Transportes e Desenvolvimento Urbano), com desgaste para a imagem da sigla.

Em conversa com Dirceu, o líder no Senado, Renan Calheiros (AL), transmitiu a posição do partido: a Previdência não é a melhor opção, mas, se não tiver jeito, o PMDB estava disposto a aceitar.

No encontro com os dirigentes do PTB, Dirceu reclamou de cansaço e dor de cabeça, e tomou uma aspirina durante a conversa.

Fórum da base aliada

Elogiada pelo governo, a proposta do PMDB de criação de um fórum de presidentes dos partidos aliados pode não sair do papel. Até agora, Lula não havia reunido o fórum porque não queria dividir a mesa com o presidente do PDT, Leonel Brizola. O rompimento de Brizola com o governo animou Calheiros a refazer a proposta, mas Lula tem outro problema: é Roberto Freire, presidente do PPS, que atacou a eventual indicação de um ministro do PP e está em conflito com Ciro Gomes, ao qual Lula só reserva elogios.

(Folha de São Paulo, 15/01/2004- Primeiro Caderno, p.2)

ANEXO Q

LUCROS *Retorno obtido pelas instituições financeiras no país supera o das americanas; juro alto contribui para resultado, dizem analistas*

Rentabilidade de banco brasileiro é recorde

FABRICIO VIEIRA
DA REPORTAGEM LOCAL

A temporada de balanços dos bancos referentes a 2004 trouxe uma constante, a de lucros e rentabilidades recordes. Esse resultado corrobora uma tendência observada em 2003: os bancos brasileiros já superam as instituições norte-americanas no quesito rentabilidade.

Em 2003, pela primeira vez na história, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido das instituições no país superou o resultado obtido pelos bancos nos Estados Unidos. E em 2004 os resultados do setor no país têm melhorado ainda mais.

Dados levantados pela consultoria Economática apontam uma inversão nos desempenhos dos bancos aqui e lá fora.

A taxa de rentabilidade mediana das instituições brasileiras foi de 17% em 2003, enquanto as americanas marcaram 14,6%. Em 2004, a partir dos dados disponíveis até o momento, a rentabilidade dos bancos nacionais subiu ainda mais, alcançando os 18,4%.

Os 17% de 2003 já eram recorde, próximos do melhor índice para o setor verificado nos Estados Unidos, que foi de 17,4% em 1999.

"O ROE dos bancos brasileiros superou o dos americanos em 2003 e tudo indica que esse cenário se repetirá em 2004. Os resultados dos bancos têm vindo ainda melhores", avalia Fernando Exel, presidente da Economática.

O ROE (Return On Equity, sigla em inglês) é o indicador da rentabilidade de uma empresa. Os analistas financeiros dão muita atenção a esse indicador na hora de avaliarem a eficiência e o retorno potencial de uma instituição. O ROE é a relação entre o lucro e o patrimônio de uma empresa (financeira ou não).

FRASE

O espantoso seria se os bancos brasileiros não tivessem superado os americanos em rentabilidade. Temos os maiores juros reais [descontada a inflação] do mundo. Se [o retorno] do setor bancário local estivesse diminuindo, a situação seria preocupante

CATARINA PEDROSA
analista do Banif Investment Banking

Se forem levados em consideração apenas os dados dos maiores bancos —Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Unibanco e Banespa—, a mediana do ROE ficou em 22,58% em 2004. Ou seja, bem acima da média do setor.

Para Catarina Pedrosa, analista do Banif Investment Banking, "o espantoso seria se os bancos brasileiros não tivessem superado os americanos em rentabilidade". "Temos os maiores juros reais [descontada a inflação] do mundo. Se o ROE do setor bancário local estivesse diminuindo, a situação seria preocupante", afirma.

No caso do Bradesco, o maior banco privado do país, a rentabilidade sobre o patrimônio teve uma alta relevante, de 18,9% para 22% —entre 2003 e 2004.

O Itaú registrou rentabilidade de 27% no ano passado, vindo de 26,5% em 2003. Esse resultado é bem melhor do que o registrado por grandes instituições internacionais em 2003, como o holandês ABN Amro (24%) e o americano Bank of America (23%).

Roberto Luis Troster, economista-chefe da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), diz achar "temerárias" comparações do desempenho do setor bancário brasileiro com o americano.

"Deveríamos esperar por mais números, avaliar com calma os dados dos bancos americanos que ainda vão sair", afirma o economista.

Desempenho em alta

Troster avalia que o cenário macroeconômico foi importante para o resultado do setor bancário no ano passado. "A economia cresceu, aumentou a demanda por empréstimos e houve queda na inadimplência. O conjunto desses fatores ajuda a explicar os resultados."

O crescimento do lucro dos grandes bancos no ano passado chama a atenção.

O Itaú apresentou o maior lucro da história do setor bancário do país (de R$ 3,776 bilhões).

O Bradesco divulgou um espantoso crescimento de 32,7% em seu lucro de 2003 para 2004, chegando aos R$ 3,06 bilhões.

Um importante destaque nos resultados do setor foi o aumento na receita de serviços bancários. O resultado obtido nesse segmento subiu de R$ 20,54 bilhões em 2003 para R$ 23,35 bilhões em 2004 (considerando os cinco maiores bancos). A melhora nesses números também é reflexo do aumento da chamada "bancarização", que é a utilização do sistema bancário pela população.

Mais empréstimos

O aquecimento econômico turbinou as operações de crédito, especialmente nos segmentos de pequenas e microempresas e pessoas físicas. "A soma de demanda maior por empréstimos com juros elevados e crescentes deu grande impulso aos resultados do setor", diz Catarina Pedrosa, do Banif Investment Banking.

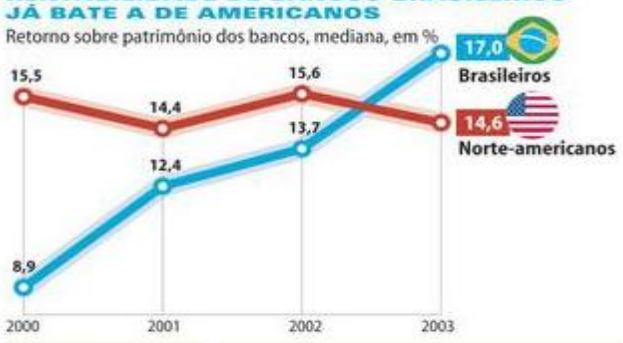
Dados da ABM Consulting mostram que as operações de crédito cresceram de R$ 45,91 bilhões para R$ 49,28 bilhões em 2004.

Houve também uma melhora na eficiência dos bancos, como ilustra a queda no custo com despesas de pessoal, que recuou de R$ 19,13 bilhões para R$ 18,76 bilhões.

"O Bradesco foi o que melhor apresentou um enxugamento de seus custos", diz Pedrosa. A relação entre despesas administrativas e ativos médios do banco recuou de 3,1% em 2003 para 2,8% no ano passado.

RENTABILIDADE DE BANCOS BRASILEIROS JÁ BATE A DE AMERICANOS

Retorno sobre patrimônio dos bancos, mediana, em %



(Folha de São Paulo, 27/02/2005- Caderno Dinheiro, p.1).